



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**ESCOLA DE ENFERMAGEM**

**GILVÂNIA PATRÍCIA DO NASCIMENTO PAIXÃO**

**VIOLÊNCIA CONJUGAL E A EXPERIÊNCIA JURÍDICO-POLICIAL: VIVÊNCIA  
DE HOMENS EM PROCESSO CRIMINAL**

**Salvador**  
**2016**

**GILVÂNIA PATRÍCIA DO NASCIMENTO PAIXÃO**

**VIOLÊNCIA CONJUGAL E A EXPERIÊNCIA JURÍDICO-POLICIAL: VIVÊNCIA  
DE HOMENS EM PROCESSO CRIMINAL**

*Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial de aprovação para obtenção do grau de doutora em Enfermagem, Área de concentração Gênero, Cuidado e Organização dos serviços de Saúde, na Linha de pesquisa: O cuidado no processo de desenvolvimento humano.*

**Orientador: Dr. Álvaro Pereira  
Co-Orientadora: Dra. Nadirlene P. Gomes**

**Salvador  
2016**

---

P149 Paixão, Gilvânia Patrícia do Nascimento  
Violência conjugal e a experiência jurídico-policia: vivência de homens em  
processo criminal. / Gilvânia Patrícia do Nascimento Paixão. - Salvador, UFBA,  
2016.

140 f. il.

Orientador; Dr. Álvaro Pereira  
Coorientadora; Dra. Nadirlene P. Gomes

Tese ( Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de  
Enfermagem, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Salvador, 2016.

Inclui bibliografias e anexos

1. Violência conjugal 2. Identidade de gêneros 3. Violência familiar 4. Crime  
contra mulheres I. Pereira, Álvaro II. Gomes, Nadirlene Pereira. III. Universidade  
Federal da Bahia, Escola de Enfermagem. Pós-Graduação em Enfermagem. IV. Título  
CDD 362.82

---

**GILVÂNIA PATRÍCIA DO NASCIMENTO PAIXÃO**

**VIOLÊNCIA CONJUGAL E A EXPERIÊNCIA JURÍDICO-POLICIAL: VIVÊNCIA  
DE HOMENS EM PROCESSO CRIMINAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial de aprovação para obtenção do grau de doutora em Enfermagem, Área de concentração Gênero, Cuidado e Organização dos serviços de Saúde, na Linha de pesquisa: O cuidado no processo de desenvolvimento humano.

**Aprovada em 02 de dezembro de 2016.**

**BANCA EXAMINADORA**

**ÁLVARO PEREIRA** \_\_\_\_\_

Doutor em Enfermagem. Professor da Universidade Federal da Bahia.

**MARGARET OLINDA DE SOUZA CARVALHO E LIRA** \_\_\_\_\_

Doutora em Enfermagem. Professora da Universidade Federal do Vale do S. Francisco.

**TANIA CHRISTIANE FERREIRA BISPO** \_\_\_\_\_

Doutora em Enfermagem. Professora da Universidade do Estado da Bahia.

**TELMARA MENEZES COUTO** \_\_\_\_\_

Doutora em Enfermagem. Professora da Universidade Federal da Bahia.

**SOLANGE MARIA DOS ANJOS GESTEIRA** \_\_\_\_\_

Doutora em Enfermagem. Professora da Universidade Federal da Bahia.

**ADRIANA DINIZ RODRIGUES** \_\_\_\_\_

Doutora em Enfermagem. Professora da Faculdade Regional da Bahia - UNIRB

**DÁLIA MARIA DE SOUSA GONÇALVES DA COSTA** \_\_\_\_\_

Doutora em sociologia. Professora da Universidade de Lisboa.

## **DEDICO ESTE ESTUDO**

Àquelas pessoas que  
almejam um mundo sem violência...  
um mundo permeado pelo amor,  
cuidado e respeito.

## AGRADECIMENTOS

Este é um momento de comemorar mais uma etapa profissional que se aproxima do fim. Não poderia concluir essa tese, sem agradecer às pessoas/instituições corresponsáveis por esse triunfo. Sem vocês, não seria o mesmo. **Agradeço:**

À **Deus** pelo que me tornei, e pela força para seguir essa jornada;

À **Universidade Federal da Bahia**, Escola de Enfermagem, por me possibilitar o acesso à pós-graduação;

Ao meu querido orientador **Álvaro Pereira**, pela confiança, oportunidade, e ensinamentos durante esses anos. Em especial, pelos momentos extramuros da UFBA, quando estávamos nos encontros do grupo reflexivo ou em momentos de ‘descontração’. Poder ouvi-lo, em toda sua experiência e filosofia me despertou para coisas essenciais, muitas vezes não percebidas por ficarem nas ‘entrelinhas’. Essas ponderações se aplicam não somente ao trabalho. Talvez nem o senhor mesmo atente para isso, mas estar contigo é sempre aprender uma lição de vida. Tenho a certeza que ainda terei muitas, pois durante esse tempo formou-se também uma relação de muito carinho e amizade que não se encerra nesse momento. Muito Obrigada!;

À minha estimada co-orientadora **Nadirlene Gomes**, pessoa fundamental para que eu esteja aqui hoje. Tenho certeza que esta é a parte mais difícil de escrever pois, por mais palavras que eu registre ainda não terei como demonstrar minha gratidão. Isso porque se trata do que começou em 2004, quando ingressei na Universidade Federal do Vale do São Francisco. Sua característica perfeccionista, ativa e mobilizadora fez com que eu (e vários outros colegas) despertassem para o que havia além do técnico. Pode ser repetitivo, mas foi por seu incentivo que fiz o meu primeiro resumo, artigo, capítulo de livro... Me abriu as portas para o Mestrado, que eu tanto desejava, e diretamente me formou enquanto professora. Hoje, quando estou trabalhando percebo muito de você em mim, porque a verdade é que te admiro e aprendi muito com você. Obrigada pelas orientações, pelo livre acesso, pelo aprendizado e pela amizade;

Às professoras **Telmara Couto** (Tel) e **Solange Gesteira** (Sol) pelas contribuições desde a primeira qualificação, digo, desde a minha banca de defesa do título de mestrado. É sempre muito bom ouvi-las e estar com vocês. Saibam que têm meu carinho e admiração, pelas mulheres que são;

À **Margaret Lira**, Marga. Para mim é pessoalmente importante tê-la nessa banca. Além das inúmeras contribuições que trouxe ao trabalho, também quero que saiba o quanto aprendi contigo, não só sobre a Enfermagem, mas sobre a vida. Você é luz e deixa luz por onde passa;

À professora **Tânia Bispo**, colega de instituição, pelas problematizações e contribuições ímpares que enriqueceram esse relatório. Já te admiro há tempos, desde que assisti sua defesa de tese de doutoramento, e vi a forma peculiar que trouxe a vivência de violência pelos ACS;

À professora **Lucila Amaral** pelas grandes contribuições. Infelizmente não a pude tê-la presencialmente na banca dessa vez, mas é sempre uma honra poder saber que meu trabalho passou pelo seu crivo;

À professora **Dália Costa** meu muito obrigada. Agradeço dentre tantas coisas, pela sua fiel receptividade e carisma, demonstrados desde o primeiro e-mail por mim enviado. Obrigada pelo olhar sensível sem o qual esse trabalho não teria o mesmo brilho. Espero que nosso trabalho não se findem aqui;

Ao grupo **VIDA**, muito a agradecer. Agradecer por todos os momentos de aprendizado e de descontração, visto que um doutorado se desenvolve muito além do que construir uma tese. Não quero parecer injusta, mas não teria como descrever aqui o nome de cada pessoa que esteve ao meu lado nesse momento. Sinalizo portanto, algumas representantes: Jack e Moniky meu obrigada para tod@s graduand@s; Kátia, meu agradecimento para todas as mestrandas; Nanda e Andrey, muito obrigada para que @s doutorand@s sintam-se contemplad@s. Josi e Lú, vocês fazem parte de minha história e sem as duas, esses anos não teriam a mesma graça. Vocês não têm ideia de como aprendi com seu convívio. Obrigada por estarem em minha vida;

À **Universidade do Estado da Bahia (UNEB)**, campus VII, na pessoa do diretor Marcos Fábio Marques, pela permissividade para que eu me adequasse nos dias inversos aos que eu tinha aula na UFBA. Ainda, pelo afastamento concedido neste último ano, período essencial para que eu pudesse me concentrar no trabalho e finalizá-lo.

Aos meus **amigos e companheiros semanais da UNEB**, Campus VII. Somos uma família e vocês são como um pilar no qual me estruturo. Obrigada pelo apoio, principalmente para que eu pudesse me ausentar, mesmo que representasse trabalhar mais. Nesse momento para representar, agradeço à **Milca Ramaiane**, que além de ser minha companheira de vida (rs), muito me ajudou quando eu precisava de um “lar”, dividindo sua cama comigo. Amiga, não tem palavras que possam agradecer.

Ao amigo-irmão **Rudval Souza**. Como agradecer tudo que fez e faz por mim. Confesso que estou sem saber o que escrever. Tenho a chave de sua casa, a senha de internet, livre acesso... mas isso é o palpável. Não há como calcular como você foi importante nessa jornada. Aproveito para também agradecer a **Robson Souza**. Robson, você faz com que eu me sinta em casa. Quantas vezes eu estava sem ânimo e você revertia isso. Aliás, você é doutor em alegrar as pessoas e eu adoro sua companhia. Vocês são, sem dúvida, presentes de Deus. Obrigada. Seguindo o fluxo de revezamento de lares (rs) agradeço à **Pollianna** e ao **André** pela amizade e acolhida. Sua casa, também foi muitas vezes minha casa, lugar que sempre me senti segura e feliz. Amo vocês.

Aos meus pais, **Ivânia** Paixão e **Gilberto** Paixão (*IM*), por sempre estarem ao meu lado e por não medirem esforços para que eu tivesse um bom acesso à educação, despertando em mim desde cedo o amor pelos estudos. Amo-os muito. Em especial à minha mãe-amiga, que também dedicou de seu tempo e dom para escrever o cordel que está disposto ao longo do trabalho; Ao meu irmão **Gilbervânio** Paixão que muito ajudou nas minhas escritas sobre o direito e especificamente ao direito Penal; A **Íbis** Cassius, tio, amigo, que está sempre disponível para ajudar e principalmente escutar; Aos meus familiares, quantas saudades senti por estar longe. Por fim, mas de nenhuma forma menos importante agradeço ao meu marido, **Fabrício**, obrigada por me compreender quando precisei me ausentar, sem jamais questionar. Você sabe o quanto o lado profissional é importante para mim e esse doutorado era um sonho. Obrigada por entender as várias noites ausentes, o carinho, as palavras de incentivo, e por me amar. Te amo. Amo vocês, família.



## RESUMO

PAIXÃO, Gilvânia Patrícia do Nascimento. **Violência conjugal e a experiência jurídico-policial: vivência de homens em processo criminal**. 2016. 140f. Tese (Doutorado em Enfermagem). Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

Muito se discute na literatura sobre a violência conjugal na perspectiva de mulheres, porém, poucas pesquisas apontam esta vivência pelos homens. Este estudo teve como objetivo geral: apreender o discurso de homens sobre violência conjugal e sua experiência jurídico-policial. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva, realizada em uma Vara de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher de Salvador, Bahia, Brasil. Para a coleta de dados foi utilizada a entrevista individual com 23 homens que respondiam a processo criminal e que em algum momento foram presos. Além disso, foi realizado um grupo focal com nove participantes. Para a organização dos resultados foi utilizado o software NVIVO, e após, a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo. Esta pesquisa teve aprovação do comitê de ética em pesquisa sob parecer 877.905/15. Os discursos coletivos revelam que, na percepção masculina, a violência conjugal perpassa pela compreensão do fenômeno enquanto conduta natural, de foro íntimo do casal e que ocorre de forma recíproca. Ao tempo que reconhecem as formas mais veladas, a exemplo das ofensas, por vezes consideram que para se caracterizar violência é necessária comprovação, que se dá por meio de marcas visíveis, destacando assim as formas físicas. Despontam ainda para uma vivência jurídico-policial permeada por situações de constrangimento, humilhação e violência, além do cerceamento do direito de defesa nos âmbitos do flagrante, da delegacia, do presídio e da vara/juizado de violência. Toda essa vivência desponta para os sentimentos de: ódio e desejo de vingança da mulher por ter sido preso; arrependimento pelo ato praticado, a partir da própria experiência carcerária e/ou com o suporte social emanado dela; anseio por relações livres de violência. O estudo evidencia a dissimetria de gênero como constructo social, sinalizando para a necessidade da criação de espaços de ressignificação e reeducação de homens e mulheres, na perspectiva de gênero.

**Palavras-chave:** Violência de gênero; violência por parceiro íntimo; masculinidade; saúde do homem; família.

## ABSTRACT

PAIXÃO, Gilvânia Patrícia do Nascimento. **Domestic violence and the legal and police experience: experience of men in criminal proceedings**. 2016. 140f. Thesis (Ph.D. in Nursing) – School of Nursing, Federal University of Bahia, Salvador, 2016.

There is debate in the literature on domestic violence from the perspective of women, however, few studies show this experience by men. This study aimed to: grasp the speech of men about domestic violence and its legal and police experience. This is a qualitative, descriptive research, carried out in a Court of Domestic and Family Violence against Women Salvador, Bahia, Brazil. For data collection was used individual interviews with 23 men who responded to criminal prosecution and that at some point were arrested. In addition, it conducted a focus group with nine participants. For the organization of the results was used NVivo software, and after, the technique of the Collective Subject Discourse. This research was approved by the ethics committee for research on the advice 877,905 / 15. The collective speeches reveal that the male perception, marital violence pervades the understanding of the phenomenon as natural conduct, intimate nature of the couple and that is reciprocally. At the time that recognize the most veiled forms, like the offenses sometimes consider that to characterize violence is necessary proof, that is by means of visible marks, thus highlighting the physical forms. Emerge even for a legal and police experience permeated by situations of embarrassment, humiliation and violence, in addition to the restriction of the right of defense in the areas of the act, the police station, the prison and stick / court of violence. All this emerges experience for feelings: hatred and desire for revenge of the woman have been arrested; repentance for the act committed, from the very prison experience and / or social support emanating from it; longing for free relations of violence. The study highlights the asymmetry of gender as a social construct, signaling the need to create spaces reframing and re-education of men and women, the gender perspective.

**Key words:** Gender violence; intimate partner violence; masculinity; men's health; family.

## RESUMEN

PAIXÃO, Gilvânia Patrícia do Nascimento. **La violencia doméstica y la experiencia jurídica y policial: la experiencia de los hombres en los procesos penales.** 2016. 140f. Tesis (Doctorado en Enfermería). Escuela de Enfermería, Universidad Federal de Bahía, Salvador, 2016.

Existe un debate en la literatura sobre la violencia doméstica desde la perspectiva de las mujeres, sin embargo, algunos estudios muestran que esta experiencia por los hombres. Este estudio tuvo como objetivo: captar el habla de los hombres acerca de la violencia doméstica y su experiencia legal y la policía. Se trata de una investigación cualitativa, descriptiva, realizada en un Tribunal de Violencia Doméstica y Familiar contra la Mujer Salvador, Bahia, Brasil. Para la recolección de datos se utilizó entrevistas individuales con 23 hombres que respondieron a la persecución penal y que en algún momento fueron detenidos. Además, se llevó a cabo un grupo de enfoque con nueve participantes. Para la organización de los resultados se utilizó el software NVivo, y después, la técnica del Discurso del Sujeto Colectivo. Esta investigación fue aprobado por el comité de ética para la investigación sobre el consejo 877.905 / 15. Los discursos colectivos ponen de manifiesto que la percepción masculina, la violencia conyugal impregna la comprensión del fenómeno como una conducta natural, la naturaleza íntima de la pareja y que está mutuamente. En el momento que reconocen las formas más veladas, al igual que los delitos a veces consideran que caracterizan a la violencia es una prueba necesaria, es decir por medio de marcas visibles, destacando así las formas físicas. Emerge incluso para una experiencia jurídica y policial permeada por situaciones de vergüenza, la humillación y la violencia, además de la restricción del derecho de defensa en las zonas de la ley, la estación de policía, la prisión y el palo / corte de la violencia. Todo esto surge la experiencia de los sentimientos: el odio y el deseo de venganza de la mujer han sido detenidos; arrepentimiento por el hecho cometido, desde la experiencia de la cárcel muy y / o el apoyo social que emana de ella; anhelo de relaciones libres de violencia. El estudio pone de manifiesto la asimetría de género como una construcción social, lo que indica la necesidad de crear espacios de replanteo y de reeducación de hombres y mujeres, la perspectiva de género.

**Palabras clave:** Violencia de género; violencia en la pareja; la masculinidad; la salud humana; familia.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01:</b> Cartilha elaborada pela equipe organizadora e distribuída entre os participantes no primeiro encontro	<b>42</b>
<b>Figura 02:</b> Foto do encontro 01	<b>42</b>
<b>Figura 03:</b> Foto do encontro 06	<b>43</b>
<b>Figura 04:</b> Foto do encontro 07	<b>43</b>
<b>Figura 05:</b> Foto do encontro 09 - Grupo Focal	<b>43</b>
<b>Figura 06:</b> Foto com toda a equipe organizadora/executora do GR e com os participantes que se sentiram à vontade para serem fotografados	<b>44</b>
<b>Figura 07:</b> Nuvem de palavras gerada pelo software NVIVO®	<b>10</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01:</b> Datas e temas referentes aos encontros do grupo reflexivo.	<b>41</b>
<b>Quadro 02:</b> Caracterização dos colaboradores da pesquisa.	<b>129</b>

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

- ATTs** - Acidentes de transporte terrestres
- CEP** – Comitê de Ética e Pesquisa
- CID-10** – Classificação Internacional das doenças – 10ª edição
- CNS** – Conselho Nacional de Saúde
- CRAS** - Centro de Referência à Assistência Social
- DM** – Diabetes *Mellitus*
- DSC** – Discurso do Sujeito Coletivo
- ECH** – Expressão Chave
- ESF** – Estratégia Saúde da Família
- EUA** – Estados Unidos da América
- FAPESB** - Fundação de Amparo e Pesquisa da Bahia
- GF** – Grupo focal
- HAS** – Hipertensão Arterial Sistêmica
- IC** – Idéia Central
- IPV** - Intimate Partner Violence
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBOPE** – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
- OMS** – Organização Mundial de Saúde
- OPAS** – Organização Pan Americana de Saúde
- PIB** – Produto Interno Bruto
- SIM** - Sistema de informação em mortalidade
- SUS** – Sistema Único de Saúde
- TCLE** – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- UFBA** – Universidade Federal da Bahia
- VPI** - Violência por Parceiro Íntimo

## SUMÁRIO

<b>1 APROXIMAÇÃO COM A TEMÁTICA</b>	16
<b>2 INTRODUÇÃO</b>	20
<b>3 CONTEXTUALIZANDO O ESTUDO</b>	24
3.1 GÊNERO COMO CATEGORIA ANTROPOLÓGICA	24
3.2 GÊNERO E VULNERABILIDADE MASCULINA	28
3.3 A CONSTRUÇÃO INTERGERACIONAL DA VIOLÊNCIA MASCULINA	31
3.4 REPERCUSSÕES DA VIOLÊNCIA CONJUGAL PARA QUEM A VIVENCIA: O CUIDADO EM PAUTA POLÍTICA	34
<b>4 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA</b>	39
4.1 TIPO DE ESTUDO	39
4.2 CAMPO E COLABORADORES DA PESQUISA	39
<b>4.2.1 O grupo reflexivo como aproximação de participantes e do lócus da         pesquisa.</b>	40
<b>4.2.2 Critérios de inclusão/exclusão</b>	44
4.3 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS	42
<b>4.3.1 Significando o outro lado: a entrevista e a vivência masculina</b>	45
<b>4.3.2 O grupo focal como técnica de aprofundamento das entrevistas</b>	46
4.4 MÉTODOS DE ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	48
<b>4.4.1 O software NVIVO® 10</b>	48
<b>4.4.2 O Discurso do Sujeito Coletivo</b>	49
4.5 ASPECTOS ÉTICOS	50
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	52
5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	52
5.2 ARTIGO 1 - PERCEPÇÃO DE HOMENS EM PROCESSO CRIMINAL SOBRE A VIOLÊNCIA CONJUGAL.	53
5.3 ARTIGO 2 - VIVÊNCIA JURÍDICO-POLICIAL DE HOMENS EM PROCESSO CRIMINAL POR VIOLÊNCIA CONJUGAL	66
5.4 ARTIGO 3 - SENTIMENTOS DESPONTADOS APÓS A EXPERIÊNCIA DE PRISÃO PREVENTIVA POR VIOLÊNCIA CONJUGAL: O DISCURSO DE HOMENS	78
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	

<b>REFERÊNCIAS</b>	97
<b>APÊNDICE 01</b> – Planejamento do grupo de reeducação de homens	107
<b>APÊNDICE 02</b> - Cartilha Grupo reflexivo	123
<b>APÊNDICE 03</b> - Roteiro de Entrevista	125
<b>APÊNDICE 04</b> – Termo de consentimento Livre e esclarecido	126
<b>APÊNDICE 05</b> - Caracterização de todos os participantes	129
<b>APÊNDICE 06</b> - Alguns produtos do doutorado	132
<b>APÊNDICE 07</b> – Cordel do doutorado	134
<b>ANEXO 01</b> – Aprovação do Comitê de Ética em pesquisa	138



## 1 APROXIMAÇÃO COM A TEMÁTICA

Aproximei-me da temática violência contra a mulher, ainda na graduação, quando integrei enquanto bolsista um projeto de extensão intitulado “Educação como promoção de saúde e cidadania para adolescentes”<sup>\*</sup>. Neste, trabalhei com diversos temas do cotidiano de adolescentes em um bairro periférico do município de Juazeiro-Ba, e ao discutir a temática de violência percebi como esta problemática estava presente na vida dos adolescentes e de suas famílias. Neste trabalho de extensão, uma das oficinas tinha a temática “questões de gênero” e para nossa surpresa, todos trouxeram vivências de violência doméstica, principalmente conjugal, relacionada à convivência de seus pais.

Em 2008, realizei meu Trabalho de Conclusão de Curso, no mesmo bairro em que desenvolvi o projeto de extensão, que se intitulou “Violência intrafamiliar: vivência de adolescentes grávidas”<sup>†</sup>. Neste, identifiquei que todas as participantes do estudo sofriam algum tipo de violência (psicológica, moral, física) seja por parte dos pais, ou do cônjuge, e que tal vivência implicava em repercussões para toda a família.

A temática violência doméstica também se fez presente nos espaços de discussão promovidos pelo grupo de pesquisa SEMEAR<sup>‡</sup>, que eu integrava enquanto graduanda. Neste espaço, as discussões relacionadas às questões da violência contra a criança e adolescente permitiu que eu percebesse como as relações conjugais conflituosas podem causar também danos à saúde física e mental dos filhos e comprometer seu desenvolvimento. A literatura destaca que as repercussões desse tipo de agravo não se restringem ao casal, trazendo implicações, sobretudo para os filhos, tais como: pesadelos, baixa autoestima, ansiedade, depressão, entre outros distúrbios psicológicos, que podem ser expressos através do baixo rendimento escolar, aumento da taxa de abandono da escola, repetência e má conduta e no futuro a reprodução deste agravo (PAIXÃO, 2013; LUDEMIR; LEWIS; VALONGUEIRO, 2010).

No exercício de minha profissão, enquanto enfermeira vinculada a Estratégia Saúde da Família, atuei por dois anos em uma Unidade da zona rural, na cidade de Juazeiro/BA, quando me deparei com algumas histórias de mulheres que vivenciavam a violência física,

---

<sup>\*</sup> Projeto de extensão da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, intitulado “Educação como promoção de saúde e cidadania para adolescentes, vinculado ao Projeto de bolsas de integração – PIBIN, com duração de 12 meses, 2007.

<sup>†</sup> Pesquisa referente ao Trabalho de Conclusão do Curso de Enfermagem da UNIVASF que teve o objetivo de identificar e analisar a ocorrência de violência intrafamiliar de adolescentes grávidas.

<sup>‡</sup> Grupo de Estudos e pesquisas sobre criança e adolescentes da UNIVASF, vinculado ao CNPQ, onde participei de julho de 2008 a abril de 2010.

todas por parte dos cônjuges. Diante esses casos confesso que me sentia insegura e não sabia como abordar o tema dentro do contexto profissional. Estudo realizado com profissionais de Saúde atuantes em serviços públicos da grande São Paulo/SP, demonstrou que embora os colaboradores entendessem a violência como um agravo importante para a saúde, demonstram medo e impotência diante do tema, atuando de forma pontual e isolada, tendo assim pouca efetividade (KISS; SCHRAIBER, 2011). Eu também tive medo, e agi de forma isolada, buscando informações com a Agente Comunitária de Saúde (ACS) sobre a recorrência desse fato, fazendo visitas domiciliares, tentando me aproximar ao máximo da mulher, mas reconheço que não soube como direcionar o caso, nem tampouco recorrer à rede existente no município em que trabalhava.

Hoje compreendo o meu despreparo na abordagem do tema, mesmo tendo me aproximado da temática durante a graduação, através da disciplina saúde da mulher e gênero, no 5º semestre. Nesta, tive a oportunidade de discutir, ainda que de maneira superficial, sobre o assunto em sala de aula, visitar uma instituição de atendimento a mulher em situação de violência (CIAM – Centro integrado de atendimento à mulher) e participar de uma atividade prática cuja proposta era identificar histórias de violência doméstica. Estudo realizado em Santa Catarina, Brasil, apontou a dificuldade de enfermeiros e médicos em reconhecer as mulheres em vivência de violência e tomar condutas, o que em grande parte foi atribuído à falta desta temática nos cursos onde se formaram. Mesmo os profissionais que referiram à inclusão do assunto no currículo da graduação, apontaram ter sido um conteúdo superficial (GOMES; ERDMANN; HIGASHI; et al., 2012).

Diante dessa experiência, algumas questões me instigavam a estudar sobre este fenômeno. Senti necessidade de conhecer os conflitos que precipitam a violência conjugal; como seria possível solucionar os conflitos conjugais de maneira respeitosa e pacífica através da cultura de paz, e como coloca-la em prática. Essas inquietações me motivaram a buscar a compreensão acerca da violência doméstica contra a mulher, e o curso do mestrado se mostrou como possibilidade de aprofundar na temática.

Assim, em 2011 adentrei na pós-graduação stricto sensu da Escola de Enfermagem da UFBA (EEUFBA), no curso de mestrado e, a partir das discussões nas disciplinas ofertadas e no Grupo de Pesquisa “Violência, Saúde e Qualidade de Vida”<sup>§</sup>, pude me aprofundar na compreensão da violência conjugal. Outra experiência fundamental fora integrar/participar de

---

<sup>§</sup> Grupo de pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (EEUFBA), formado em 2004, que tem como foco de estudo violência e suas repercussões na saúde e qualidade de vida dos indivíduos. Participo do grupo desde março de 2011.

projetos extensionistas com mulheres em situação de violência, que compartilhavam nas rodas de conversa, suas histórias de dor, sofrimento e esperança, e como ao final de cada encontro elas se mostravam mais fortes, empoderadas\*\* e confiantes, indo ao encontro dos achados de Cortes, Lopes e Comim (2013) que identificaram as rodas de conversa como estratégias problematizadoras e emancipatórias.

Ao fim do curso, tive como fruto a minha dissertação intitulada “Violência conjugal: compreendendo o fenômeno a partir do discurso feminino” (PAIXÃO, 2013). Como resultados, os discursos mostraram que as mulheres vivenciam violência na relação com o companheiro, expressa nas formas física, psicológica, moral, patrimonial e/ou sexual, trazendo ainda história de violência entre os pais e na infância, caracterizando a violência intergeracional. Tal vivência leva ao comprometimento da saúde da mulher, como hipertensão, cefaleia, taquicardia e ansiedade, como também dos filhos, através de problemas psicológicos, como depressão. O discurso apontou as situações que precipitam ou intensificam a violência conjugal, que foram: a relação de controle e dominação do homem para com a mulher; uso de álcool e drogas; infidelidade do companheiro; ciúmes; gravidez; e paternidade e maternidade sem planejamento. As mulheres buscaram os serviços de saúde, a delegacia da mulher e a casa abrigo, ressaltando o apoio do Coletivo de Mulheres do Calafate durante todo o processo.

Após o mestrado, os meus anseios a respeito do objeto ‘violência conjugal’ aumentaram. Inquietou-me o fato de que a violência conjugal envolve homens e mulheres, mas os estudos e discussões dão enfoque à mulher e concentram-se em figurá-las como vítimas e os homens como algozes. Confirmando, um estudo bibliométrico realizado a partir das bases de dados: Web of Science, Psyc Info e Lilacs, reuniu 636 artigos sobre violência doméstica e concluiu que a concepção de mulheres enquanto vítimas constituiu o principal foco dos artigos e os homens predominam como o estigma de serem somente agressores (BHONA; LOURENÇO; BRUM, 2011).

Essa situação faz com que ocorra um antagonismo entre mulheres e homens, contudo, devemos entender que muitas mulheres, embora denunciem a violência, permanecem com seus cônjuges; da mesma forma, quando há separação, esses homens entram em outros relacionamentos e continuam por perpetuar a violência, o que despertou-me para a importância de abordar o outro sujeito da relação: o homem.

---

\*\* O Neologismo empoderar foi incorporado a linguagem feminista e advém da expressão inglesa *empowerment*, que significa dar a alguém (nesse caso às mulheres), meios para adquirir mais controle sobre as próprias decisões

Considerando que são poucos os estudos que abordam a violência conjugal a partir da perspectiva masculina, acreditei que o curso de doutoramento na EEUFBA possibilitaria contribuir com o preenchimento dessa lacuna no conhecimento. Este suprimento poderá oferecer subsídios para a reeducação de homens e mulheres na perspectiva de gênero, bem como promover ações de prevenção da violência conjugal entre casais jovens.

Vale salientar que a Lei Maria da Penha-Lei 11.304/06, prevê em seu Capítulo IV, Título VII, Artigo 35, a criação de “centros de educação e reabilitação” para os homens denunciados por praticarem violência” (BRASIL, 2006). Estes serviços têm como objetivo realizar atividades reflexivas, educativas e pedagógicas voltadas para os agressores. Os resultados esperados correlacionam-se com a responsabilização do homem pela violência cometida, em paralelo com a desconstrução de estereótipos de gênero e a reflexão sobre atos violentos.

Em março de 2014 ingressei no doutoramento no Programa de pós-graduação em enfermagem (PPGENF) da UFBA em busca de respostas que ainda me inquietam. Hoje, ainda vinculada ao grupo de ‘Violência, Saúde e Qualidade de vida’ e também ao Grupo de Estudos sobre o Cuidar em Enfermagem (GECS)<sup>††</sup>, pude me aproximar ainda mais da linha de pesquisa de ‘gênero e masculinidade’, o que foi imprescindível para que eu pudesse finalizar o trabalho que vos espera a seguir.

Diante do exposto, justifico o interesse, empenho e compromisso pessoal de desenvolver esta pesquisa, ao passo que é possível, com a descrição desta aproximação inicial, que a(o)s leitora(e)s compreendam como pude conduzir meus ideais científicos, e delinear meus objetivos na direção e alcance dos resultados propostos neste estudo.

---

<sup>††</sup> GECS - Grupo de Estudo do Cuidar em Saúde, do PPGENF da EEUFBA.

## 2 INTRODUÇÃO

A violência conjugal é um fenômeno complexo, responsável por altas taxas de mortalidade e altos custos aos cofres públicos, requerendo, para sua prevenção, o desenvolvimento de ações de reeducação de gênero com mulheres, homens e crianças em todos os espaços de relações, independente do local, raça e estrato social.

A violência marital, conhecida internacionalmente como *Intimate Partner Violence* (IPV) ou Violência por Parceiro Íntimo (VPI) é considerada por pesquisadores, a forma mais frequente de violência interpessoal em todo o mundo (CECÍLIO, 2012; ALESINA, BRIOSCHI, FERREIRA 2016), e envolve qualquer tipo de agressão física e/ou psicológica nos relacionamentos amorosos (MENEGHEL; HIRAKATA, 2011; FALCKE et al., 2009). Pesquisa internacional realizada em Istambul, Turquia, revelou que, de 537 mulheres que vivenciaram violência, 52,3% o agressor foi o cônjuge ou namorado (UNAL et al., 2016). No cenário nacional, pesquisa realizada em Fortaleza, Ceará com um universo menor de mulheres mostrou que das 64 participantes, 81,2% dos casos envolviam o companheiro como algoz (COSTA et al., 2011).

Este agravo ancora-se na concepção social de posse e controle do cônjuge, principalmente no entendimento de que os homens detêm poder e domínio sobre as mulheres (ZANCAN; WASSERMANN; LIMA, 2013; BECCHERI-CORTEZ; SOUZA, 2013). Ideação essa, que é compartilhada pelas mulheres e resultado de uma sociedade marcada pelas relações assimétricas de poder entre os sexos (SAFFIOTI, 2011). Sua construção histórica reforçada, dentre outro fatores, pelos preceitos do patriarcalismo que incita a supremacia masculina nas relações sociais, principalmente na conjugalidade (SAFFIOTI, 2011; OLIVEIRA; GOMES, 2011; LACERDA, 2014).

Nesse sentido, o sistema patriarcal tem contribuído para que homens e mulheres percebam, dentro das relações conjugais, as atitudes violentas como naturais e até de cunho instintivo e corretivo. Exemplo disso, é que em um passado não muito remoto, era lícito que mulheres fossem mortas em detrimento da honra do marido (PIOSIADLO, 2014).

Apesar da vitimização feminina, pesquisadores afirmam que a violência conjugal<sup>††</sup> se caracteriza pela reciprocidade, pois ambos se agredem. Embora haja evidência de agressão mútua, há especificidades na forma de agredir bem como nas repercussões quando sob o recorte

---

<sup>††</sup> Apesar da produção científica internacional utilizar o termo Violência por Parceiro Íntimo e na literatura Latinoamericana utilizarmos o termo violência marital ou familiar, neste estudo optou-se pelo uso do verbete Violência Conjugal, para reforçar o modelo de vínculos, onde a união entre cônjuges estabelece uma forma de relacionamento familiar, não exclusivamente através do casamento, mas sim de uma união estável, ou não, entre dois parceiros, não necessariamente do mesmo sexo ou gênero.

de gênero (COLOSSI; MARASCA; FALCKE, 2015). A mulher emprega frequentemente a agressão física leve, como arranhões, além de violência verbal e psicológica; já o homem, devido a força física superior, tende a provocar lesões mais graves e, portanto, de maior visibilidade (TISAK; TISAK; BARKER, 2016). Por esse motivo, ainda que estudos concordem acerca do caráter recíproco da violência conjugal, nota-se o destaque para o comprometimento sobre a saúde das mulheres (PRÓSPERO; KIM, 2009; GRANJEIRO; COSTA, 2014; POLETTO, 2015; CORREA, 2015), o que dá uma maior visibilidade à violência contra a mulher (LÖVESTAD, KRANTZ, 2012).

Salienta-se que este fenômeno é ainda entendido como de cunho exclusivamente privado, não permitindo a intromissão de terceiros (ZANCAN; WASSERMANN; LIMA, 2013). Esta percepção é compartilhada socialmente em ditos populares como “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, deixando claro o entendimento social de que os problemas conjugais são de foro íntimo, não devendo ser discutidos publicamente, tampouco constituir-se enquanto objeto de intervenção estatal (GOYENECHÉ; CORTIZO, 2010).

Entretanto, por ser uma violação dos direitos humanos e elevar os indicadores de morbimortalidade, o fenômeno ganha caráter coletivo, chamando a atenção das esferas públicas em todo o mundo. Nos Estados Unidos, a violência entre parceiro íntimo é o agravo mais crônico e dispendioso que o país tem enfrentado, sendo responsável pela morte de mais de 58.139 mulheres entre 1980 e 2008, uma média de 2.000 feminicídios por ano (DAHLSTEDT, 2013). No cenário brasileiro, esses dados são ainda mais alarmantes: 13.071 óbitos de mulheres entre 2009 e 2011, o que representa uma média de 4.357 óbitos por ano. As regiões Centro-oeste, Nordeste e Norte apresentaram os maiores coeficientes (GARCIA et al., 2015).

Além dos números acerca da mortalidade é preciso analisar o custo deste agravo. Países desenvolvidos como os Estados Unidos chegam a ter um gasto anual estimado em 5,8 bilhões de dólares com a violência conjugal apenas com o setor saúde (CDC, 2013; BRASIL, 2012). Estima-se que além das mulheres que morrem, outras 40 mil brasileiras busquem o sistema para tratamentos decorrentes da violência, representando um custo anual para o Sistema Único de Saúde de mais de cinco milhões de reais, apenas com internamentos (BRASIL, 2012).

Apesar do grande volume de recursos dispendidos com a violência, esse é um valor ainda subestimado, visto que essas estatísticas não incluem os custos com as demandas de saúde que não necessitem de hospitalização tampouco àqueles relacionados aos outros setores como social, policial e jurídico (RIGTERINK, 2010). A violência contra a mulher gera um gasto que representam cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, e as despesas de cunho

jurídico e policial decorrente da punição empregada aos homens somam grande parcela desse valor (BRASIL, 2012).

Diante todo o cenário de morbimortalidade e oneração pública, em 07 de agosto do ano de 2006 foi promulgada uma política pública na forma da Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha. Este regulamento foi criado no intuito de coibir a violência doméstica e familiar, garantindo a proteção das mulheres por meio de medidas socioeducativas e jurídico-policiais que parecem estar levando os homens a refletir mais sobre suas ações, bem como serem responsabilizados pelos seus atos. Como exemplo, têm-se as chamadas medidas protetivas direcionadas para o autor da agressão. Estas asseguram a integridade da mulher e de sua família, mediante: suspensão da posse ou restrição ao porte de armas, afastamento do lar, manutenção do limite mínimo de distância da vítima, suspensão de visitas aos dependentes e prisão preventiva (BRASIL, 2006; CARNEIRO; FRAGA, 2012; GARCIA et al., 2015). A aplicação da prisão preventiva do autor, presente no artigo 20, tem como objetivo proteger a mulher contra a reincidência do caso (BRASIL, 2006). Essa preconização tem feito com que os homens, autores de violência, experienciem a prisão. Nesse espaço, vivenciam situações de múltiplas precariedades que interferem na sua saúde física e mental (PINHEIRO et al, 2015).

Além da criação de políticas públicas, o cenário desastroso em que este agravo se insere tem instigado pesquisadores em várias partes do mundo a desenvolverem estudos acerca deste objeto. No entanto, as pesquisas têm como foco principal a percepção da mulher, bem como as repercussões para a saúde feminina e de seus filhos (DAHLSTEDT, 2013).

A invisibilidade da violência conjugal enquanto agravo à saúde dos homens é nítida frente à pauta de discussões no cenário de pesquisa. Estudo bibliométrico sobre VPI identificou que a maior parte dos artigos encontrados sobre a temática aborda principalmente o cuidado com a vítima mulher, sem inserir os homens no processo de intervenção, e quando existe esse enfoque é mostrando a relação da violência com outros elementos, como por exemplo, o alcoolismo (FALCKE et al., 2009).

Conquanto, a inclusão desse público em pesquisas é essencial para que se pensem estratégias de prevenção e enfrentamento do agravo, que devem perpassar pela reeducação de gênero de ambos envolvidos (SILVA, 2014). Essa perspectiva é reafirmada inclusive na Lei Maria da Penha, que mostra a necessidade da inclusão do público masculino nestes espaços educativos, inclusive dos homens que já respondem criminalmente por ações violentas (SILVA, 2014; BRASIL, 2006).

Considerando ser relevante a valorização do discurso masculino e tendo em vista a importância dos diversos cenários jurídico-policiais na criminalização, penalização e reeducação desses sujeitos, **questionei-me**: Qual a percepção de homens em processo criminal sobre a violência conjugal? Como se deu a vivência desses homens no âmbito jurídico-policiais? Quais sentimentos foram despertados por homens, após a experiência de prisão preventiva por violência conjugal?

Parto do **pressuposto** de que a violência conjugal, fenômeno inter-relacional, é socialmente apreendida, com repercussões para a saúde física e mental do casal, dos filhos e toda a sociedade. Também, que o processo de desnaturalização requer aprofundamento teórico, sendo necessário ampliar o olhar sobre o outro sujeito da relação: o homem, visto que na condição de perpetrador da violência ele pode também ser considerado reprodutor de um conjunto de ações violentas apreendida através de gerações, na cultura da família e ou da sociedade em que vive. Diante esta perspectiva, adoto como **objeto de estudo**: discurso de homens sobre violência conjugal e sua experiência jurídico-policiais. Para nortear esse estudo assumi como **objetivo geral**: Apreender o discurso de homens sobre violência conjugal e sua experiência jurídico-policiais.

Esse estudo contribui para que se apreendam os aspectos subjetivos e objetivos que podem estar cotejando as situações de violência, na vida de homens, perpetradores de violência, esperando-se poder inseri-los como atores centrais do processo de enfrentamento da violência e na repercussão da sua detenção, ao responder criminalmente pelo seu comportamento violento. Novos investimentos em pesquisa poderão fornecer elementos consistentes sobre este campo da pesquisa de modo a contribuir para o aperfeiçoamento de estratégias de prevenção e às políticas de atenção as Redes de atendimento aos homens e de enfrentamento da violência (MADUREIRA, 2014).



### 3 CONTEXTUALIZANDO O ESTUDO

#### 3.1 GÊNERO COMO CATEGORIA ANTROPOLÓGICA

A categoria gênero foi introduzida pela antropóloga Gayle Rubin nos Estados Unidos da América (EUA), através do termo *gender*. Em suas obras, Rubin entende o sexo biológico como um dado irrefutável e imutável da natureza usado como matéria-prima para as construções sociais (ALMEIDA; SEGNINI, 2014). A partir dessa percepção, a desigualdade entre homens e mulheres passa a ser melhor compreendida e sua sustentação nas diferenças biológicas, questionada.

Durante muitos séculos, as diferenças entre homens e mulheres eram explicadas pelas características físicas, quando o determinismo biológico era a raiz do problema e a diferença sexual se constituía no principal foco de discussão. Acreditava-se que a anatomia e a fisiologia dos seres humanos, por si só, eram definidoras do comportamento de que estes deveriam assumir na sociedade, com demarcação dos atributos e papéis específicos para homens e para as mulheres, sendo estes considerados inatos para cada sexo (MEYER, 2008). A simples observação dos órgãos externos “diagnostica” uma condição que deve valer para toda a vida. Passa-se a ser homem ou mulher. Construções culturais e papéis sociais advindas dessa diferença produzem significados e testemunhar como devem ser as práticas de cada indivíduo (SAYÃO, 2003).

As diferenças entre homens e mulheres são trabalhadas desde muito cedo, ainda na descoberta do sexo do bebê, onde se espera que este, a depender dos aspectos biológicos, exerça papéis em razão das expectativas que giram em torno de estereótipos tradicionalmente construídos. As construções simbólicas oriundas dessas concepções indicam uma suposta inferioridade feminina determinada por um corpo mais frágil, com menor número de neurônios e, ainda, situado na esfera da vida reprodutiva. Por isso, as mulheres são vistas como ligadas ao mundo da casa, ao doméstico e ao cuidado dos filhos (SAYÃO, 2003). Na cultura brasileira, temos por exemplo, para as meninas, além da função de cuidar da casa, um comportamento de passividade e subserviência aos homens: pai, irmão, esposo, etc. Para os meninos, reserva-se o espaço público, devendo estes prover a casa e ser corajosos e viris (ECHENIQUE, 2004). Sob a ótica de gênero, os homens são ensinados a ser o sexo forte, não devendo inclusive chorar ou expressar seus sentimentos.

Nesse contexto, gênero se refere às formas como somos ensinados para desempenhar as funções sociais, descrevendo como homens e mulheres devem se comportar durante toda a

vida. Enquanto o sexo trata do fisiológico, geralmente definido pelos órgãos genitais, o gênero vai além e traça modelos que podem variar de sociedade para sociedade e que definem o que se espera para cada sexo: as formas de se vestir e agir; como devem pensar e expressar o que sentem.

A forma como pensamos o “ser homem” e o “ser mulher” são, portanto, reproduções de um pensamento já posto socialmente e compartilhado por instituições responsáveis pela nossa aprendizagem, como por exemplo, a família e a escola (ARAÚJO et al., 2008). Ribeiro (2010) explica que não nascemos com ‘pré’conceitos. Os aprendemos socialmente, reproduzindo-os como verdade e os trazendo para nossa convivência. Logo, nosso comportamento está sendo influenciado a todo momento. Saffioti (2011) acrescenta ainda que sexo e gênero se integram, uma vez que não existe o exercício da sexualidade biológica sem influência do contexto social.

Nesta perspectiva, surge a expressão “ninguém, nasce homem; torna-se homem”, visto que as masculinidades (e também feminilidades) são construídas através da participação e do reconhecimento de diversos membros da família, da escola, da religião e mais amplamente da sociedade (CAETANO; SILVA JÚNIOR; HERNADEZ, 2015, p.1). Fica claro que a desigualdade entre os sexos é resultado de uma construção social, responsável pela manutenção de sistemas, formas e significados aos quais são atribuídos valores distintos que servem para propósitos determinados e essa diferença modula esquemas de pensamento de âmbito universal, que tendem a ser naturalizados (BORDIEU, 2005).

Esse olhar nos permite compreender como nós, sociedade, internalizamos as características desiguais de gênero permeadas pelo poder do masculino sobre o feminino e transformamos a diferença biológica em justificativa para a subordinação histórica das mulheres. Vale salientar que a dominação masculina não é uma condição infligida apenas por homens, visto que as mulheres compartilham desses mesmos códigos e valores, fazendo, mesmo que inconscientemente, com que ocorra uma manutenção deste cenário, assimilando e reproduzindo a subserviência ao homem (SAFFIOTI, 2011; MUSZKAT, 2008).

Na visão de Bordieu (2005), a naturalização da desigualdade de gênero impede mulheres e homens a pensarem fora do esquema de dominação masculina, levando-as(os) a interpretar essa relação como adequada, e assim, conspirar sobre sua própria dominação. O autor chama ainda a atenção para o que denomina ‘paradoxo da doxa’, ou seja, o fato de o dominado consentir e permanecer na dominação, o que em termos de dominação masculina se traduz numa submissão paradoxal resultante da violência simbólica, como explicitado a seguir:

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BORDIEU, 2005, p. 07).

Apesar dos avanços sociais e dos movimentos contra a hegemonia masculina, a masculinidade é um lugar simbólico ainda muito valorizado, que serve de orientação para a construção de identidades. Configura-se símbolo que confere atitudes e comportamentos a serem seguidos: os que adotam tais modelos são atestados como homens; todos os outros que fujam deste padrão são arguidos acerca da sua masculinidade (OLIVEIRA, 2004).

Situada no campo das relações de gênero, a masculinidade pode ser entendida como um conjunto de atributos, valores, funções e condutas que se espera de homens (GOMES; NASCIMENTO; REBELLO, 2009; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2005). Todavia, o entendimento acerca da masculinidade, como também da feminilidade, ancora-se na maneira como homens e mulheres são criados e ensinados a viver. Essa construção social do “ser homem” e “ser mulher” é compreendida a partir da perspectiva de gênero.

Assim, gênero apresenta-se como uma constituição sociológica, político-cultural do termo sexo, possibilitando compreendê-lo numa esfera que integre toda uma carga cultural e ideológica, passando a considerar as relações sociais como forma básica de representar as relações de poder (PAIXÃO; SANTOS; RAMOS, 2008). O poder do homem-macho desvela a milenar supremacia masculina sobre as mulheres, legitimada em todas as classes sociais ou contingentes populacionais. Para Saffioti, em uma situação que a mulher chegue a dominar um homem, ainda assim haverá sujeição ao jugo masculino, que pode ser do pai, irmão, companheiro (SAFFIOTI, 1987).

Diante deste cenário de naturalização do dominador e da dominada, a categoria de gênero passou a ser amplamente usada, discutida, e questionada, principalmente por mulheres, possibilitando reflexões sobre as diferenças entre masculino e feminino e sua construção social e denunciando o poder patriarcal, seus efeitos de opressão sobre o sexo feminino e a consequente violência de gênero, sobretudo aquela que se dá no espaço doméstico (OLIVEIRA; GOMES, 2011).

É na década de 70, que as mulheres passam a questionar a sua situação na sociedade; apresentam reivindicações; exigem direitos. Elas passam a se reunir em busca do enfrentamento de situações de injustiça, dominação ou exploração, com o propósito de dar visibilidade aos problemas e desse modo mudar contexto. Nesse cenário de lutas sociais surgem dois grandes movimentos: o de mulheres e o feminista, que se diferenciam pela sua

essência, pois, enquanto o primeiro defende causas gerais que podem beneficiar as mulheres e outras como as lutas contra a carestia, pela paz, anistia e educação; o segundo tem como foco a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Se por um lado existe um consenso de que esses dois espaços são distintos; por outro, há um entendimento de que o feminismo é um movimento criado, conduzido e sustentado por mulheres sendo, portanto, parte do movimento de mulheres em geral (SILVA, 2013).

O movimento feminista é plural, com várias correntes que se articulam no interior do movimento, e surgiu no contexto das ideias iluministas e das ideias transformadoras da Revolução Francesa e da Reforma Americana e se espalhou em torno da demanda por direitos sociais e políticos, mobilizando, primeiramente, mulheres da Europa e dos Estados Unidos e, posteriormente, de alguns países da América Latina, dentre eles o Brasil (GROSSI, 2008). Enquanto movimento social essencialmente moderno, o feminismo passa a usar com maior frequência o termo gênero, na tentativa de distanciar a opressão sofrida pelas mulheres de causas naturais. Também defende igualdade de direitos e status entre os sexos em todos os campos, com questionamento, crítica e denúncia da visão social do direito masculino de exercer poder sobre o feminino e, conseqüentemente a chamada “opressão feminina” (SILVA, 2013).

A partir de então, esta categoria possibilitou a compreensão das desigualdades entre homens e mulheres, superando a visão de que os atributos e papéis definidos com base nos aspectos biológicos são naturais e inquestionáveis. Sabe-se hoje que a atitude dos homens e das mulheres está intimamente ligada às representações simbólicas de masculinidade e feminilidade que se construíram historicamente e, portanto, são mutáveis e relacionais (TAQUETTE, 2009).

Também, a abordagem feminista colocava em tona a família como instituição perpetuadora de ‘silêncios’ controlados pelo poder. Por ser um ambiente ‘privado’ favoreceria o uso autoritário do poder dos mais fortes (homem) sobre os mais fracos (mulher) (ALMEIDA, 2009). Ressalta-se que esta característica se dá para além do âmbito doméstico, visto ser a problemática de acuidade coletiva. Nessa conjuntura, o poder social é utilizado para preservar privilégios masculinos, ampliando-os a todos os domínios da vida em sociedade: na família, na representação política, em cargos de alto escalão, como a direção de uma empresa, entre outros. Na prática, essa conjuntura produz obstáculos no acesso das mulheres ao poder, reforçando ainda mais as desigualdades de gênero (KURZ, 1993).

Embora as discussões sob o olhar de gênero, a identidade de mulheres ainda é ancorada no papel de cuidadora da casa, do filho, do esposo, do idoso da família. É a mulher

que acompanha um ente familiar até o serviço de saúde quando este adoecer, de modo que o cuidado é socialmente considerado como um papel intrínseco às mulheres. E nessa direção, o cuidado do outro e o de si próprio foi ensinado, naturalizado e reproduzido como algo inerente ao feminino. Tal contexto nos permite entender o porquê de homens, em geral, não buscarem cuidados com a própria saúde, sobretudo de forma preventiva.

### 3.2 GÊNERO E VULNERABILIDADE MASCULINA

A análise sob a ótica de gênero possibilita a compreensão da forma de adoecer e morrer dos homens, e também das mulheres. No contexto da ameaça de feminilização, os homens opõem-se a tudo o que considera feminino (SILVA, 2000), onde se insere o cuidar do outro ou de si. A dificuldade dos homens em buscar os serviços de saúde pode ser explicada pelo fato destes assimilarem o cuidado como uma tarefa feminina. Assim, as práticas de pouco cuidado com o corpo deve-se justamente a reduzida auto percepção de cuidado por parte dos homens (SEPARAVICH; CANESQUI, 2013; MARCHIN; COUTO; SILVA; et. al, 2011).

Assim, no tocante da saúde, os homens muitas vezes negam a dor/sofrimento/vulnerabilidade, com o objetivo de reforçar a ideia de masculino, do homem forte, que é diferente da mulher. Essa percepção de ‘ser forte’ acarreta em práticas de pouco cuidado com o próprio corpo, tornando-o vulnerável a uma série de situações (MARCHIN; COUTO; SILVA; et. al, 2011). Dessa forma, a crença socialmente compartilhada de que o cuidado é atributo do mundo feminino nos permite analisar uma diversidade de indicadores em saúde e inclusive a entender o que os dados de fato indicam.

No que tange, por exemplo, aos índices referentes à morbidade brasileira, os dados brutos mostram maior taxa na população de mulheres. Porém, quando ponderado mais especificamente e observado sob a ótica de gênero, percebe-se que os números se devem ao fato de que as mulheres buscam mais assistência à saúde do que os homens (VILLAR, 2007). Percebe-se, pois, a importância de se considerar gênero enquanto categoria de análise, a fim de assegurar que os dados presentes nos Sistemas de Informações em Saúde sejam transformados em informações pertinentes com as questões de saúde. É importante ressaltar que, ao desconsiderar gênero, o foco das ações para redução da morbidade pode ser equivocadamente direcionado.

A ótica de gênero nos possibilita, portanto, uma análise mais fidedigna dos dados possibilitando subsidiar estratégias mais eficazes. Possibilita conhecer como os indicadores de

morbimortalidade se comportam para homens e para mulheres e entender a maior vulnerabilidade masculina para uma diversidade de situações que colocam sua saúde/vida em risco, tais como o câncer de próstata e as chamadas “causas externas” (acidentes de trânsito, homicídios, suicídios) que também geram sérios impactos sobre o perfil de morbimortalidade.

No Brasil, depois do câncer de pele não-melanoma, o câncer de próstata é o mais comum entre os homens, com aumento nas taxas de incidência nos últimos anos. Embora seja uma neoplasia de evolução lenta, com risco para morte reduzido para os casos diagnosticados precocemente, muitos homens já descobrem a patologia quando está em um nível mais avançado, inclusive com comprometimento de outros órgãos, elevando o risco de morte (BRASIL, 2015). A principal razão para a não realização do exame preventivo de toque retal deve-se ao fato dos homens considerá-lo constrangedor e ofensivo à sua masculinidade (VIEIRA; ARAUJO; VARGAS, 2012). Nota-se que a vulnerabilidade masculina para óbitos por conta do câncer de próstata reflete a construção sociocultural do “ser homem”, pautada na supervalorização de sua virilidade, que não pode ser violada. Tal concepção representa uma barreira para a realização do exame de toque e conseqüentemente para a promoção da saúde dos homens.

No que tange as “causas externas”, os índices de mortalidade também sinalizam serem as ocorrências notadamente masculinas, influenciadas, sobretudo pela construção social do homem corajoso. Bourdieu (2005) refere que para a manutenção do capital simbólico de poder, os homens também são afetados, especialmente, quando se trata de manter a “honra” e garantir a virilidade. Isso porque existe um preço para os homens responderem à essa demanda do poder masculino, produto das relações sociais de gênero. Assim, ao analisar os indicadores de mortalidade, a partir do Sistema de Informação em Mortalidade (SIM), é possível perceber que as causas externas, representadas pelos homicídios e Acidentes de Transporte Terrestres (ATTs), constituem as principais causas de óbitos na população masculina; enquanto que na população feminina morre-se mais por doenças cardiovasculares (BRASIL, 2014). Quando avaliado especificamente as causas externas registradas em 2014, observa-se mortalidade masculina pelo menos seis vezes maior que a feminina na população geral e de quase 11 vezes na população adulta (BRASIL, 2014).

Os últimos dados disponíveis no Mapa da Violência mostram que no Brasil, 94% das vítimas de homicídio na população total são homens (WAISELFISZ, 2015), de modo que a vitimização homicida em nosso país é notada e fundamentalmente masculina. A feminina representa, de uma maneira geral, um valor menor do total de homicídios. Notam-se ainda características bem diferenciadas da mortalidade masculina e feminina, o que guarda relação

com os estereótipos sociais de gênero que essas pessoas são ensinadas a viver, associando a prática da violência atributo masculino e à mulher a condição de vítima.

Desse modo, os homens usualmente se envolvem em episódios violentos com outro homem, muitas vezes desconhecido, e em ambientes públicos. Já as mulheres são violentadas por homens conhecidos, principalmente com quem ela possui alguma relação afetiva, e o ato ocorre frequentemente em um ambiente privado/doméstico. Isso faz com que muitas vezes (quando não ocorre morte), esse a violência contra a mulher permaneça invisível e, portanto, fora das estatísticas, favorecendo a subnotificação.

Também inserido nas “causas externas”, o suicídio e a tentativa de suicídio apresentam formas bem peculiares ancoradas no gênero. Evidências revelam padrão diferenciado para o comportamento suicida de homens e mulheres: Embora as mulheres tentem o suicídio três vezes mais que os homens, estes morrem mais, pois utilizam meios de maior letalidade, como a arma de fogo e o enforcamento; enquanto que as mulheres utilizam mais o envenenamento (WAISELFISZ, 2014; BERTOLOTE et al., 2010).

Não podemos deixar de considerar que a morbidade por doenças e os agravos considerados evitáveis, como as “causas externas” e o câncer de próstata, geram elevado gasto público com tratamento e a recuperação dos indivíduos. Soma-se o prejuízo na previdência social visto que as pessoas economicamente ativas ficam afastadas de seus empregos. Para exemplificar, Silva (2010) fez um comparativo dos gastos com saúde pública no Brasil e revelou que no ano anterior o setor saúde gastou 90,2 bilhões de Reais, o que equivale a um gasto de 5% do Produto Interno Bruto (PIB). Essa soma foi destinada para prevenção, tratamento e reabilitação de pessoas envolvidas em situações de violência.

Contudo, sabe-se que essas estatísticas refletem os índices e gastos referentes à violência urbana ou àquela cuja expressão esteja relacionada a utilização de arma de fogo, arma branca ou outro meio que gere danos graves a saúde. A violência doméstica, por ser considerada privada e ser permeada pelo silêncio, é mais dificilmente reconhecida e passa, por muitas vezes, despercebida no serviço de saúde. Assim, não são contemplados os custos relacionados ao seu atendimento, mesmo porque as lesões são frequentemente justificadas por outras causas, tais como: quedas, acidentes domésticos, etc. Evidencia-se, pois, que além das repercussões pessoais e sociais, a violência tem grandes repercussões financeiras, onerando os cofres públicos, estabelecendo-se como um problema de saúde pública. Estudo realizado nos Estados Unidos da América considera a violência no âmbito doméstico como uma das epidemias mais caras e crônicas que o país enfrenta, sendo que as mortes causadas por

parceiro íntimo, somente em 2007, foram de aproximadamente 2.340 pessoas (DAHLSTEDT, 2013).

Nesta perspectiva, é fundamental compreender todo o contexto que envolve a violência conjugal, pois, mesmo na condição de agressor, o homem é uma vítima, visto que, desde cedo aprendeu a viver com a violência, seja esta como expectador, quando na infância presenciou diversos atos de violência do pai contra a mãe, ou como participante, sofrendo também da violência familiar. O impacto sobre a produtividade econômica relacionado à forma de adoecer e morrer dos homens brasileiros ratifica a necessidade de estratégias que favoreçam a desconstrução dos modelos de “ser homem”. Nesse contexto, a recentemente criada Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do homem (PNAISH) traz a importância de melhor conhecer o processo de construção desse fenômeno, e acrescenta que:

A integralidade na atenção à saúde do homem implica na visão sistêmica sobre o processo da violência, requerendo a des-essencialização de seu papel de agressor, por meio da consideração crítica dos fatores que vulnerabilizam o homem à autoria da violência, a fim de intervir preventivamente sobre as suas causas, e não apenas em sua reparação (BRASIL, 2008, p. 23).

### 3.3 A CONSTRUÇÃO INTERGERACIONAL DA VIOLÊNCIA MASCULINA

A violência pode ser entendida como processo de sociabilidade masculina, pois existe um rito de passagem, quando meninos aprendem as regras e ‘aprendem’ a ser um homem. E essa aprendizagem se faz pelos abusos físicos e psicológicos e a agressividade que se espera de um homem. Esse processo faz parte da construção da masculinidade e imposição do modelo de masculinidade hegemônica (WELZER-LANG, 2001).

Por ser um processo tido como masculino, estatisticamente, os homens se envolvem em violência de forma mais frequente que as mulheres. É importante ressaltar que neste processo, o homem se envolve na violência de duas formas: como agressor e como vítima, sendo que, entre as formas de violência interpessoais existentes, a violência conjugal é o tipo mais frequente em todo o mundo, envolvendo qualquer tipo de ato violento existente nos relacionamentos amorosos, seja ele legalizado ou não (ALMEIDA E SOEIRO, 2010).

Para contextualizar e definir, a violência contra as mulheres é mundialmente reconhecida, e considerada um problema de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde, podendo culminar na morte da mulher por suicídio ou por homicídio (MENEGHEL; HIRAKATA, 2011). Conforme a OMS (2010), quase metade das mulheres assassinadas são mortas pelo marido ou namorado, atual ou ex. Já a violência da mulher para o seu cônjuge, acontece de forma minoritária, mas também tem a mesma denominação usada pela lei Maria



da Penha, na qual enfatiza ser aquela que cause qualquer tipo de dano, seja ele físico, psicológico, moral ou patrimonial (BRASIL, 2006), sendo que no Brasil, dados recentes do Departamento Penitenciário Nacional revelam que até o final do ano de 2013, 140 mulheres já foram presas em todo o país por violentar seus companheiros (BRASIL, 2013).

Compreende-se, assim, a necessidade de mais estudos que levem em consideração que em uma relação de violência conjugal ambos agredem e são agredidos, sendo notável o sofrimento tanto para as mulheres quanto para os homens, de modo que também se deve enfocar o modo como são construídos os relacionamentos. Resultados do estudo de Diniz et al. (2003) demonstram que embora representem os homens como agressores na relação conjugal, homens e mulheres são igualmente apontados como autores da agressão, porém há especificidades quando sob o recorte de gênero. A mulher emprega frequentemente a agressão física leve, além de violência verbal e psicológica; o homem provoca lesões mais graves e visíveis (TISAK, 2016).

É importante resgatar a abordagem de gênero discutida anteriormente, e alguns elementos como a dominação masculina, construída no seio da família. O modelo da família tradicional foi marcado por normatizações e expectativas que definiam uma divisão clara de papéis entre mulheres e homens. Enquanto que o espaço privado era idealizado para a mulher, o espaço público destinava-se ao macho forte e viril, que não leva desaforo para casa (DINIZ, 2011).

Machado (2001) problematiza a construção social da violência, relacionando-a à categoria relacional da honra, uma vez que diz respeito a valores de longa duração, da sociedade ocidental, em que tradicionalmente homens controlam “suas” mulheres e as disputam e defendem de outros homens. A honra do homem depende do cumprimento de sua obrigação enquanto pai e marido, de “não deixar faltar nada” e de ter uma “mulher respeitada”.

Dessa forma, é importante conhecer aspectos relacionados ao homem, visto que ele aprendeu desde cedo a lidar de forma violenta, sendo que muitas vezes age naturalmente, sem se dar conta de que pratica um ato ilícito, pois aquele é intrínseco ao seu papel. Nesta abordagem, estudos que analisaram a fundo o fenômeno da violência, reconhecem o seu caráter intergeracional (GOMES et al., 2007; GUSMÃO, 2009; LIMA E WERLANG, 2011).

A intergeracionalidade da violência já vem sendo abordada em diversos textos e discutida em eventos científicos, despertando-nos para a necessidade de ações no sentido de interromper a reprodução da desigualdade de gênero, socialmente compartilhada e que acabam por naturalizar, internalizar e reforçar a assimetria entre homens e mulheres. Neste

contexto, meninas e meninos aprendem, a ser mulher e a ser homem, segundo o que se espera em nossa sociedade.

Corroborando, diversos estudos demonstraram o caráter intergeracional da violência conjugal, tanto para o agressor quanto para a vítima. A chance de praticar violência aumenta em 96% se o parceiro teve a mãe agredida pelo companheiro (pai/padrasto) durante sua infância. A chance de sofrer violência foi maior em 92% das mulheres cujas mães também foram agredidas (VIEIRA, PERDONA, SANTOS, 2011).

Um estudo longitudinal ao longo de três gerações revelou que se a avó foi abusada pelo marido, sua filha foi mais susceptível a ser molestada sexualmente na infância. De modo semelhante, se a mãe foi abusada sexualmente quando criança sua filha tem maior risco de abuso sexual infantil. Por sua vez, as filhas abusadas expressam mais ansiedade sobre as relações amorosas, além de conflitos de fixação precoce que significa uma grande dependência psicológica (McCLOSKEY, 2013).

Destinchando mais sobre a temática, homens que violentam suas companheiras viveram violência desde a infância, presenciando a agressão entre os pais e, até mesmo, sofrendo-a, caracterizando a violência intergeracional. Percebe-se que viver no meio familiar diferentemente do que foi idealizado, interfere na construção da identidade masculina, constituindo cenários violentos, haja vista que os homens tendem a reproduzi-la nas relações sociais, em especial nas relações com suas companheiras e filhos (GOMES, 2007; ZALESKI et al. 2010).

Logo, a transmissão intergeracional da violência tem sido usada para explicar a relação entre ter presenciado violência na família de origem e a violência praticada pelo parceiro íntimo. Muller (2006) ressalta que a educação no ambiente familiar, que é passada de pais para filhos, é essencial, visto que a infância é o período que o indivíduo incorpora os valores morais que o conduzem à cidadania. Na falta dessa base familiar, e principalmente quando vivencia um ambiente conflituoso, as chances de reproduzir a violência são grandes (LIMA E WERLANG, 2011).

Assim, quando nas relações conjugais, os homens reproduzem a violência vivenciada ao longo da vida. O poder da reprodução social da desigualdade de gênero já fora reconhecido nacionalmente em documentos oficiais, como por exemplo, através da Lei Maria da Penha, que permite que o Juiz determine o comparecimento obrigatório do agressor em espaços de recuperação e reeducação, objetivando a não *re-ocorrência* da violência (SILVA, 2014).

### 3.4 REPERCUSSÕES DA VIOLÊNCIA CONJUGAL PARA QUEM A VIVENCIA: O CUIDADO EM PAUTA

A violência afeta de forma incomensurável a vida das pessoas que a vivenciam, pois, além de causar lesões, traumas e, até mesmo a morte, encontra-se associada a muitas doenças, tendo um grande impacto na morbidade (DOMINGUES; MACHADO, 2011). Estudos já vêm sinalizando por exemplo, que mulheres em situação de violência buscam com mais frequência, os serviços hospitalares e de urgência que outras pessoas que não sofrem maus tratos e, conseqüentemente, geram mais custos de atenção sanitária (MIRANDA; PAULA; BORDIN, 2010). Aproximadamente 35% das queixas das mulheres aos serviços de saúde estão associadas a algum tipo de agressão (DOMINGUES; MACHADO, 2011).

Na América Latina, a porcentagem de mulheres que sofrem violência conjugal varia entre 25 a 50%, o que influencia na diminuição de 14,2% do Produto Interno Bruto (PIB) (BRASIL, 2007). Dados do banco Interamericano de Desenvolvimento mostraram que no mundo, 25% das faltas da mulher ao trabalho é resultado de violência sofrida, o que reduz seu ganho financeiro em 3% a 20% (BRASIL, 2010). Nos Estados Unidos, a VPI influencia na perda de quase oito milhões de dias de trabalho remunerado por mulheres, o equivalente a 32.114 postos de trabalho em tempo integral (MARCY; CHANGING, 2009).

Os custos relacionados à violência contra a mulher sobre a produtividade econômica evidenciam que tal problemática deve ser interesse de toda a sociedade, até porque, embora a maior parte dos estudos mostrem as repercussões para este público, a violência traz prejuízos para toda a família e também sociedade no geral, independente da raça/etnia, religião, idade, situação financeira, nível de escolaridade.

Para contextualizar as repercussões sobre o setor saúde, dados do balanço central de atendimentos à mulher revelam que a cada cinco anos, a mulher que sofre violência perde um ano de vida saudável (BRASIL, 2010). O departamento global de saúde dos EUA revelam que a violência conjugal tem impactos devastadores para a mulher e toda a família, gerando doenças crônicas, abuso de drogas, conseqüências mentais severas e problemas reprodutivos, tendo implicações inclusive durante a gravidez, ameaçando não apenas a saúde da mãe como também a do bebê, como por exemplo, o baixo peso ao nascer (ELLSBERG; EMMELIN, 2014).

As repercussões são variadas e diretamente relacionadas à forma de expressão do ato. Estudo que teve como objetivo conhecer a percepção dos brasileiros acerca da violência doméstica/conjugal revelou que 80% dos entrevistados citaram a violência física; 62% dos

entrevistados reconhecem agressões verbais, xingamentos, humilhação, ameaças e outras formas de violência psicológica. A violência sexual também foi citada com 6%, como sendo a obrigação da pessoa a fazer sexo contra sua vontade, estupro (IPSOS, 2011).

Embora a violência física represente ainda a face mais visível do problema, o entendimento de que a violência psicológica é também um tipo de violência, é um indicativo forte de que está havendo uma mudança cultural, pois, se compararmos estudos anteriores, não havia uma compreensão mais ampla do que seria violência doméstica, pois, somente a agressão física tinha notoriedade. Até mesmo a violência sexual não era interpretada como violência doméstica, pois para muitas pessoas não havia estupro dentro de um casamento.

Estudos realizados com mulheres atendidas nas clínicas de dor do Rio de Janeiro, que referem dores sem causa palpável detectou que mais de 90% das clientes atendidas tinham sofrido ou continuavam sofrendo violência dentro de casa, sendo que 43% tinham sofrido ou sofriam especificamente a violência sexual (DOMINGUES; MACHADO, 2011).

A vivência de violência conjugal também guarda relação com o aborto. Diniz et al. (2011) mostram sua associação com o aborto provocado, em estudo onde das 147 mulheres com história de aborto provocado, 27,9% declararam ter sofrido violência conjugal, sendo que 67% afirmaram que a decisão de abortar decorreu da violência sofrida. Percebemos assim, que a vivência de violência conjugal interfere na decisão de realizar o aborto. Gomes et al. (2009) relata ainda ser importante refletir que muitas mulheres entram em processo de aborto “espontâneo”, quando na realizado, foi provocado pela situação de violência conjugal. Logo, os números presentes na literatura ainda são subestimados.

As mulheres que sofrem violência por parceiro íntimo e decidem continuar com a gravidez também apresentam consequências desse evento, como a exemplo da depressão pós-parto, que no estudo de Mattar et al. (2007) revelou que 38,3% das mulheres que sofriam deste agravo após o parto referiram história de abusos.

Estudo com mulheres e homens em vivência de violência conjugal revelou que 56,7% das mulheres faziam uso de medicamentos em função da situação de violência, comportamento que pode estar relacionado a episódios de depressão e/ou ansiedade (DEEK, 2009). Correia (2011) concorda que mulheres em situação de violência conjugal apresentam maior chance de desenvolver sintomatologias depressivas e tentar suicídio, o que foi também revelado no estudo de Miranda, Paula e Bordin (2010).

A repercussão sobre a saúde do filho também se dá a longo prazo. Filhos e filhas de casais em situação de violência têm três vezes mais chance de adoecer e 63% delas repetem pelo menos um ano na escola, abandonando os estudos em média aos nove anos

(LUDERMIR et al, 2010). Estudo realizado em Nicarágua, país da América Central, revelou que a exposição à violência conjugal está associada ao aumento de 10-17% no risco de castigos corporais infantis, outro tipo de violência familiar (CAPALDI; KIM, PEARS 2009, SALAZAR; DAHLBLOM; SOLO et al, 2014).

Percebe-se, pois que a violência afeta significativamente o processo saúde-doença dos envolvidos, não sendo necessariamente apresentada pelos sinais físicos, mas também pelo sofrimento psicoemocional, a depressão, por exemplo, ou mesmo por sintomatologias físicas consequente da violência psicológica somatizada. Essas situações, ainda que não percebidas como sendo consequências da violência vivenciada, podem e devem ser identificadas no espaço da saúde, de modo que este setor representa *locus* privilegiado para identificação destas situações. Vieira, Perdoná e Santos (2011) referem que os profissionais devem estar preparados e principalmente atentos para identificar o fenômeno, que nem sempre tem marcas visíveis.

Nesse contexto, em 2003 foi sancionada a lei nº 10.778 que estabelece a notificação compulsória do caso de violência contra a mulher que for atendida nos serviços de saúde, sejam eles públicos ou privados em todo o território nacional (BRASIL, 2003). A notificação compulsória é uma comunicação obrigatória feita à autoridade sanitária sobre a ocorrência de determinada doença ou agravo à saúde ou surto que deve ser feita por profissional de saúde ou qualquer cidadão, visando à intervenção do problema (DESLANDES, 2011).

A notificação é, portanto, um instrumento importante para dimensionar a magnitude dos casos de violência, todavia, estudos mostram que os profissionais em geral não realizam o preenchimento da ficha, atribuindo sua falha à formação profissional, uma vez que não tiveram aulas sobre o tema (VICENTE; VIEIRA, 2009). Outros motivos que levam os profissionais de saúde a não notificarem são: considerar as questões de violência como pertinentes às áreas da Segurança e Justiça; o medo de se envolver com o assunto; a reprodução do modelo biomédico, ou seja, muitos tratam apenas das queixas físicas, sem tentar entender a causa, tornando o atendimento caracterizado pelo não acolhimento das necessidades e não encaminhamentos necessários (VIEIRA et al., 2009).

Diante o exposto, fica claro que a vivência de violência conjugal desencadeia uma série de problemas de saúde para as mulheres, filhos, e homens, já que a própria PNAISH está pautada em uma visão preventiva de modo a intervir em fatores que desencadeiam a violência. Todo o fenômeno repercute em altos gastos para a sociedade, custos estes que podem ser reduzidos se sobre esta problemática incidir uma política eficaz de prevenção. Para tal, é preciso mudar a forma de organização do sistema de saúde no país, o que perpassa pela

transformação no processo de formação de profissionais de saúde, que durante muito tempo esteve tradicionalmente mais direcionada às ações curativas, limitando-se as questões clínicas e baseando-se no modelo biomédico. Os profissionais de saúde precisam ser preparados para atender pessoas em situação de vulnerabilidade, de modo a associar sinais e sintomas que possam surgir fisicamente, em decorrência de uma violência que nem sempre é física, mas que se somatiza. Em especial para enfermagem é essencial uma formação com o olhar para a violência doméstica como objeto da saúde, seja pelo contato no espaço assistencial, seja pelo vínculo na ESF, o que aumentaria as chances da identificação deste agravo e as possibilidades da mulher ser ajudada.

Nesta compreensão, verifica-se uma lacuna no que se refere às repercussões para os homens, uma vez que a violência conjugal é relacional. Isto se dá pela perspectiva polarizada de lados bem definidos de vítimas e agressores (MUSZKAT, 2008), porém o que se percebe é que o homem que vive em situação de violência (como vítima ou agressor) apresenta consequências relevantes no âmbito da saúde, inclusive associado à co-morbidades associadas, como o alcoolismo e o abuso de drogas (MELO; SILVA; CALDAS, 2009), apresentando sinais e sintomas físicos e psicológicos.

Nesta perspectiva, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do homem é tida como divisora de águas, uma vez que até então o homem era incluído no cenário da saúde apenas para tratamento de doenças já acometidas. Tal política tem como um dos principais objetivos, promover ações no âmbito da saúde que contribuam para a compreensão da realidade masculina e de seus diversos contextos socioculturais, políticos e econômicos, possibilitando a organização dos sistemas locais de saúde e, por conseguinte, aumentando a expectativa de vida e a redução dos índices de morbimortalidade por causas preveníveis e evitáveis nessa população, reduzindo também os gastos públicos (SUS) (BRASIL, 2008).

Assim, a PNAISH traz a reflexão crítica em relação à univocidade da masculinidade, no entanto, desdobrou-se no avanço das discussões, que passaram a incorporar as relações de gênero como determinantes do processo de saúde-doença e a resgatar os homens como sujeitos do direito à saúde (BRASIL, 2008). Nesta conjuntura, é necessário interligar as políticas existentes, como forma de buscar lugares para o trabalho com esses homens, uma vez que normalmente se enfatiza o trabalho apenas com as mulheres. No contexto da violência, a Lei Maria da penha inclusive traz no artigo 35, parágrafo V, a importância de se criar espaços educativos e de reabilitação para que os homens agressores possam refletir sobre seus atos, e agir de maneira diferente (BRASIL, 2006).

Esses espaços de trabalho com o homem poderiam ser favorecidos pela união das Secretarias de Saúde, Ação Social e Educação, por exemplo, através da viabilização de ações articuladas entre a Estratégia Saúde da Família (ESF), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e escolas da rede municipal e estadual. Tem-se percebido o arrojo em projetos que enfatizam a valorização da integração universidade, comunidade e serviço de saúde, sendo que as instituições de ensino superior ocupam lugar privilegiado no sentido de integrar, ou até mesmo facilitar, essas articulações para formação destes espaços nas comunidades, sobretudo aquelas que apresentam maiores índices de violência conjugal, constituindo espaços de ensino, pesquisa e extensão, fazendo valer as recomendações da Lei 11.340, que prevê “destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero” (BRASIL, 2006).

Assim, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem alinha-se com a Política Nacional de Atenção Básica – porta de entrada do Sistema Único de Saúde - com as estratégias de humanização, e em consonância com os princípios do SUS, fortalecendo ações e serviços em redes e cuidados da saúde. É imprescindível o acolhimento de homens para prevenção desse e de outros agravos, uma vez que o público masculino é de difícil captação nas unidades de saúde, principalmente quando se aborda as questões de prevenção de doenças e promoção de saúde, esbarrando-se em questões de gênero.

## **4 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA**

### **4.1 TIPO DO ESTUDO**

Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa a partir da utilização de multimétodos. Os estudos descritivos permitem a descrição de determinado acontecimento e de suas características fundamentais, estabelecendo relação entre as variáveis (GIL, 2010). Vale salientar que a pesquisa descritiva não só relaciona as variáveis como também determina a natureza desta relação (OLIVEIRA, 2008).

Na pesquisa qualitativa, os objetos não são minimizados a variáveis únicas, sendo entendidos em sua complexidade, de modo que os campos de estudo não são situações artificiais em laboratório, mas sim as práticas e interações dos sujeitos na vida cotidiana. Esse tipo de estudo busca apreender, a partir de materiais narrativos mais subjetivos, a totalidade dos aspectos no contexto em que são vivenciados, enfatizando os caracteres dinâmicos, holísticos e individuais da experiência humana (POLIT, BECK E HUNGLER, 2004).

Por ser um método que auxilia a penetrar na complexidade do ser humano, as abordagens qualitativas têm oferecido oportunidades para que os profissionais de saúde compreendam os significados, crenças e valores que norteiam o comportamento humano (POPE; MAYS, 2008). Considerando as repercussões individuais, familiares e coletivas da vivência da violência conjugal e a importância do entendimento deste fenômeno a partir do discurso masculino para a promoção de estratégias para seu enfrentamento, o estudo qualitativo se mostra adequado ao objeto proposto, sobretudo por adentrar no universo das famílias e significar experiências consideradas íntimas.

A combinação de mais de um método de coleta tem recebido o nome de triangulação metodológica, e consiste em uma estratégia de pesquisa para ampliar o conhecimento acerca do objeto, possibilitando a comparação, a articulação e a complementaridade dos dados coletados e assim garantindo o aprofundamento da compreensão do fenômeno estudado (MINAYO, 2006; DENZIN E LINCON, 2006).

### **4.2 CAMPO E COLABORADORES DA PESQUISA**

A pesquisa foi realizada na cidade de Salvador, Bahia, Brasil. Segundo dados do último censo (IBGE, 2010), Salvador é a terceira capital mais populosa do Brasil com 2.676.606 habitantes e caracteriza-se por uma grande desigualdade social. O cenário do



estudo foi a 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher, localizada na referida cidade.

As Varas de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher foram instituídas a partir da Lei Maria da Penha, e tem competências cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2006). Na Bahia existem três destas instituições, sendo duas localizadas na capital do estado, e a segunda em Feira de Santana. Em Salvador, a 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher de Salvador/BA, onde ocorreu esta pesquisa, foi instalada em 2009. Atualmente a 1ª Vara tem mais de 16 mil processos registrados (entre julgados e em andamento), sendo composta por alguns setores, como: o cartório, que tem a função de dar andamento aos processos; o Ministério Público que através do Defensor Público dá o suporte previsto aos homens que são autores da violência, e através da Defensora pública dá o suporte para as mulheres; além disso conta ainda com psicóloga e assistentes sociais, tendo algumas delas atuação voluntária.

Os colaboradores do estudo foram 23 homens que em algum momento foram presos por violência conjugal, e que na vigência do estudo respondiam a processo criminal na referida Vara de Violência. O contato inicial com os possíveis participantes foi realizado por uma Assistente Social da instituição co-participante da pesquisa.

#### **4.2.1 O grupo reflexivo como forma de aproximação de participantes e do lócus da pesquisa.**

Esta pesquisa faz parte do projeto guarda-chuva de pesquisa-ação intitulado 'Reeducação de homens e mulheres envolvidos em processo criminal: estratégia de enfrentamento da violência conjugal'<sup>§§</sup>, sob financiamento da Fundação de Amparo à pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). A partir do desenvolvimento do projeto maior, me aproximei da instituição lócus da pesquisa, a fim de captar homens para integrar o grupo reflexivo (GR). A título de informação, também houve GR de mulheres, porém foi no masculino que me engajei, haja vista o meu objeto de estudo.

Assim, em fevereiro de 2015 comecei a visitar o espaço da I Vara de violência para conhecer sua estrutura física, recursos humanos e como acontecia o fluxo dos processos.

---

<sup>§§</sup> Projeto de pesquisa-ação, financiado pela FAPESB em edital de Segurança pública. Tem como coordenadora a profª Dra. Telmara Couto, que objetiva a criação de uma tecnologia social capaz de reeducar homens e mulheres em uma perspectiva de gênero, para construírem relações conjugais mais respeitadas.

Juntamente com outros membros do grupo de pesquisa (VIDA), explicamos sobre o que pretendíamos com o desenvolvimento do GR e começamos a traçar o nosso plano de trabalho.

Foram vários dias de buscas, pesquisas, leituras e compartilhamento de materiais, e treze encontros presenciais nos espaços da escola de enfermagem, para que fechássemos a estrutura primária (temas, carga horária, tipo de atividade a ser realizada com o passo-a-passo) de desenvolvimento do GR masculino (APÊNDICE 01). Com esse material pronto, decidimos que era o momento de iniciar as atividades, e nesse momento pedimos reforço das profissionais da vara de violência.

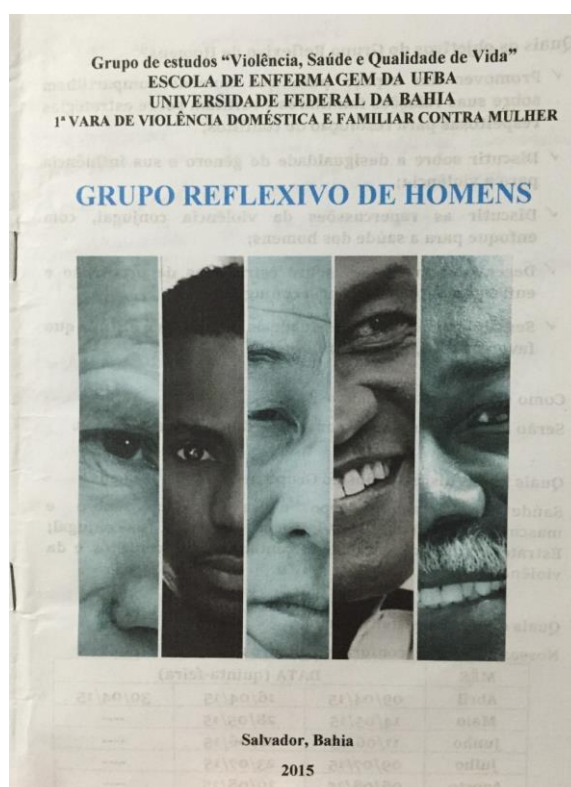
Desse modo, os homens foram contatados primeiramente por uma assistente social voluntária da instituição, que se tornou bolsista do projeto guarda-chuva. Durante as audiências ou atendimentos realizados pela equipe psicossocial, esses homens eram convidados a integrar o GR. Tendo postura favorável ao receber o convite, a assistente social registrava o nome e o telefone desse possível participante. Ao final desse processo obtivemos uma lista com aproximadamente 60 nomes. A partir desse momento, já com data definida, entramos em contato telefônico para reforçar o convite e explicar sobre data, horário e local.

Nossos encontros foram agendados sempre às quintas-feiras, a partir das 16 horas em uma sala de uma escola pública municipal situada na mesma Avenida da Vara de violência. O ambiente era bem tranquilo e pudemos trabalhar sem intervenções externas. Dos 25 homens que confirmaram presença via telefônica, 13 se fizeram presentes no primeiro dia de encontro. Destes, nove continuaram durante todo o processo de desenvolvimento do grupo. Os encontros foram direcionados por mim, doutoranda e por um mestrando participante do mesmo grupo de pesquisa. Contou ainda com o apoio dos Orientadores e de bolsistas da graduação. Os temas, dispostos no quadro 01, foram variados, seguindo uma sequência que para nós (grupo organizador) pareceu ser mais adequado, decisão esta fundamentada em experiências de grupos que já aconteciam em outras regiões do Brasil. Todo o andamento do grupo foi gravado com um gravador de voz, sendo o conteúdo transcrito pelas bolsistas. Apesar disso, apenas os dados obtidos no encontro nove (grupo focal) foram utilizados para compor os resultados desta pesquisa. Algumas fotos estão dispostas a seguir, para que leitores possam se sentir familiarizados com o trabalho desenvolvido.

**Quadro 01** – Datas e temas referentes aos encontros do grupo reflexivo.

GR	DATA	TEMA
01	09/04/15	Grupo de recepção
02	16/04/15	Família

03	30/04/15	Violência conjugal
04	28/05/15	Elementos precipitadores e intensificadores da violência conjugal
05	11/06/15	Agravos à saúde do homem e das famílias
06	18/06/15	Corpo e sexualidade
07	09/07/15	Gênero, masculinidade e honra
08	23/07/15	O que faço quando estou com raiva? Solucionando problemas de forma pacífica
09	06/08/15	Grupo Focal – questões norteadoras – (item 4.3.2)



**Figura 01** - Cartilha elaborada pela equipe organizadora e distribuída entre os participantes no primeiro encontro (APÊNDICE 02)



**Figura 02** - Foto do encontro 01: apresentações gerais



**Figura 03** - Foto do encontro 06: Corpo e sexualidade



**Figura 04** – Foto do encontro 07: Gênero, masculinidade e honra.



**Figura 05** – Foto do encontro 09 - Grupo Focal



**Figura 06** - Foto com toda a equipe organizadora/executora do GR e com os participantes que se sentiram à vontade para serem fotografados

#### 4.2.2 Critérios de inclusão/exclusão

Os critérios de inclusão foram: homens, que estivesse no momento respondendo a processo de violência junto a Vara, e que gozassem de boas condições emocionais, sendo analisados pela equipe psicossocial da instituição; que foram presos em algum momento por conta da agressão relacionada ao processo; que estivessem em liberdade no momento da coleta. Foram excluídos do estudo, homens que respondiam a processo junto à Vara que não por violência contra sua (ex)cônjuge.

#### 4.3 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Este estudo foi realizado com o emprego de duas técnicas de coleta de dados: a entrevista e o grupo focal (GF). A entrevista foi realizada com 23 homens, e dentre esse coletivo, nove participaram do GF, sendo neste caso a entrevista realizada antes, uma vez que o objetivo da segunda técnica foi dar profundidade ao emanado. A medida que cada coleta era realizada, os dados eram imediatamente transcritos e organizados, conforme detalhado à seguir:

#### 4.3.1 Significando o outro lado: a entrevista e a vivência masculina

Uma das etapas da coleta de dados foi a entrevista com roteiro semiestruturado (APÊNDICE 03). Este método de coleta de dados combina perguntas fechadas e abertas, podendo o entrevistado discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador (MINAYO, 2010). O formulário semiestruturado continha questões abertas referentes ao relacionamento conjugal (Fale-me o que você entende por violência conjugal? Fale-me sobre sua vivência nas esferas policial e judicial, desde o momento em que foi preso? Como você se sentiu por ter sido preso? Como superou ou está superando essa vivência?) e questões fechadas, contemplando aspectos socioeconômicos (idade, cor/raça, situação conjugal, escolaridade, situação de trabalho, entre outros) (APÊNDICE 03). As falas foram gravadas com auxílio de um gravador de voz.

Os encontros foram agendados conforme disponibilidade dos participantes e aconteceram no mesmo espaço físico do GR, porém em dia ou horário diferente de suas atividades. Para os participantes do grupo, as entrevistas foram agendadas a partir do terceiro encontro, sendo que os nove homens foram entrevistados até o final de julho, antes da execução do grupo focal. Os demais colaboradores entrevistados (14) foram convidados também pela assistente social da Vara para que pudessem integrar a pesquisa, porém participando apenas da entrevista. Em caso positivo, o agendamento era feito por algum membro da equipe executora, da mesma forma que para os outros homens, porém essas entrevistas foram realizadas entre agosto e dezembro de 2015.

Não houve qualquer diferença notada entre as ideias centrais dos participantes, quando comparados os que participavam do GR e os que não participaram, visto que as questões eram fundamentadas em aspectos da sua vivência jurídico-policial e percepção sobre a violência. Ainda que a pesquisa qualitativa não se preocupe com quantidade, a escolha de mais 14 participantes para a etapa da entrevista justifica-se por o método de organização escolhido (sujeito coletivo – disposto no item 4.4.2) demandar maior número de participantes.

As entrevistas tiveram duração variada entre 32 (trinta e dois) e 51 (cinquenta e um) minutos. Os homens puderam ouvir (quem desejasse) os seus discursos imediatamente após o término da entrevista, discordando de suas palavras ou acrescentando novos aspectos, se assim o desejassem.

Não foi pré-estabelecido uma amostra de colaboradores para a entrevista, sendo que o número de entrevistados foi determinado pela saturação das informações, quando as respostas e observações comesçassem a ganhar caráter de redundância. Conforme defende Dantas et. al

(2009), o número de participantes é determinado pelo conteúdo e consistência dos dados apurados.

#### **4.3.2 O grupo focal como técnica de aprofundamento das entrevistas**

O grupo focal (GF), como técnica de coleta de dados, teve seu surgimento no campo da pesquisa social, com manejo principalmente pelas áreas da antropologia, ciências sociais, mercadologia e educação em saúde. É uma metodologia que utiliza fundamentalmente a interação entre seus membros para que, a partir desse intercâmbio grupal, se promova ampla problematização sobre um tema específico (BACKES, et al., 2011).

A utilização dos GFs como técnica de coleta e até mesmo de análise de dados, tem sido reconhecida como privilegiada para que se alcance de concepções grupais acerca de uma determinada temática. Isso, porque os encontros grupais estimulam o debate entre os participantes, permitindo que os temas abordados sejam mais problematizados, promovendo aos participantes explorarem seus pontos de vista sobre um determinado fenômeno social, promovendo espaço de discussão e de troca de experiências em torno de determinada temática. Esse intercâmbio de vivências e conceitos faz com que se produza dados e insights que seriam menos acessíveis fora do contexto interacional (BANCHS, 2009).

Desse modo, o GF faz com que haja o deslocamento da posição do participante para sujeito ativo no processo, o que faz com que se alcance um nível reflexivo que outras técnicas não conseguem (BACKES, 2011). São assim, reveladas dimensões de entendimento que, frequentemente, permanecem inexploradas pelas técnicas convencionais e individuais de coleta de dados, como a entrevista (KITZINGER, 1994). Esse aspecto tem potencializado a utilização desse método em diversas áreas da produção de conhecimentos, como nas pesquisas em enfermagem (BACKES, 2011).

O GF pode ainda facilitar a discussão de temas que normalmente são pouco explorados ou até mesmo evitados, como o caso da violência conjugal, visto que os participantes mais extrovertidos envolvem e estimulam os demais, podendo inclusive, gerar comentários mais críticos (KITZINGER, 1994), o que foi a todo o momento percebido por mim, visto que alguns elementos ocultados na entrevista emergiram no desenvolvimento do grupo.

Ressalta-se que o GF não é capaz de condicionar ou influenciar o delineamento dos objetos e objetivos de pesquisa, tampouco possui autonomia metodológica para reger ou definir a sua própria utilização (NETO et.al, 2002). Desse modo, a equipe de coordenação

deve estar preparada, a fim de planejar, avaliar e direcionar os encontros conforme o desenvolvimento grupal (DALL'AGNOL; TRENCH, 1999).

Exceto pelo fato de ser necessário ter um moderador e um observador, todos os demais critérios de constituição dos grupos focais podem variar e ser coerentes com os objetivos da pesquisa, tendo em vista o que se quer investigar (KIND, 2004). Entretanto, cabe destacar algumas diretrizes a ser consideradas: O ambiente dos encontros deve ser acolhedor e assegurar a privacidade. Cadeiras ou assentos organizados em círculos é uma boa opção de organização do espaço, embora outras disposições que promovam a participação e a interação dos envolvidos sejam aceitas. A quantidade de encontros é flexível e vai de acordo com a pertinência, sendo que devem ser organizados pelo menos dois, caso seja um grupo de pessoas até então desconhecidas, para cada tema que será abordado. Novos encontros devem ser agendados até que a informação obtida deixe de ser nova, alcançando a saturação do tema. Sugere-se que a duração de cada um dos encontros varie de uma hora e meia a duas horas (DEBUS, 1997; KIND, 2004).

Para compor o coletivo, são preferíveis grupos homogêneos, em que os integrantes possuam entre si ao menos uma característica comum importante, determinada pelo objetivo do estudo, caracterizando-se, portanto, uma amostra intencional (BACKES, 2011). No caso desta pesquisa, os nove homens foram presos e estavam livres no momento do estudo, respondendo a processo criminal por violência conjugal. Quanto ao tamanho e número dos grupos, isso é determinado pelas comparações que o pesquisador deseja realizar, inexistindo uma norma ou regra para tal. De uma maneira geral, pode variar de acordo com o objetivo do grupo: quando se deseja gerar tantas ideias quanto possível, optar por um grupo maior se mostra mais enriquecedor. Se o pretendido é alcançar profundidade de expressão dos participantes, um grupo pequeno seria mais indicado (DALL'AGNOL; TRENCH, 1999; TRAD, 2009).

Ao moderador, sujeito responsável por conduzir os encontros, cabe manter-se instrumentalizado, em todas as fases do processo, com a definição de um guia de temas a serem tratados, além de um esquema norteador do encontro (DALL'AGNOL; TRENCH, 1999). A escolha do moderador deve ocorrer a partir da análise de: 1) características pessoais, principalmente o que tange a abertura para a discussão, e a postura de acolhimento diante dos participantes, visto que o grupo focal não é um texto com respostas certas e erradas, espaço para preleções pedagógicas ou para persuasão. A tarefa básica do moderador é manter o grupo em interação; 2) estilos de moderação, que diz respeito as atitudes e ao comportamento do moderador diante do grupo (amigável, provocativo, ativo, etc.); 3) experiência e antecedentes,



visto que um moderador já experiente estará mais maduro para contornar dificuldades que se façam presentes (KIND, 2004). Como eu já estava frequentemente à frente dos outros encontros do GR, no grupo focal assumi efetivamente a postura de moderadora, visto o manejo e segurança em lidar com o grupo. Fizemos apenas um GF por já conhecer os participantes e porque houve saturação, principalmente porque os participantes já haviam sido entrevistados.

O observador deve ter posição menos ativa, restringindo-se ao registro de comunicações não-verbais, linguagem, atitudes preocupações e ordem de respostas que seja considerada importante. Este sujeito é fundamental para validar a investigação que utiliza GF. Um dos papéis mais importantes do observador é analisar a rede de interações presentes durante o processo grupal. Cabe a ele, também, apontar as reações do moderador com relação ao grupo, suas dificuldades e limitações, para que se possa viabilizar após o término do grupo, a discussão entre a equipe de pesquisadores (DEBUS, 1997; KIND, 2004). Esse papel foi realizado pelos meus professor orientador.

As mesmas questões utilizadas na entrevista foram utilizadas para nortear as discussões: Fale-me o que você entende por violência conjugal? Fale-me sobre sua vivência nas esferas policial e judicial, desde o momento em que foi preso? Como você se sentiu por ter sido preso? Como superou ou está superando essa vivência?

#### 4.4 MÉTODOS DE ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

##### 4.4.1 O software NVIVO® 10

Após a transcrição de todo o material resultante das 23 entrevistas e um grupo focal, os dados foram armazenados e codificados com auxílio do software NVIVO® 10. O NVIVO é uma ferramenta computacional que oferece ao pesquisador, independente do campo e da abordagem do estudo, diversas funcionalidades que vão desde o arquivamento, manuseio, codificação e gerenciamento dos dados da pesquisa, o que facilita o processo de categorização e ordenamento dessas categorias, pois é possível a partir da tela principal observar todo o resultado alcançado (QSR INTERNACIONAL, 2010).

Também é possível gerar diversos tipos de diagramas referentes aos textos. Para esta pesquisa foi escolhida a confecção de um tipo de imagem conhecida como ‘nuvem de palavras’, que possibilita a representação da frequência de repetição de palavras pelos participantes sobre o objeto pesquisado, sendo que quanto mais a palavra aparece no texto



De acordo com Lefèvre e Lefèvre (2005), essa técnica é a maneira encontrada para resgatar o discurso coletivo nos discursos individuais. Assim, o DSC consiste em uma modalidade de apresentação de resultados de pesquisas da linha qualitativa que tem o objetivo de expressar o pensamento de uma coletividade, como se essa fosse exatamente o emissor de um discurso único.

Para serem fidedignas ao método algumas etapas são exigidas e foram seguidas, como dispostas a seguir: 1) Transcrição de todas as falas resultantes de entrevista e GF; 2) Análise do material verbal coletado, extraindo-se de cada um dos depoimentos orais as seguintes figuras metodológicas: Ideias Centrais – IC e suas respectivas Expressões Chave – ECH; 3) A partir das IC e ECH, se compõem os vários discursos-síntese, denominados Discurso do sujeito coletivo (ROCHA, 2009).

A Ideia Central é entendida como um nome ou expressão que permitem traduzir o essencial do conteúdo discursivo explicitado pelos sujeitos em seus depoimentos. É, portanto, a maneira sintética e precisa descrever ou revelar o sentido e o tema das Expressões Chave de cada um dos depoimentos orais (LEFÉVRE E LEFÉVRE, 2005). Resumidamente, a IC diz sobre o quê o sujeito fala. Já a ECH é exatamente a fala do sujeito. Ressalta-se ainda que um discurso possa revelar várias IC e ECH. Os achados foram analisados na perspectiva teórica de gênero.

#### 4.5 ASPECTOS ÉTICOS

Para realização deste estudo foram atendidas as exigências dispostas na Resolução 466/12 do Ministério da Saúde (Conselho Nacional de Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa), que dispõe sobre pesquisas que envolvem seres humanos, com base nos referenciais básicos da bioética autonomia, justiça, beneficência e não maleficência (BRASIL, 2012). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Bahia, sob o parecer de número: 877.905.

Inicialmente foram apresentados os objetivos da pesquisa, e esclarecidos os riscos potenciais, que é baixo, e se refere principalmente ao desconforto que o entrevistado poderia sentir ao compartilhar sua vivência/experiência e relatar informações pessoais ou confidenciais com o investigador. Para casos em que o homem se sentisse constrangido e houvesse necessidade, ele seria encaminhado para a psicóloga que fazia parte do projeto guarda-chuva, porém não foi necessário.

Foram ainda abordados os benefícios do estudo, preservação de imagens registradas (no grupo focal) e a confidencialidade dos dados gerados em ambas as etapas, de modo que as publicações não permitirão identificação dos mesmos. Os homens foram informados quanto à gravação nas etapas de grupo focal e entrevistas e que os resultados do estudo serão publicados em congressos e através de artigos científicos; que o material das entrevistas será arquivado por cinco anos no grupo de pesquisa VIDA, estando à disposição para dirimir eventuais dúvidas ou questionamentos que porventura venham ocorrer, e que após esse período será destruído.

Foi também garantida a livre decisão de participar ou não do estudo sem que haja prejuízos no atendimento na Vara, bem como o direito em recusar a participação a qualquer momento, além de esclarecidos outros preceitos éticos propostos na Resolução 466/2012. Aceitando participar do estudo, foi solicitada aos participantes a leitura do Formulário de Informação aos Participantes e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE 04), ficando os colaboradores com a via original do TCLE, devidamente assinado pela pesquisadora, e devolverão uma cópia assinada, por eles.

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Este capítulo encontra-se subdividido em quatro tópicos: caracterização dos participantes, artigo 1, artigo 2 e artigo 3. Salienta-se que os artigos estão dispostos de acordo com a normatização da revista submetida, sendo esta informada no início de cada manuscrito.

### **5.1 Caracterização dos participantes da pesquisa**

Os participantes do estudo são em sua maioria negros, com faixa etária entre 25 e 65 anos, baixa escolaridade, com predominância em escolaridade fundamental e ensino médio incompleto e renda em torno de um a dois salários mínimos. No que tange aspectos conjugais, os relacionamentos variaram de quatro a 40 anos de convivência, a maior parte em união estável e com filhos.

Convivem hoje sozinhos ou com os parentes mais próximos (pais, irmãos), com frágeis ou nenhum vínculo trabalhista, nas seguintes ocupações: vigilante, autônomo, operador de caixa, garçom, policial militar, auxiliar de serviços gerais, corretor de imóveis, segurança, mecânico, promotor de vendas, auxiliar contábil, cobrador, corretor de imóveis, eletricitista e carregador. Um dos participantes está sem qualquer trabalho e outro é aposentado. Esta situação faz com que muitos dependam ao menos parcialmente de outros entes.

A caracterização de todos os participantes está no (APÊNDICE 05).

## 5.2 Artigo 1 - Percepção de homens em processo criminal sobre a violência conjugal.

**\*Organizado de acordo com as normas da revista REBEN**

### RESUMO

**Objetivo:** Descrever a percepção de homens em processo criminal sobre a violência conjugal.

**Método:** Estudo qualitativo **exploratório**-descritivo, com 23 homens acionados criminalmente por violência conjugal. Os dados foram coletados por multimétodos, sendo utilizadas como técnicas de coleta, a entrevista individual e o grupo focal. Os dados coletados foram organizados no software NVIVO® 11, e compilados através do método do Discurso do Sujeito Coletivo. **Resultados:** Na percepção masculina, a violência conjugal perpassa a compreensão do fenômeno enquanto conduta natural, intergeracional, recíproca e de foro íntimo do casal. Ao tempo que reconhecem as formas mais veladas, a exemplo das ofensas, consideram que para se caracterizar violência é necessária comprovação, que se dá por meio de marcas visíveis, destacando assim as formas físicas. **Conclusão:** O estudo evidencia a dissimetria de gênero como constructo social, sinalizando para a necessidade da criação de espaços de resignificação e reeducação de homens/mulheres, na perspectiva de gênero.

**Palavras-chave:** violência por parceiro íntimo; violência de gênero; saúde pública.

### INTRODUÇÃO

A violência conjugal é um agravo responsável por altas taxas de mortalidade e pela oneração aos cofres públicos, requerendo, para sua prevenção, o desenvolvimento de ações de reeducação de gênero com mulheres e homens. Destarte, entender a percepção dos envolvidos é essencial para que essas estratégias sejam traçadas em todos os espaços de relações, independente do local, raça e estrato social.

A violência entre parceiros íntimos é o agravo mais crônico e dispendioso que os Estados Unidos têm enfrentado, sendo responsável pela morte de mais de 58.139 mulheres entre 1980 e 2008, uma média de 2.000 feminicídios por ano<sup>(1)</sup>. No cenário brasileiro, esses dados são ainda mais alarmantes: 13.071 óbitos de mulheres entre 2009 e 2011, o que representa uma média de 4.357 óbitos por ano. As regiões Centro-oeste, Nordeste e Norte apresentaram os maiores coeficientes<sup>(2)</sup>.

Estima-se ainda, nesse contexto, que outras 40 mil brasileiras busquem o sistema para tratamentos decorrentes da violência, representando um custo anual para o Sistema Único de Saúde de mais de cinco milhões de reais, apenas com internamentos<sup>(3)</sup>. Apesar da grande

oneração, esse é um valor ainda subestimado, visto que as estatísticas não incluem custos com as demandas de saúde que não necessitem de hospitalização tampouco àqueles relacionados aos outros setores como social, policial e jurídico<sup>(4)</sup>.

Em face à grande mortalidade e aos custos gerados, a violência conjugal tem sido objeto de estudo em diferentes partes do mundo, principalmente com foco na percepção da mulher sobre o agravo<sup>(1,5)</sup>. No entanto, incluir os homens é essencial para que se pensem estratégias de prevenção do fenômeno, que devem perpassar pela reeducação de gênero de ambos envolvidos<sup>(6)</sup>. Essa perspectiva é reafirmada inclusive, na Lei Maria da Penha, política pública brasileira de combate à violência contra a mulher, que mostra a necessidade de incluir os homens nestes espaços<sup>(6,7)</sup>. Preconiza inclusive espaços de reeducação de gênero para homens envolvidos em ação penal.

Considerando que o processo de desconstrução da violência conjugal requer aprofundamento teórico do fenômeno, sendo este vivenciado pelo casal, torna-se necessário e relevante a valorização do discurso masculino. Nesse sentido, questiona-se: Qual a percepção de homens em processo criminal sobre a violência conjugal? Delineando como objeto de estudo, a percepção de homens sobre a violência conjugal, a pesquisa adota como objetivo: descrever a percepção de homens em processo criminal sobre a violência conjugal.

## **MÉTODOS**

Trata-se de um recorte de tese de doutorado, vinculado ao projeto guarda-chuva ‘Reeducação de homens e mulheres envolvidos em processo criminal: estratégia de enfrentamento da violência conjugal’, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisa, Violência e Qualidade de Vida (VIDA) da Escola de Enfermagem da UFBA.

O estudo tem caráter exploratório-descritivo, com abordagem qualitativa. Contou com a participação de homens acionados criminalmente por violência conjugal. Estes foram presos pelo ato cometido, e no momento do estudo, respondiam a processo criminal em uma Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, na cidade de Salvador, Bahia, Brasil. Os dados foram coletados por multimétodos, sendo utilizadas como técnicas de coleta, a entrevista individual e o grupo focal. Desse modo, a triangulação metodológica foi garantida sendo possível ampliar o conhecimento acerca do fenômeno estudado. A pesquisa ocorreu entre o período de maio a dezembro de 2015.

O contato com os possíveis participantes foi inicialmente realizado com o auxílio de uma Assistente Social, funcionária da Vara, e posteriormente, via telefone, pelas pesquisadoras. Os homens eram convidados a participar de um Grupo Reflexivo (GR) que se desenvolveu durante nove encontros, com duração de sete meses, e carga horária total de 50 horas; ou a participar apenas da entrevista. Após a explicação, os possíveis participantes optavam por continuar a participar do GR ou apenas da entrevista individual.

Foram garantidas a preservação de imagens registradas e a confidencialidade dos dados gerados em ambas as etapas. Também contemplando as diretrizes da pesquisa envolvendo seres humanos, propostas na resolução 466/2012, foram esclarecidas outros preceitos éticos. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Bahia, sob o parecer de número: 877.905. Aceitando participar em qualquer um dos casos, assinavam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

As entrevistas foram realizadas individualmente, em uma sala privativa da escola pública municipal utilizada para o desenvolvimento das atividades do GR. Os que participaram deste grupo, a entrevista ocorreu durante sua vigência (entre o terceiro e o sétimo encontro). Para os demais, as entrevistas continuaram a ser feitas mesmo após a conclusão do GR, já que não havia vinculação. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se um roteiro semiestruturado, contendo a seguinte questão norteadora: Fale-me o que você entende por violência conjugal. Participaram dessa etapa, os nove integrantes do GR e mais 14 homens, perfazendo um total de 23 participantes. Após a finalização de todas as entrevistas, como forma de aprofundar os achados, foi realizado um grupo focal no último encontro do grupo reflexivo, sendo os dados obtidos utilizados para esta pesquisa.

As entrevistas e o grupo focal foram gravados, e seu conteúdo transcrito na íntegra. Os dados coletados foram inicialmente categorizados através do NVIVO® 11, software que possibilitou também a criação de uma nuvem de palavras, que respaldam os achados. Em seguida realizou-se a organização dos dados em ideias centrais e discursos sínteses, através do método do Discurso do Sujeito Coletivo. Os participantes foram caracterizados por H1, H2, e subsequente. Os resultados foram embasados a partir das temáticas de violência, gênero e masculinidades.

## **RESULTADOS**

Os participantes do estudo são em sua maioria negros, com faixa etária entre 25 e 62 anos, escolaridade fundamental e renda em torno de um a dois salários mínimos. No que tange



aspectos conjugais, os relacionamentos variaram de quatro a 40 anos de convivência, a maior parte em união estável e com filhos.

Os discursos coletivos permitiram descrever as percepções masculinas acerca da violência conjugal, organizadas a partir das seguintes ideias centrais:

### **Ideia central 1 - É normal na relação conjugal**

Os homens percebem a violência como sendo do cotidiano conjugal, motivo que desperta ressentimento e não entendimento da prisão. Revela ainda o seu aspecto cíclico e intergeracional, conforme discurso a seguir:

*Brigas ocorrem com todo casal. Já aconteceram vários desentendimentos desse e sempre foi como uma nuvem. Passava aquela nuvem, passava o problema, e no outro dia nem parecia que tinha acontecido. Esse tipo de coisa é normal em toda relação. Lembro-me que meus pais brigavam muito e meu pai batia em minha mãe. Meu ódio é porque não tinha necessidade de me botar em uma gaiola, pois isso é natural e todo casal enfrenta (DSC H3, H5, H6, H7, H12, H13, H15, H18, H20).*

### **Ideia central 2 - É um problema do âmbito privado**

Os homens entendem que a violência conjugal é de âmbito privado, devendo ser resolvida entre o casal, no ambiente doméstico, sem interferência de terceiros, inclusive da polícia, conforme discurso a seguir:

*Ela que levou a público todo o acontecimento. Eu tentei puxá-la para o interior da casa, para que resolvêssemos a dois, mas ela se alterou e começamos a bater boca na rua mesmo. Tinha muita gente vendo. Quando o policial chegou na viatura em minha casa, eu disse que não queria conversa, que era um problema familiar. Eu achei errado ir preso, parar na delegacia por conta disso, porque o que acontece em família fica guardado ali mesmo. Não havia necessidade disso, porque era um problema nosso! (DSC H1, H5, H7, H9, H10, H17, H18, H20, H21, H22).*

### **Ideia central 3 - É recíproca**

Outra percepção foi a de que a agressão partiu inicialmente da companheira e a sua ação foi de revide, não entendida, portanto, como violência. O discurso revela ainda uma conduta embasada pela não aceitação de sujeição do homem para com a mulher.

*Ela começou a colocar uns apelidos em mim. Eu não gostei e fiz a réplica dos apelidos. Depois me agrediu, me deu um tapa na cara. Eu não acho certo o homem bater na mulher, tampouco a mulher bater no homem. Vou ficar apanhado de mulher? Não! Então, não pensei duas vezes: dei dois tapas de mão fechada e coloquei as coisas dela do lado de fora, na rua. Não bati, eu só revidei! (DSC H1, H3, H4, H8, H11, H13, H17, H18, H19).*

#### **Ideia central 4 - Deixa marcas corporais**

Embora esteja claro o entendimento acerca das diversas formas de expressão da violência conjugal (psicológica, moral, sexual, física), o discurso coletivo revela que, na percepção de homens em processo criminal, as agressões físicas com marcas visíveis ganham destaque.

*Tem violência que é mais oculta, como a verbal e a ameaça, que, apesar de não bater, também machuca. Mas o xingamento já é normal, são só ofensas, discussões normais de casal. A verbal não é importante. Para ela dizer que eu a agrido emocionalmente, precisa ter um relatório ou laudo médico que confirme isso. A violência ocorre também quando a pessoa é obrigada a fazer (sexo) mesmo quando não quer, ainda que sejam casados. Tem a violência corporal: empurrar, bater, dar pontapé, facada, tiro. Essa pode deixar hematomas, provocar sangramento, e levar até a morte. Só passa a ser violência quando a pessoa é espancada, ou teve uso de arma branca ou arma de fogo. Isso sim é violência. Se eu agrido uma mulher, ela tem que ter marcas pelo corpo. (DSC H2, H3, H4, H5, H6, H7, H8, H10, H11, H12, H13, H14, H16, H17, H18, H19, H20, H21, H23).*

As percepções desses homens sobre a violência conjugal, desveladas nas categorias ilustradas, são respaldadas pela “nuvem de palavras” (Figura 1), cujas palavras expressam a essência das ideias centrais do estudo.

Figura 1 – Nuvem de palavras gerada a partir do Software NVIVO® versão 11- Consulta de frequência de palavras presentes nos discursos coletivos, 2016, Salvador, Bahia, Brasil.



## DISCUSSÃO

A percepção masculina naturalizada da violência nas relações maritais, presente no discurso masculino, se relaciona às características transgeracional e cíclica do fenômeno. Por terem presenciado desde a infância relacionamentos violentos entre seus pais, crianças tendem a naturalizar e reproduzir esse modelo em seus próprios vínculos conjugais. Este achado é corroborado por estudo realizado em Porto Alegre, Brasil, que defende que filhos de casais que vivem em relacionamento violento são mais propensos a repetirem esse comportamento em suas relações futuras<sup>(8)</sup>.

Por se dar intergeracionalmente e ser apreendido como inerente à relação marital, estudos de âmbito nacional e internacional têm mostrado que mulheres, e também os homens, entendem o ato violento como de amor, o que favorece sua perpetuação<sup>(9,10)</sup>. Autores defendem ainda que essas condutas agressivas são utilizadas, mesmo que implicitamente, como método de dominação, passando por distintas fases<sup>(8)</sup>.

Em estudo realizado no Brasil, autores descrevem o ciclo da violência, com tendo início em uma fase de acúmulo de tensão e pequenos desentendimentos, de caráter mais psicológico e moral; sucessivamente, acontecem episódios breves de descontrole, com a ocorrência da agressão física e/ou situações consideradas mais graves; e por fim, a fase de reconciliação e promessas de mudanças<sup>(11)</sup>. O discurso de homens revela ainda que o fato de o agravo ser cíclico dentro da relação, com alternância de episódios violentos e momentos pacíficos, faz com que haja a ideia de que aquele momento foi passageiro. O caráter cíclico e progressivo também pôde ser evidenciado em estudo com 1296 mulheres realizado em Nepal, Ásia<sup>(12)</sup>.

Percebe-se, pois, que os caracteres intergeracional e cíclico incitam a naturalização da violência pelo casal, o que faz com que os homens não entendam o porquê da prisão, como encontrado nos achados desta pesquisa. Estudos revelam que existe uma dificuldade masculina em se reconhecer promotor de um ato violento e aceitar os motivos que o levaram à prisão<sup>(13)</sup>. Corroborando, outras pesquisas apontam que a negação e a não responsabilização das agressões, por parte desses homens, são características frequentes na dinâmica da violência conjugal<sup>(6,14)</sup>.

Essa incompreensão faz com que a responsabilização do fato seja direcionada para a companheira, conforme encontrado neste estudo, quando o homem justifica que o ocorrido se deu por revide a uma ação iniciada pela mulher. Nas relações permeadas pela violência, os papéis de vítima e agressor se alternam entre os parceiros, porém com diferentes meios de agressão. A mulher utiliza frequentemente palavrões e violência física leve, como arranhões; já o homem, por ter força física superior, tende a provocar lesões mais graves, o que reafirma a sua superioridade<sup>(14,15)</sup>.

Ainda no que tange ao revide à mulher, o estudo aponta-o como uma forma do homem resgatar sua masculinidade, ameaçada visto que apanhou de uma mulher. Corroborando, autores discutem que ao ser violentado pela companheira, surge questionamento social sobre a prescrição do homem na relação, fazendo-o tomar uma postura de agressor para mostrar sua superioridade<sup>(16)</sup>. Essa assimetria pauta-se em relações de poder, dominação e opressão entre os gêneros, o que está relacionado à cultura patriarcal e falocêntrica, na qual cabe à companheira e aos filhos obediência ao homem, que deve ser respeitado<sup>(17)</sup>.

O discurso masculino revela ainda a compreensão de que os problemas conjugais são de interesse apenas do casal. Esta percepção reforça a percepção do senso comum de que problemas conjugais dizem respeito apenas ao casal, revelada em ditos populares como “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, deixando claro o entendimento social de que os problemas conjugais são de foro íntimo, não devendo ser discutidos publicamente, tampouco constituir-se enquanto objeto de intervenção do Estado<sup>(18)</sup>. Os achados deste estudo também vão ao encontro dos desvelados em pesquisa realizada no Espírito Santo, Brasil, em que os homens concordam que a violência marital deve ser resolvida no ambiente doméstico. Os autores afirmam ainda que esta é uma conduta que favorece o poder masculino sobre a esposa, além de protegê-lo de possíveis envolvimento jurídico-policiais<sup>(19)</sup>.

Neste discurso de privatização da violência conjugal é possível ainda perceber que, quando a mulher leva a situação para extramuros, o homem tenta reconduzir o problema ao *habitat* “natural”. Ao analisar dados do Mapa da Violência 2015 - Homicídio de mulheres no

Brasil, observa-se que a residência é o local privilegiado de ocorrência da violência não letal, com 71,9% das ocorrências femininas<sup>(20)</sup>. Essa constatação se opõe ao ideal de que as ligações afetivas tornariam o lar enquanto local seguro e propício para toda família conviver em paz e harmonia<sup>(21)</sup>, evidenciando que os problemas conjugais precisam e devem ser resolvidos no âmbito do público.

A esse respeito, uma das maiores conquistas do movimento feminista, frente a esses abusos, foi a permissividade para que o Estado (através do poder de polícia) pudesse intervir nas relações do espaço privado<sup>(18)</sup>. A Lei Maria da Penha é o mecanismo mais expressivo dessa concepção jurídica ao criminalizar a violência doméstica e familiar contra a mulher<sup>(21)</sup>. Para além da criminalização, essa lei traz uma nova abordagem para violência contra mulher, pautada no conceito de gênero e tipificação das formas de expressão do fenômeno: física, sexual, psicológica, moral e patrimonial<sup>(7)</sup>.

Cabe salientar que o discurso evidenciou a percepção masculina sobre diversas formas de expressão da violência elencadas na Lei Maria da Penha, exceto a patrimonial, o que pode representar uma maior dificuldade de entendimento desta forma do agravo. A não compreensão que retenção, subtração, destruição parcial e total de objetos pessoais configuram-se crimes, resulta na subnotificação, não sendo, portanto expressivos os percentuais dessa tipificação<sup>(22,23)</sup>. Embora de maneira pouco explorada, a violência patrimonial desponta em estudos nacionais e internacionais, que evidenciam a sua gravidade<sup>(23-25)</sup>, visto que implica em dificuldade de prover o sustento próprio e familiar.

Dentre as expressões desveladas neste estudo, o discurso masculino expressa o caráter oculto da violência psicológica, ainda que reconheça sua capacidade de deixar sequelas. Autores revelam que a violência psicológica compromete a autoestima, o bem-estar e o desenvolvimento da saúde psicológica e física da mulher, bem como de filhos que presenciam o agravo<sup>(26)</sup>. Outra expressão reconhecida foi a sexual, que ocorre quando o homem força o ato sexual, sem a vontade de suas companheiras. Estudo revela que o estupro conjugal sugere o entendimento masculino de que é obrigação da mulher satisfazê-lo sexualmente<sup>(27)</sup>.

Apesar de o discurso revelar a percepção sobre variadas formas de expressão da violência, evidencia-se para maior gravidade quando condicionada à presença de lesões físicas aparentes ou de constatação pelos profissionais de saúde. Estudos realizados no Brasil e na Uganda<sup>(14,15,28)</sup> corroboram com os achados, evidenciando que socos, pontapés, queimaduras, estrangulamentos e lesões com arma branca ou de fogo são as formas mais percebidas de violência, porque deixam marcas visíveis. Este é um fato que guarda relação

também com as estatísticas, pois, estudos internacionais e nacionais revelam percentuais sempre mais elevados de violência física, o que se relaciona com seu reconhecimento<sup>(28,29)</sup>.

Essa percepção masculina de violência como sendo aquela que gera marcas visíveis e graves, nos permite compreender o porquê de ameaças, provocações e insultos serem por vezes negadas como comportamento violento. Sinaliza-se, pois, para o não reconhecimento da gravidade do fenômeno e em especial da violência simbólica, que se mantém através de suas estruturas modeladoras e é diariamente propagada nos ambientes familiares (e também coletivos)<sup>(30)</sup>. Estudiosos referem que esse é um entendimento que precisa ser desconstruído, o que perpassa pela reeducação de homens e mulheres, visto que ambos reproduzem, mas principalmente pela educação de crianças para que possam agir diferente em suas relações futuras, quebrando o ciclo intergeracional da violência conjugal e familiar<sup>(31)</sup>. Nesse contexto, pesquisadoras defendem a importância de capacitar profissionais de diversas áreas, visto que há um papel fundamental das instituições de “poder” em legitimar estereótipos sexuais<sup>(32)</sup>. Assim, trabalhadores atuantes em equipes de saúde da família são essenciais para a prevenção da violência conjugal no ambiente comunitário e escolar<sup>(33)</sup>.

## CONCLUSÕES

Os discursos coletivos revelam que, na percepção masculina, a violência conjugal perpassa pela compreensão do fenômeno enquanto conduta natural, de foro íntimo do casal e que ocorre de forma recíproca. Ao tempo que reconhecem as formas mais veladas, a exemplo das ofensas, por vezes consideram que para se caracterizar violência é necessária comprovação, que se dá por meio de marcas visíveis, destacando assim as formas físicas.

O estudo evidencia a dissimetria de gênero como constructo social, sinalizando para a necessidade da criação de espaços de ressignificação e reeducação de homens e mulheres, na perspectiva de gênero. Pensando no caráter transgeracional, as escolas são espaços privilegiados para romper com este ciclo, devendo incitar ações que promovam relações equânimes entre meninas e meninos, pautadas no respeito mútuo, que permitam desconstruir o modelo patriarcal vigente. Ainda, de dar visibilidade à magnitude de cada uma das formas de expressão da violência, favorecendo a desconstrução da ideia de que esta restringe-se à agressão física. As pessoas, independentemente da idade e sexo, devem estar sensíveis quanto ao processo de somatização do agravo, que leva inclusive ao suicídio sem que, contudo, haja marcas corporais que o evidencie. É preciso ainda uma educação que incite a resolução

pacífica de conflitos, e assim a compreensão de que o revide não é defesa, mas sim uma forma de perpetração de violência, que deve ser reconhecida como tal.

No que tange ao preparo dos profissionais, nos âmbitos social, judicial, policial, educacional e de saúde, faz-se necessário que estes também sejam mais preparados para compreender esse fenômeno de tamanha magnitude e complexidade. Para tal, é imprescindível que a temática seja discutida, nos currículos da graduação.

### **Fomento e Agradecimentos: FAPESB**

### **REFERÊNCIAS**

1. Dahlstedt JK. Notification And Risk Management For Victims Of Domestic Violence. *J Law, Gend Soc* [Internet]. 2013 [cited 2016 Jul 19];28(1):49. Available from: <http://ssrn.com/abstract=2606512>
2. Garcia LP, Freitas LRS de, Silva GDM da, Höfelmann DA. Estimativas corrigidas de feminicídios no Brasil, 2009 a 2011. *Rev Panam Salud Publica*. 2015;3737(4545):251–7.
3. Brasil. Brasileiras lutam pela igualdade de direitos [Internet]. Portal Brasil. 2012 [cited 2016 Jul 19]. Available from: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/brasileiras-lutam-pela-igualdade-de-direitos>
4. Rigterink T, Fainsilber Katz L, Hessler DM. Domestic violence and longitudinal associations with children's physiological regulation abilities. *J Interpers Violence* [Internet]. 2010 Sep 1 [cited 2016 Jul 19];25(9):1669–83. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20587477>
5. Cezario ACF, Lourenço LM. Violência conjugal contra o homem: uma análise bibliométrica. *Rev Interinstitucional Psicol*. 2013;6(1):144–56.
6. Silva ACLG da, Coelho EBS, Njaine K, Silva ACLG da, Coelho EBS, Njaine K. Violência conjugal: as controvérsias no relato dos parceiros íntimos em inquéritos policiais. *Cien Saude Colet* [Internet]. 2014 Apr [cited 2016 May 17];19(4):1255–62. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232014000401255&lng=pt&nrm=iso&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000401255&lng=pt&nrm=iso&tlng=en)
7. BRASIL. Lei no 11.340, de 7 de Agosto de 2006 [Internet]. Brasil; 2006. Available from: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)
8. Gadoni-Costa LM, Zucatti APN, Dell'Aglio DD. Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para a mulher. *Estud Psicol* [Internet]. 2011 Jun [cited 2016 Jul 19];28(2):219–27. Available from:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2011000200009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2011000200009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)

9. Cabette ELS, Silva LR da. Lei Maria da Penha, violência, medo e amor: da denúncia ao perdão. *Rev Jus Navig* [Internet]. 2013 Nov;(3788). Available from: <https://jus.com.br/artigos/25829>
10. Sumner SA, Mercy JA, Dahlberg LL, Hillis SD, Klevens J, Houry D. Violence in the United States: Status, Challenges, and Opportunities. *JAMA* [Internet]. 2015 Aug 4 [cited 2016 Jul 11];314(5):478–88. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/26241599>
11. Thompson ECA. Vitimização e Compulsão à Repetição: Uma Reflexão Psicanalítica Sobre a Recorrência Da Violência [Internet]. Faculdade de Ciências da Educação e Saúde; 2009. Available from: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/2683/2/20436166.pdf>
12. Lamichhane P, Puri M, Tamang J, Dulal B. Women’s Status and Violence against Young Married Women in Rural Nepal. *BMC Womens Health* [Internet]. 2011 Dec 25 [cited 2016 Jul 11];11(1):19. Available from: <http://bmcwomenshealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/1472-6874-11-19>
13. Nardi SC dos S, Benetti SP da C. Violência conjugal: estudo das características das relações objetais em homens agressores. *Bol Psicol*. 2012;62(136):53–66.
14. Granjeiro I, Costa LF. Gênero, Violência Conjugal Recíproca e Interação Sistêmica do Casal: Interpretação da fala de um juiz. *Rev Direito em Ação* [Internet]. 2014 [cited 2016 Jul 19];12(1). Available from: <http://dx.doi.org/10.18837/1518-9562/direito.acao.v12n1p15-51>
15. Correa RM. Dilemas da Judicialização da violência doméstica: um estudo de caso nos juizados do Distrito Federal. *Vivência Rev Antropol* [Internet]. 2015 [cited 2016 Jul 19];1(46):31–52. Available from: <http://www.periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/8770>
16. Alvim SF, Souza L. Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos/agressores. *Rev Psicol - Teor e Prática*. 2005;7(2):171–206.
17. Vassal MGP. Aproximação Conceitual: Gênero, Direito, Violência Contra as Mulheres e Direitos Humanos. In: *Capacitação em Gênero, Acesso à Justiça e Violência contra as Mulheres* [Internet]. 2013 [cited 2016 Jul 19]. p. 104–9. Available from: [http://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/14/capacitacao\\_emgenero\\_104.pdf](http://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/14/capacitacao_emgenero_104.pdf)
18. Cortizo M del C, Goyeneche PL. Judicialização do privado e violência contra a mulher. *Rev Katál Florianóp*. 2010;13(1):102–9.



19. Cortez MB, Souza L, Queiróz SS de. Violência entre parceiros íntimos: uma análise relacional. *Rev Psicol Política*. 2010;10(20):227–43.
20. Waiselfisz JJ. Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil [Internet]. Brasília; 2015. Available from: [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)
21. Oliveira MGF, Santos AFPR dos. E quando um não quer e o outro briga? Considerações acerca da judicialização das relações afetivas na cidade de Vila Velha/ES. *Estud Sociol* . 2014;19(36):241–59 .
22. Pereira R de CBR, Loreto M das DS de, Damiano, Teixeira KM, Sousa JMM de. O fenômeno da violência patrimonial contra a mulher: percepções das vítimas. *Oikos Rev Bras Econ Doméstica*. 2013;24(1):206–35.
23. Deere CD, Contreras J, Twyman J. Patrimonial Violence: A Study of Women’s Property Rights in Ecuador. *Lat Am Perspect* [Internet]. 2014 Jan 1 [cited 2016 Jul 19];41(1):143–65. Available from: <http://lap.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/0094582X13492133>
24. Santi LN de, Nakano AMS, Lettiere A. Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social. *Texto Context - Enferm* [Internet]. 2010 Sep [cited 2016 Jul 19];19(3):417–24. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072010000300002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072010000300002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)
25. Acosta DF, Gomes VL de O, Barlem ELD. Perfil das ocorrências policiais de violência contra a mulher. *Acta Paul Enferm* [Internet]. 2013 [cited 2016 Jul 19];26(6):547–53. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-21002013000600007&lng=pt&nrm=iso&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002013000600007&lng=pt&nrm=iso&tlng=en)
26. Fonseca DH da, Ribeiro CG, Leal NSB. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. *Psicol Soc* [Internet]. 2012 Aug [cited 2016 Jul 19];24(2):307–14. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822012000200008&lng=pt&nrm=iso&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000200008&lng=pt&nrm=iso&tlng=en)
27. Costa AM da, Moreira K de AP, Henriques ACPT, Marques JF, Fernandes AFC. Violência contra a mulher: caracterização de casos atendidos em um centro estadual de referência. *Rev da Rede Enferm do Nord* [Internet]. 2011 [cited 2016 Jul 11];12(3):627–35. Available from: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=324027976025>

28. Abramsky T, Devries KM, Michau L, Nakuti J, Musuya T, Kiss L, et al. Ecological pathways to prevention: How does the SASA! community mobilisation model work to prevent physical intimate partner violence against women? *BMC Public Health* [Internet]. 2016 Dec 16 [cited 2016 Jul 19];16(1):339. Available from: <http://bmcpublikealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-016-3018-9>
29. Brasil. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher [Internet]. Brasília; 2015 [cited 2016 Jul 19]. Available from: [http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-raseam\\_completo.pdf](http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-raseam_completo.pdf)
30. Bourdieu P. A dominação masculina. Tradução de Maria Helena Kühner. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2005.
31. Jewkes R, Flood M, Lang J, Ricardo C, Eads M, Barker G, et al. From work with men and boys to changes of social norms and reduction of inequities in gender relations: a conceptual shift in prevention of violence against women and girls. *Lancet* (London, England) [Internet]. 2015 Apr 18 [cited 2016 Jul 19];385(9977):1580–9. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25467578>
32. Saffioti HIB. Rearticulando gênero e classe social. In: Costa AO, Bruschini C. (orgs.) Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1992: 183-215.
33. Gomes NP, Erdmann AL, Bettinelli LA, Higashi GDC, Carneiro JB, Diniz NMF, et al. The meaning of professional training for the care of women victims of domestic violence. *Esc Anna Nery - Rev Enferm* [Internet]. 2013 [cited 2016 Jul 19];17(4):683–9. Available from: <http://www.gnresearch.org/doi/10.5935/1414-8145.20130012>

### 5.3 Artigo 2 - Vivência jurídico-policia de homens em processo criminal por violência conjugal

**\*Organizado de acordo com as normas da revista Public Health nursing**

#### **Resumo**

A Lei Maria da Penha foi criada no intuito de coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, por meio de medidas socioeducativas e jurídico-policiais aos agressores. Estes passam a experienciar múltiplas vivências no percurso jurídico-policia, que podem influenciar a maneira de agir na relação conjugal. O estudo teve como objetivo evidenciar a vivência jurídico-policia de homens em processo criminal por violência conjugal. Estudo exploratório-descritivo, qualitativo, com 23 homens acionados criminalmente por violência conjugal. Os dados foram coletados através da entrevista individual e do grupo focal. Após, organizados através do software NVIVO® 11 e do método do Discurso do Sujeito Coletivo. Os resultados revelaram a vivência de homens em processo criminal por violência conjugal nos seguintes âmbitos jurídico-policia: do flagrante, da delegacia, do presídio e da vara de violência doméstica e familiar contra a mulher. Os discursos despontaram para uma vivência permeada por situações de constrangimento, humilhação e violência, além do cerceamento do direito de defesa em todos os âmbitos. Foi ainda possível conhecer os sentimentos de repúdio e constrangimento que emergiram com a experiência, despontando para o não reconhecimento de seu ato como violência e banalização desta. Estes achados mostram a importância da criação de espaços de reeducação de gênero como forma de construir relações mais respeitadas. Ao tempo que reconhecemos a necessidade de penalizar homens perpetradores de violência contra a mulher, é essencial se pensar estratégias que assegurem tal punição sem que se perca de vista os direitos humanos e a garantia do direito à defesa.

**Descritores:** violência por parceiro íntimo; violência de gênero; aspectos jurídicos.

#### **Introdução**

A violência conjugal ancora-se na concepção social de posse e controle do cônjuge, principalmente no entendimento de que os homens detêm domínio sobre as mulheres<sup>1,2</sup>. Essa ideia é resultado de uma sociedade marcada pelas relações assimétricas de poder entre os sexos e por uma construção histórica reforçada pelos preceitos do patriarcalismo que incita a supremacia masculina nas relações sociais, principalmente na conjugalidade<sup>3,4</sup>.

Nesse sentido, o sistema patriarcal contribui para que homens e mulheres percebam, dentro das relações conjugais, as atitudes violentas como naturais e até mesmo de cunho

instintivo e corretivo. Ainda, são entendidas como de cunho exclusivamente privado, não permitindo a intromissão de terceiros<sup>1</sup>.

Entretanto, por ser uma violação dos direitos humanos e elevar os indicadores de morbimortalidade, o fenômeno ganha caráter coletivo, chamando a atenção das esferas públicas. Em 2013 foram assassinadas no Brasil 4.762 mulheres, sendo que destas, um terço teve como algoz o seu companheiro ou ex-companheiro. Além dos números acerca da mortalidade é preciso analisar o custo deste agravo, sendo que o desembolso anual do Sistema Único de Saúde é de mais de cinco milhões de reais, apenas com internamentos<sup>5</sup>.

Diante este panorama, em 2006 foi promulgada a Lei de nº 11.340, conhecida como Maria da Penha<sup>6</sup>. Este regulamento foi criado no intuito de coibir a violência doméstica e familiar, garantindo a proteção das mulheres através de algumas medidas como as socioeducativas e jurídico-policiais que levam os homens a refletir sobre suas ações, bem como serem responsabilizados pelos seus atos. Como exemplo, têm-se as chamadas medidas protetivas direcionadas para o autor da agressão. Estas asseguram a integridade da mulher e de sua família, mediante: suspensão da posse ou restrição ao porte de armas, afastamento do lar e manutenção do limite mínimo de distância da vítima, suspensão de visitas aos dependentes e prisão preventiva<sup>7,8,9</sup>.

Tendo em vista a importância dos diversos cenários jurídico-policiais na criminalização e penalização desta violência, olhar como os homens têm vivenciado esses ambientes se mostra necessário para que estratégias de reflexão e reeducação possam ser implementadas precocemente. Nesta tangente, questiona-se: Como se deu a vivência de homens em processo criminal por violência conjugal no âmbito jurídico-policiais? O estudo teve como objetivo evidenciar a vivência jurídico-policiais de homens em processo criminal por violência conjugal.

## **Métodos**

Estudo exploratório-descritivo, de abordagem qualitativa, realizado com homens que foram presos por violência conjugal, e que no momento do estudo respondiam a processo criminal em uma Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, na cidade de Salvador, Bahia, Brasil. A coleta de dados foi realizada através de multimétodos, sendo utilizadas como técnicas a entrevista individual e o grupo focal. A triangulação foi realizada a fim de ampliar o conhecimento acerca do objeto estudado. A pesquisa ocorreu entre o período de maio a dezembro de 2015.

O contato inicial com os possíveis participantes foi realizado pessoalmente, por uma Assistente Social funcionária da Vara, que os convidava a integrar um Grupo Reflexivo (GR). Após a explicação, os homens escolhiam sobre continuar a participar do GR ou apenas da entrevista individual. Aceitando participar em qualquer um dos casos, assinavam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os encontros do GR abordaram temas variados como: família, violência doméstica e conjugal, gênero, honra, resolução pacífica de conflitos, dentre outros, e se desenvolveu durante nove encontros, com duração de sete meses, e carga horária total de 50 horas.

Para as entrevistas individuais utilizou-se um roteiro semiestruturado, contendo a seguinte questão norteadora: Fale-me sobre sua vivência nas esferas policial e judicial, desde o momento do flagrante até os dias de hoje. Essa etapa foi realizada em uma sala privativa de uma escola pública municipal, onde ocorriam também os encontros do GR. Participaram dessa etapa 23 homens, sendo que nove eram integrantes do GR. Após a finalização de todas as entrevistas, como forma de aprofundar os achados, foi realizado um grupo focal no último encontro do GR.

Salienta-se que os objetivos da pesquisa foram esclarecidos, bem como os riscos potenciais, benefícios do estudo, preservação de imagens registradas e a confidencialidade dos dados gerados. Foi ainda garantido o direito em recusar a participação a qualquer momento, e esclarecidos outros preceitos éticos propostos na Resolução 466/2012. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Bahia, sob o parecer de número: 877.905.

As entrevistas e o grupo focal foram categorizados através do software NVIVO® 11, e em seguida organizados através do método do Discurso do Sujeito Coletivo. Neste método, o pensamento coletivo não está ligado ao somatório dos pensamentos individuais (representação numérica percentual), mas, ao discurso da coletividade, ao imaginário social, às representações sociais, ao pensamento preexistente<sup>10</sup>. Os resultados foram embasados a partir das temáticas de violência, gênero e masculinidades.

## **Resultados**

Os 23 participantes do estudo tinham idade entre 25 e 62 anos, eram em sua maioria negros, com pouca escolaridade e de renda em torno de um a dois salários mínimos. Todos foram presos preventivamente por cometer violência contra sua cônjuge, permanecendo reclusos entre 15 e 90 dias.

Os discursos masculinos revelam a vivência de homens em processo criminal por violência conjugal nos seguintes âmbitos jurídico-policia: do flagrante, da delegacia, do presídio e da vara de violência doméstica e familiar contra a mulher. Os achados estão organizados nas ideias centrais síntese a seguir:

### **Ideia central 1 - Do flagrante**

No âmbito do flagrante, o discurso coletivo revela uma abordagem policial permeada por atitudes desrespeitosas e agressivas, bem como o não entendimento masculino de que sua conduta foi violenta e, portanto, criminosa, à medida que mostra repúdio e constrangimento por ser conduzido à delegacia.

*Bateram na porta. Quando abri, vi que eram os policiais. Levei um susto! Falaram para acompanhá-los até a delegacia. Eles fizeram a abordagem, mandaram botar a mão na cabeça, me xingaram, chutaram, algemaram e depois me jogaram na viatura, como se eu fosse um qualquer, um lixo. Não pode ser assim! (Discurso do Sujeito Coletivo 01).*

### **Ideia central 2 - Da delegacia**

Nesta ideia central, o discurso mostra que os homens se sentem indefesos e injustiçados, sobretudo pela violação do direito em apresentar sua versão do fato ocorrido, sugerindo ser esta por vezes deturpada pelas denunciante.

*Quando eu cheguei à delegacia e fui depor, a delegada não me deixou falar. Disse: “Cale a boca! Só fala quando eu perguntar. Eu não tenho pena de você, procure uma lei para lhe defender”. A forma como ela falou foi agressiva. Eu estava preso, sem defesa e sem direito algum, nem de falar. Depois do depoimento, me botou na cela. Amanheceu, fiz corpo delito e fui levado para o presídio. Na DEAM, a mulher presta a declaração da sua maneira, e nós não somos ouvidos. Com certeza, a lei veio para ajudar, mas nesse ponto, ela é falha. (Discurso do Sujeito Coletivo 02).*

### **Ideia central 3 - Do presídio**

Esta categoria revela as condições degradantes e de violência que os homens foram submetidos na prisão, vivenciando situações de: exposição a um ambiente com condições de higiene inadequada e superlotação, humilhações, agressões físicas e ameaças de morte por

parte de profissionais e/ou outros presos. Expõe ainda o fato do constrangimento de dividir o mesmo ambiente com detentos que praticaram vários tipos de crimes, além de serem obrigados a usarem droga e agredirem outros presos.

*Você é jogado no presídio e passa a conhecer o lado de dentro. A cela era suja, cheia de ratos e só um banheiro para todos. A cama era uma tábua e eu dormia sentado, com o braço pendurado. Tinham 14 homens, pessoas que cometeram todos os tipos de crime. Os outros detentos me obrigavam a usar maconha, a bater no preso que chegava e me ameaçavam de morte. Eu fui espancado dentro da prisão e fiquei com sequelas. Tinha muito medo e ficava sempre nervoso. Os agentes (agente carcerário) também nos agrediram e humilharam: me deram chute, choque nas costas, me chamaram de vagabundo, desgraçado. Estar naquele lugar é um terror! A lei precisa ser revista. (Discurso do Sujeito Coletivo 03).*

#### **Ideia central 4 - Da vara de violência doméstica e familiar contra a mulher**

No âmbito da Vara de violência, o discurso masculino revela que os homens enxergam a vara como um ambiente de punição e maus-tratos. Desponta ainda a percepção de que a violência conjugal é mútua e a indignação pelo fato dos profissionais não percebê-los também como vítimas e considerarem apenas a versão da mulher.

*Ir à vara é como ter que pagar os meus pecados, porque eu sei que vou ser humilhado, agredido, mal tratado. Não me deixam falar. Também não deixam minha advogada. Tínhamos que ter espaço para defesa, mas olham as mulheres sempre como mais frágeis e acham que elas não estão nos agredindo. Não podemos falar nada porque a verdade é sempre o que a mulher diz. A Lei Maria da Penha é cruel para os homens. . (Discurso do Sujeito Coletivo 04).*

Os resultados desvelados são respaldados pela “nuvem de palavras” (Figura 1) a seguir, cujas palavras expressam a essência das ideias centrais do estudo.



Figura 1: Nuvem de palavras gerada a partir do Software NVIVO® versão 11- Consulta de frequência de palavras presentes nos discursos coletivos, 2016, Salvador, Bahia, Brasil.

## Discussão

Os discursos coletivos revelaram a vivência jurídico-policial de homens em processo criminal por violência conjugal. Evidencia-se, em todos os cenários, constante vitimização e supressão dos direitos masculinos, bem como a não aceitação dos homens para as penalidades advindas com o registro da ocorrência.

Esta inconformidade se dá pelo não entendimento da ocorrência de um ato criminoso, passível de punição, o que evidencia a naturalização do fenômeno<sup>3,11</sup>. Tal compreensão, enraizada na sociedade e ancorado em desigualdades de poder entre os sexos, é fruto de um legado patriarcal e sexista, onde espera-se da mulher a subserviência, e do homem atitudes firmes no sentido de manter o domínio sobre o lar, tornando a violência no ambiente doméstico cotidiana<sup>12,13</sup>.

A violência conjugal é, nessa conjectura, tida como inerente à relação marital e de interesse privado, fazendo com que não haja a aceitação, em especial do autor, para interferências externas<sup>14</sup>. Esse aspecto foi evidenciado no discurso referente à reação de surpresa do homem, quando a polícia bateu à sua porta para conduzi-lo à delegacia. Somam-se os sentimentos de repúdio e constrangimento por ser algemado e transportado em uma viatura, pois não se reconhece como uma pessoa delituosa que mereça ser abordada por procedimentos padrão policial.

A esse respeito, a Súmula vinculante nº 11 do Supremo Tribunal Federal orienta que só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou perigo à



integridade física própria ou alheia<sup>15</sup>. Isso porque se constitui uma regra para os defensores dos Direitos Humanos de que seu uso é humilhante e degradante. Também, a Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso LVII, dispõe que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, sendo a utilização de algemas uma violação de tal princípio<sup>16</sup>. Tal contexto converge em nossos achados visto que, no discurso, não há referência sobre qualquer conduta de resistência ao serem transportados à delegacia.

Destarte, os achados desse estudo mostram que em diversos âmbitos como, por exemplo, na delegacia e na vara, os homens contestam o depoimento da mulher, podendo esta ser uma tática masculina de não se responsabilizar pelo crime cometido. Não é incomum o acusado de violência conjugal declarar a denúncia da companheira como inverídica ou parcial<sup>17</sup>. Também não são raros os casos de denúncias falsas, tendo inclusive as mulheres que indenizar o ofendido, pois incorrem em crime de denunciação caluniosa, conforme previsto em artigo 339 do código penal brasileiro<sup>18</sup>. Esse cenário de ambiguidades destaca para a importância de um sistema juridicopolicial perspicaz, que possa averiguar minuciosamente o ocorrido e decidir pela conduta mais sensata e justa.

Após registro de seus depoimentos, os participantes desse estudo foram conduzidos para o exame cautelar (corpo de delito). Este procedimento padrão, embora não obrigatório, tem como objetivo verificar a integridade física do acusado antes de ter sua liberdade cerceada, bem como produzir prova pericial para proteger ele e os agentes policiais que o conduzem à delegacia<sup>19</sup>. Após realizarem tal procedimento, os participantes do estudo tiveram sua prisão cautelar expedida. De acordo com a Lei Maria da Penha, esta pode ser aplicada em duas possibilidades distintas, sendo a primeira prevista no artigo 20, que é a hipótese comum para assegurar o processo. Já a segunda, inscrita no artigo 42, foi criada para garantir a eficácia das medidas protetivas de urgência<sup>20</sup>. Em ambos os casos, o juiz poderá revogar a decisão, se no curso do processo verificar a falta de motivo para que subsista. Também pode decretar novamente, se sobrevierem razões que justifiquem o encarceramento<sup>7</sup>. A experiência da prisão foi também revelada neste estudo, com ênfase nas condições degradantes e de violência as quais os homens foram submetidos e que propiciaram inclusive sequelas físicas e mentais. Essa é uma realidade já reconhecida por estudiosos da área, que apresentam obstáculos a serem enfrentados tais como: a falta de dignidade e respeito em função da escassez de recursos básicos como produtos alimentares e de higiene; a ausência de uma infraestrutura adequada; a violência entre os internos, o tráfico e o uso abusivo de drogas ilícitas<sup>21,22</sup>. Este cenário acaba por dificultar a ressocialização de detento, quando retornam ao convívio social<sup>23,24</sup>.

Não existe uma determinação de tempo exato que os homens devem cumprir na prisão preventiva. Não mais havendo subsídios, o juiz do caso pode cessar a prisão cautelar e determinar a soltura do homem, que pode ocorrer de duas formas: por meio do pagamento da fiança, quando é determinado um valor considerando o tipo de infração cometida, suas condições pessoais, as circunstâncias indicadas de sua periculosidade. Ainda por meio da concessão de liberdade provisória com dispensação do pagamento do valor, diante da constatação da inviabilidade do pagamento da fiança, por não apresentar condições financeiras<sup>25</sup>.

A concessão de liberdade provisória não exime o homem de responder em juízo ao processo criminal, sendo a partir da soltura assistido junto a Vara/juizado de Violência Doméstica e Familiar<sup>26</sup>. Em seus discursos, os homens revelam descontentamento em transitar no ambiente da vara/juizado, por reconhecerem o mesmo como um local onde serão destratados e culpabilizados, mesmo antes da decretação sentencial. Durante todo o processo jurídico-policial, são observadas situações de abuso por parte das autoridades policiais que atuam nos ambientes percorridos pelos homens. Outros estudos também evidenciam esses achados, sugerindo inclusive que esta experiência tem propiciado a exaltação do seu caráter violento e infrator<sup>27,28</sup>

Os participantes apontam ainda que são cerceados do direito à defesa. Essa privação é mostrada pela ausência de oportunidade para relatar a sua versão sobre os fatos em qualquer dos cenários evidenciados nesse estudo. Destacamos o artigo 5º, inciso LV da Constituição Brasileira de 1988, resguarda o direito à ampla defesa da pessoa em processo criminal. Além disso, Lei 11.340/06 em seu artigo 12º, prevê que no momento dos depoimentos seja dado o direito a voz não só para a vítima e suas testemunhas, mas também ao suspeito e suas testemunhas<sup>29</sup>.

O não cumprimento ao seu direito de defesa é um dos motivos que faz com que os homens expressem descontentamento em relação a Lei Maria da Penha, embora verbalizem sobre sua importância. Também revelam insatisfação porque percebem a violência conjugal como mútua, mas a responsabilidade sempre direcionada apenas aos homens. Estudiosos mostram o caráter recíproco da violência conjugal, ao tempo que revelam peculiaridades na perspectiva de gênero: enquanto as mulheres cometem contra os parceiros principalmente a violência psicológica, a força física se destaca como a expressão mais utilizada pelos homens, evidenciada principalmente por meio de espancamento, estrangulação e uso de arma de fogo. O meio masculino de violentar suscita maior visibilidade do fenômeno<sup>30</sup> e alimenta a visão socialmente compartilhada da mulher-vítima e do homem-agressor.

Não se pretende com esses argumentos minimizar a violência perpetrada pelo homem à sua companheira tampouco questionar a constitucionalidade da Lei. Entretanto, salienta-se a necessidade de refletir sobre a forma que os procedimentos jurídico-policiais têm sido conduzidos pelas autoridades responsáveis, haja vista que vão de encontro aos direitos humanos. É importante ressaltar que a Lei Maria da Penha não objetiva unilateralmente a proteção de mulheres em detrimento da culpabilização de homens, mas a prevenção e enfrentamento do fenômeno em prol do direito a uma vida livre de violência para as mulheres, filhos, familiares e toda a sociedade. Para isso, são necessárias estratégias que promovam a desnaturalização do agravo. Estas devem voltarem-se para mulheres e homens, sobretudo crianças e adolescentes na esperança de que possam desde cedo experienciar relações mais simétricas, ancoradas no respeito ao outro.

Especificamente com o público masculino, é importante referir que ao tempo que criminaliza a violência doméstica, a Lei 11.340 também reconhece a necessidade da criação de espaços de reeducação de gênero com este público<sup>7</sup>. Apesar disso, nota-se que são raras as oportunidades de inserção social oferecidas a esses homens. O que se observa nacionalmente são ações isoladas, prestadas por instituições pontuais e que não abarcam todo o público<sup>21, 31</sup>. Assim, é indispensável a criação de espaços que garantam o acesso de homens em processo criminal a este tipo de atividade a fim de prevenir reincidências de agressões, bem como para o público em geral no sentido de prevenir o agravo.

### **Considerações finais**

O discurso de homens em processo criminal por violência conjugal desponta para uma vivência jurídico-policia permeada por situações de constrangimento, humilhação e violência, além do cerceamento do direito de defesa nos âmbitos do flagrante, da delegacia, do presídio e da vara/juizado de violência.

Ao tempo que reconhecemos a necessidade de penalizar homens perpetradores de violência contra a mulher, é essencial se pensar estratégias que assegurem tal punição sem que se perca de vista os direitos humanos e a garantia do direito à defesa. Nesse contexto, é necessário um trabalho com os profissionais de todo o equipamento jurídico-policia para que o processo flua de forma imparcial e justa, conforme rege a constituição.

Importante salientar sobre os sentimentos de repúdio e constrangimento que emergiram com a experiência jurídico-policia, despontando para o não reconhecimento de seu ato como violência e banalização desta. Tendo em vista que esta problemática se

fundamenta na construção social de papéis e poderes entre os sexos, estes achados mostram a importância da criação de espaços de reeducação de homens (e mulheres) na perspectiva de gênero, como uma forma possível de construir relações mais respeitadas e harmoniosas. Nesse contexto, inserem-se os espaços articulados com o setor judiciário a fim de promover ações para reeducação de gênero e responsabilização de homens em processo criminal.

## REFERÊNCIAS

1. Zancan N, Wassermann V, Lima GQ. A violência doméstica a partir do discurso de mulheres agredidas. *Pensando fam.*, Porto Alegre. 2013; 17(1): 63-76.
2. Beccheri-Cortez M, SOUZA L. Mulheres de classe média, relações de gênero e violência conjugal: um estudo exploratório. *Rev. Gerenc. Polit. Salud*, Bogotá. 2013; 12(24): 34-53.
3. Oliveira, KLC, Gomes R. Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros *Ciênc. saúde coletiva*. 2011; 16(5): 2401-13.
4. Lacerda, M.M. A naturalização da violência contra a mulher como uma construção sócio-histórica passível de desconstrução. Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Trabalho de conclusão de curso. Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA. 2014; p.35.
5. Brasil. Violência contra a mulher custa 10% do PIB brasileiro. Brasil: Superintendência de Política para Mulheres (SPM). [Internet]. 2012. Disponível em: <<http://www.spm.salvador.ba.gov.br/index.php>>.
6. Guimaraes MC, Pedroza RLS. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte. 2015; 27(2): 256-66.
7. Brasil. Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.
8. Carneiro AA, Fraga CK. A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: da violência denunciada à violência silenciada. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo. 2012; (110): 369-97.
9. Garcia LP, Freitas LRS, Höfelmann DA. Avaliação do impacto da Lei Maria da Penha sobre a mortalidade de mulheres por agressões no Brasil, 2001-2011. *Epidemiol. Serv. Saúde* [Internet]. 2013; 22(3): 383-94. Disponível em: <<http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/ess/v22n3/v22n3a03.pdf>>.
10. Lefevre F, Lefevre AMC, Marques MCC. Discurso do sujeito coletivo, complexidade e auto-organização. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2009; 14(4): 65-72.
11. Silva CD, Gomes VLO, Acosta DF, Barlem ELD, Fonseca AD. Epidemiologia da violência contra a mulher: características do agressor e do ato violento. *Rev. enferm. UFPE*, [Online]. 2013; 7(1): 8-14.

12. Stevens C, Oliveira SR, Zanello V. Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas. Ilha de Santa Catarina: Mulheres. 2014; 9- 620.
13. Texeira DV. Desigualdade de gênero: sobre garantias e responsabilidades sociais de homens e mulheres. Rev. direito GV, São Paulo. 2010; 6(1): 253-74.
14. Sumner SA, Mercy JA, Dahlberg LL, Hillis SD, Klevens J, Houry D. Violence in the United States: Status, Challenges, and Opportunities. *JAMA*. 2015; 314(5): 478-88.
15. Sarlet IW, Weingartner Neto J. "Súmula Vinculante nº11 (STF), imposição das algemas e dignidade da pessoa humana." *Ius Gentium*. 2016; 7(1): 341-59.
16. Camargo, Lorival, Sebastião Divino Alves. "Uso de algemas: abuso de autoridade ou segurança para o policial? *Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública* 1.1 (2008).
17. Silva ACLG, Coelho EBS, Njaine K. Violência conjugal: as controvérsias no relato dos parceiros íntimos em inquéritos policiais. Rev. Ciência & Saúde Coletiva. 2014; 19(4): 24-38.
18. Brasil. Tribunal de Justiça. Mulher terá de indenizar ex-marido por infidelidade e denúncia caluniosa. 2015. <http://www.tjgo.jus.br/index.php/home/imprensa/noticias/119-tribunal/11130-mulher-tera-de-indenizar-ex-marido-por-infidelidade-e-denunciacao-caluniosa>
19. Alfradique E. Aspectos processuais e médico legais do exame de corpo de delito e das perícias em geral. Disponível na Internet. Acesso em: 30 de Jun. de 2016.
20. Veras EVCO. As hipóteses de prisão preventiva da Lei Maria da Penha na visão do Superior Tribunal de Justiça. *De jure: Revista jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais*. 2013.
21. Lauermann JD, Guazina FMN. Para além dos muros institucionais: problematizando os discursos dos egressos do sistema prisional. *Barbaroi, Santa Cruz do Sul*. 2013; (38): 178-97.
22. Andrade US, Ferreira FF. "Crise no sistema penitenciário brasileiro: capitalismo, desigualdade social e prisão." Rev. Psicol. Diversidade e Saúde. 2014; 3(1): 24-38.
23. Ferreira, REB; Menezes LC, Dias JC. Relation of prevalence of physical activity with psychological variables and factors of metabolic syndrome in prison agents in Belo Horizonte, MG, Brazil. *Rev. Bras. Ativ. Fis. e Saúde, Pelotas*. 2012; 17(1): 57-63.
24. Fernandes BR, Righetto LEC. O sistema carcerário brasileiro. *Revista Eletrônica de Iniciação Científica*. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. 2013; 4(3): 115-35.
25. Madureira AB, Raimondo ML, Ferraz MIR, Marcovicz GV, Labronici LM, Mantovani MF. Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento. *Esc. Anna Nery, Rio de Janeiro*. 2014; 18(4): 600-06.

26. Lima LLG, Silva LR. Juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher: análise das práticas de administração de conflitos no município de campos dos goytacazes – RJ, Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.
27. Dullius AA, Hartmann JAM. Análise do sistema prisional brasileiro. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV 95 (2011).
28. Araujo AJ, Fontes SN, Costa TP, Souza TG, Bernardi LO. O sistema prisional brasileiro, com ênfase no estado de Sergipe, seus problemas e a observância ao ordenamento jurídico. *Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT*. 2014; 2(2): 57-74.
29. Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
30. Carvalho C, Destro JR, Faust SB, Coelho EBS, Boing AF. Dinâmica da violência entre casais a partir da ótica da mulher agredida no Bairro da Trindade, Florianópolis/SC. *Cogitare Enferm*. 2010; 15(4): 603-8.
31. Studart LMC. A reinserção social dos egressos do sistema prisional brasileiro: realidade ou utopia? *Rev. Episteme Transversalis*. 2014; 6(1): 1-15.

**5.4 Artigo 3** – Sentimentos despontados após a experiência de prisão preventiva por violência conjugal: O discurso de homens.

**\*Organizado de acordo com as normas da revista Texto e Contexto Enfermagem**

### **Resumo**

Objetivou-se conhecer os sentimentos despontados por homens, após a experiência de prisão preventiva por violência conjugal. Trata-se de um estudo qualitativo com 23 homens em processo por violência conjugal junto à 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, na cidade de Salvador, Bahia, Brasil. A pesquisa é parte dos resultados do projeto “Reeducação de homens e mulheres envolvidos em processo criminal: estratégia de enfrentamento da violência conjugal”, financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia em parceria com a Secretaria de Segurança Pública. A coleta se deu por meio de entrevistas semiestruturadas e grupo focal. Os dados foram organizados a partir do Discurso do Sujeito Coletivo. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da UFBA, sob parecer Nº 039699/2014. Os homens experienciaram a prisão preventiva por um tempo que variou entre 15 a 90 dias e desvelaram que, após essa vivência, emergiu o sentimento de ódio e o desejo de vingança. Por meio do suporte social e da experiência da prisão, o arrependimento de ter violentado a companheira emergiu, bem como o anseio por relações livres de violência. Os achados apontam que é comum nos relacionamentos conjugais a naturalização da violência e sinaliza a importância do apoio social no processo de reflexão acerca desse relacionamento. Soma-se a necessidade de articulação entre diversos setores envolvidos no processo criminal de homens por violência conjugal a fim de reeducar e ressocializar o autor da agressão.

**Descritores:** Violência baseada em gênero; Masculinidades; Saúde do homem; Pesquisa em Enfermagem; Políticas Públicas.

### **Introdução**

A violência conjugal, forma de expressão mais prevalente da violência contra a mulher, é um fenômeno complexo, com altos custos aos cofres públicos relacionados, por exemplo, às demandas para os setores saúde e jurídico-policial, onde se insere a prisão preventiva.

A violência contra a mulher consiste em qualquer ação ou omissão baseada em gênero que resulte em danos a mesma.<sup>1</sup> Esse tipo de violência quando acontece no âmbito das relações

conjugais é denominada violência conjugal, considerada por pesquisadores, a forma mais frequente de violência interpessoal em todo o mundo.<sup>2,3</sup>

Pesquisa internacional realizada em Istambul, Turquia, revelou que, de 537 mulheres que vivenciaram violência, 52,3% o agressor foi o cônjuge ou namorado.<sup>4</sup> No cenário nacional, pesquisa realizada em Fortaleza, Ceará com um universo menor de mulheres mostrou que das 64 participantes, 81,2% dos casos envolviam o companheiro como agressor.<sup>5</sup> Apesar da realidade de vitimização feminina, pesquisadores afirmam que a violência conjugal também se caracteriza pela reciprocidade, pois ambos se agredem. No entanto, a violência contra a mulher é a mais percebida,<sup>6</sup> sendo a assimetria da força física uma das razões que justificam a maior visibilidade da violência masculina. Isso porque a agressão física do homem à mulher pode ocasionar lesões graves e até mesmo a morte. Segundo o mapa da violência, no ano de 2013 foram mortas, nestas circunstâncias, 4.762 mulheres no Brasil, o que representa uma média de 13 homicídios diários.<sup>7</sup>

Vale ressaltar que esse comportamento masculino tem origens nas desigualdades de gênero, os quais empregam aos homens poder sobre suas esposas. Exemplo disso, é que em um passado não muito remoto, era lícito que mulheres fossem mortas em detrimento da honra do marido,<sup>8</sup> o que nos alerta para a naturalização da violência contra mulher durante anos.

Esta conjuntura impacta diretamente em despesas públicas, a exemplo do Sistema Único de Saúde (SUS) que tem grande oneração decorrente de atendimentos, internamentos, reabilitação, dentre outros. Países desenvolvidos como os Estados Unidos chegaram a ter um gasto anual estimado em 5,8 bilhões de dólares com a violência conjugal apenas com o setor saúde.<sup>9</sup> Somam-se ainda as despesas de cunho jurídico e policial, decorrente principalmente da punição empregada aos homens, que representam cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.<sup>10</sup>

Diante deste cenário de morbimortalidade e oneração pública, foi promulgada uma política pública na forma da Lei 11.340/2006, que dispõe sobre formas para coibir a violência doméstica e familiar, através da proteção às mulheres em situação de violência e da punição dos agressores. A Lei Maria da Penha, em seu 20º artigo, discorre sobre a aplicação da prisão preventiva do autor, com o objetivo de proteger a mulher contra a reincidência do caso.<sup>1</sup> Essa preconização tem feito com que os homens, autores de violência, experienciem a prisão. Nesse espaço, vivenciam situações de múltiplas precariedades que interferem na sua saúde física e mental.<sup>11</sup>

Entendendo que, independente da conjectura que permeia o sistema carcerário, a vivência da prisão impacta sobre a vida do indivíduo, questiona-se: Quais sentimentos foram



despontados por homens, após a experiência de prisão preventiva por violência conjugal? Destarte, este artigo tem por objetivo conhecer os sentimentos despontados por homens, após a experiência de prisão preventiva por violência conjugal.

## **Métodos**

Estudo qualitativo, exploratório-descritivo, advindo de uma tese de doutoramento vinculada ao projeto âncora 'Reeducação de homens e mulheres envolvidos em processo criminal: estratégia de enfrentamento da violência conjugal' financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Os participantes foram homens que em algum momento foram presos por violência conjugal, e que na vigência do estudo respondiam a processo criminal em uma Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, na cidade de Salvador, Bahia, Brasil. O contato inicial com os possíveis participantes foi realizado, através do convite por uma Assistente Social da Vara, para integrar um Grupo Reflexivo (GR). No primeiro encontro, além de informar sobre seu funcionamento e programação, foram apresentados os objetivos da pesquisa, esclarecidos os riscos potenciais, benefícios do estudo, preservação de imagens registradas e a confidencialidade dos dados gerados em ambas as etapas, e outros preceitos éticos propostos na Resolução 466/2012. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Bahia, sob o parecer de número: 877.905.

Após a explicação, os homens escolhiam sobre continuar a participar do GR ou realizar apenas da entrevista individual. Aceitando participar em qualquer um dos casos, assinavam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os encontros do GR abordaram temas variados como: família, violência doméstica e conjugal, gênero, honra, resolução pacífica de conflitos, dentre outros, e se desenvolveu durante nove encontros, com duração de sete meses, e carga horária total de 50 horas.

A coleta de dados foi realizada através de multimétodos. Como técnicas de captação dos dados foram utilizadas a entrevista individual, através de um roteiro semiestruturado, e o grupo focal, permitindo assim a triangulação dos achados. A pesquisa ocorreu entre o período de maio a dezembro de 2015. Participaram 23 homens, sendo que nove eram integrantes do GR, ou seja, participaram dos dois momentos. Após a finalização de todas as entrevistas, como forma de aprofundar os achados, foi realizado um grupo focal no último encontro do GR. Todas as atividades foram realizadas em uma escola pública municipal.

As entrevistas e o grupo focal foram gravados, e seu conteúdo transcrito na íntegra. Os dados coletados foram categorizados através do software NVIVO® 11, e em seguida

organizados em ideias centrais e discursos sínteses, através do método do Discurso do Sujeito Coletivo. Neste método, o pensamento coletivo não está ligado ao somatório dos pensamentos individuais (representação numérica percentual), mas, ao discurso da coletividade, ao imaginário social, às representações sociais, ao pensamento preexistente.<sup>12</sup> Os participantes foram caracterizados por H1, H2, e subsequente. Os resultados foram embasados a partir das temáticas de violência, gênero e masculinidades.

## Resultados

Os participantes do estudo foram 23 homens, com idade de 25 a 62 anos, que respondiam a processo criminal por violência conjugal. Eram, em sua maioria, negros, com pouca escolaridade e de renda em torno de um a dois salários mínimos. Os relacionamentos conjugais tiveram duração variada de quatro a 40 anos de convivência, sendo a maior parte em união estável. Todos foram presos preventivamente pelo ato cometido, cujo tempo de reclusão variou de 15 a 90 dias. Dois participantes declaram quem mantêm o relacionamento conjugal com a companheira referente ao processo.

A partir do discurso coletivo, foi possível conhecer os sentimentos despontados pelos homens, após a experiência de prisão preventiva, sendo estes organizadas em três categorias centrais e outras subcategorias, ilustradas no quadro 01:

<b>IDEIAS</b>
<b>1 O Desejo de Vingança quando preso</b>
<b>2 Arrependimento por ter violentado a companheira</b> 2.1 A partir da experiência da prisão preventiva 2.2 A partir do suporte social
<b>3 Anseio por relações livres e violência</b> 3.1 Perspectivas para relações conjugais futuras 3.2 O despertar para estratégias de resolução de conflitos

**Quadro 01 – Categorias e subcategorias encontradas**

## O DESEJO DE VINGANÇA QUANDO PRESO

O discurso coletivo revela que alguns homens atrelam a experiência de prisão preventiva ao sentimento de ódio e desejo de vingar-se da mulher, a culpabilizando pela vivência no cárcere. Tal achado, além de sinalizar para o risco feminino de retaliação por parte do homem, alerta-nos para o não entendimento de que sua conduta fora violenta e, portanto, criminosa.

*Eu parava para refletir o que estava vivendo e sentia muito ódio dela por ter me colocado nessa situação, sem necessidade. Esse tipo de coisa é normal em toda relação, não entendi como uma agressão. Me colocaram em uma cela com pessoas que cometeram todo tipo de crime. Eu chorava, sentia raiva e vontade de fazer uma besteira novamente. Queria me vingar dela (esposa), que me colocou naquele inferno e me fez vivenciar coisas ruins lá dentro. A vontade era ter uma arma e sair matando. Queria matar ela e quem estivesse em minha frente. Lá dentro é o terror, e eu não quero voltar! (DSC H1, H3, H5, H6, H8, H12, H13, H14, H16, H18, H19, H20, H21, H23).*

### **ARREPENDIMENTO POR TER VIOLENTADO A COMPANHEIRA**

O estudo mostra que, em algumas situações, a experiência de prisão preventiva propiciou a reflexão acerca de suas atitudes na relação conjugal, ainda que, em um primeiro momento, o sentimento de raiva também possa ter eclodido. Essa ponderação se deu, tanto pela vivência do cárcere propriamente dita, como pelo suporte social recebido em decorrência desta, conforme ilustram as seguintes subcategorias:

#### **A partir da experiência da prisão preventiva**

Alguns homens percebem a experiência da prisão como um espaço estimulador da reflexão de sua conduta violenta na relação conjugal. Ainda de que esta influencia o comportamento das crianças, que tendem a reproduzi-la em suas relações sociais, onde se insere a conjugal.

*Na prisão, eu pensei muito e sei que errei com ela, sei que a culpa foi minha. Se eu pudesse voltar atrás, não brigaria, não teria reagido e sido agressivo com ela, nem faria o que fiz na frente dos meus netos. Nós temos que pensar nas nossas atitudes, já que somos espelhos para as nossas crianças, pois elas repetem o que a gente faz. Admito meu erro e me arrepenho. (DSC H1, H3, H4, H7, H8, H12, H13, H14, H16, H17, H21, H23).*

#### **A partir do suporte social**

Para outro grupo de homens, o suporte social emanado a partir da prisão, por parte da religião, da família, de amigos e dos Alcoólicos Anônimos (AA) favoreceu o entendimento de que erraram e, conseqüentemente o desejo de mudar.

*Foi na fé que me apoiiei e a palavra de Deus me fortaleceu. Também é bom quando converso com meus irmãos e amigos porque deixo de pensar na falta que sinto dela (esposa) e das crianças. Nos Alcoólicos Anônimos, também encontrei ajuda para superar a situação. No início não quis ir, fui porque a Juíza determinou, mas foi bom porque no grupo eu posso falar o que estou sentido, o que me acalma. Tudo isso tem me ajudado porque me fez entender que errei, que fui violento e que preciso mudar! (DSC H1, H2, H7, H8, H13, H14, H16, H18, H19, H23).*

## **ANSEIO POR RELAÇÕES LIVRES DE VIOLÊNCIA**

O discurso coletivo revela que, os homens anseiam por relações futuras ancoradas no respeito, elencando inclusive estratégias para resolução de conflitos.

### **Perspectivas para relações conjugais futuras**

Percebe-se a intenção masculina de agir diferente, sugerindo que a experiência de prisão simboliza o desejo de construir relações conjugais respeitadas nas futuras convivências. Muitos expressam o anseio de reconciliação com a mulher.

*[...] me sinto fortalecido para não cometer as mesmas falhas e pensar em um futuro melhor, sem mais problemas com a minha família. Eu gostaria de conviver novamente com ela para fazer diferente: mostrar que sou outra pessoa e tratá-la melhor. Irei fazer diferente quando me envolver com alguém. (DSC H4, H5, H6, H7, H9, H10, H13, H14, H15, H18, H19, H20, H22).*

### **O despertar para estratégias de resolução de conflitos**

Em busca de relações conjugais livres de violência, o sujeito coletivo aponta para estratégias de resolução pacífica de conflitos, a exemplo do diálogo e do afastamento temporário do cônjuge em momentos de tensão.

*Quando eu saí da prisão, refleti: porrada não resolve! As coisas não são resolvidas com agressão, mas com conversa, e tem que haver educação para isso. Depois de tudo que vivi na prisão, aprendi que no momento de conflito, o ideal é que haja um distanciamento até as coisas se acalmarem [...] se os dois estiverem de cabeça quente, a briga será inevitável e, em questão de segundos, pode-se fazer uma besteira. Hoje, eu consigo me controlar. Se eu a ver exaltada, eu vou tentar relaxar: ficar quieto, tentar sair para tomar um ar puro, ir à praia, tocar*

violão, tomar um banho [...]. Depois, com a cabeça mais calma, conversaremos. Percebi o quanto é importante o diálogo entre ambos. (DSC H1, H3, H5, H7, H8, H9, H13, H14, H17, H18, H19, H20, H21, H23).

Os sentimentos emanados a partir da experiência da prisão preventiva por violência conjugal respaldam-se na “nuvem de palavras” (Figura 1), cujas palavras expressam a essência das ideias centrais do estudo.



Figura 1: Nuvem de palavras gerada a partir do Software NVIVO® versão 11- Consulta de frequência de palavras presentes nos discursos coletivos, 2016, Salvador, Bahia, Brasil.

## Discussão

O estudo revelou que a prisão preventiva, experienciada por homens que foram encarcerados por terem praticado violência contra a sua companheira, faz diferentes sentimentos despontarem. Para alguns participantes, emerge o sentimento de ódio à mulher, tida como a responsável pela sua prisão e por toda a vivência carcerária, eclodindo o desejo de vingança, inclusive com ideação homicida.

Essa conotação masculina decorre do não reconhecimento de sua conduta violenta. Esta, construída socialmente e aprendida no seio doméstico, é naturalizada, de modo que tomar consciência de que o ato cometido configura-se crime é um árduo processo.<sup>13,14</sup> Estudos em diferentes partes do mundo têm mostrado que os homens, e também as mulheres, entendem o ato violento como normal dentro da relação afetiva, relacionando-o inclusive a uma forma de cuidado e amor.<sup>15-17</sup>

Nesse contexto, existe uma dificuldade masculina em se reconhecer como autor de uma ação violenta, e aceitar os motivos que o levaram à reclusão, o que pode gerar sentimentos de injustiça, inconformismo e tendência a culpar a mulher.<sup>15</sup>

Para além da naturalização, a culpabilização feminina fundamenta-se ainda na crença masculina de que a relação conjugal, mesmo permeada pela violência, é do foro privado e de interesse apenas do casal, não sendo, portanto, do âmbito público, tampouco do setor jurídico-policial.<sup>18,19</sup> Todo esse contexto de naturalização e não entendimento açula ódio, desejo de vingança, retaliações e até mesmo assassinatos de mulheres, quando estas fazem a denúncia criminal, tornando público um problema que na perspectiva masculina é particular. Foi a partir de tais situações, e para evitar maior vulnerabilidade, que as casas abrigos foram fundadas.

Estas instituições são previstas pelo art. 35 da Lei Maria da Penha e objetivam oferecer proteção e acolhimento às mulheres, e respectivos dependentes menores, que denunciam a violência sofrida, oferecendo assistência jurídica e psicossocial, além da reintegração dessa população no âmbito familiar e social.<sup>20</sup> Embora a existência deste organismo, o Estado ainda não consegue garantir segurança às mulheres que fazem a denúncia, o que faz com que muitas não efetivem a queixa crime, principalmente pelo receio de vingança do agressor, e conseqüentemente novo episódio de violência,<sup>21</sup> conforme sinalizado em um dos discursos coletivo.

Por ser um constructo social, são necessários distintos espaços para desconstrução da violência conjugal, o que perpassa também pelo processo de reflexão sobre suas atitudes. Neste estudo, a prisão preventiva mostra-se como um momento de autorreflexão para alguns participantes. Embora estudos versem que a detenção transforma negativamente os que por esta experiência passam,<sup>22,23</sup> pesquisadoras acreditam que este é um momento para que os infratores pensem sobre o ocorrido e arrependam-se de seus atos.<sup>24</sup>

O arrependimento, desvelado nos discursos, relaciona-se não apenas a percepção de suas condutas como violenta como também ao fato de crianças a presenciarem. Tal realidade remete a violência transgeracional, que consiste na repetição das ações violentas vivenciadas na infância quando na vida adulta.<sup>18</sup> Autores de diferentes partes do mundo corroboram que meninos e meninas que testemunham a violência conjugal tendem a reproduzir essas ações em suas relações maritais futuras.<sup>17,25-27</sup> Diante esse contexto, a partir da reflexão ainda em cárcere, os homens depreendem que são “espelhos” para suas crianças.

Ademais, para outro grupo o processo de reflexão ocorreu a partir do apoio social recebido da religião, dos Alcoólicos Anônimos (AA) e de familiares e amigos. Pesquisa com

mulheres que vivenciaram a violência conjugal corrobora a necessidade do apoio social para todos os envolvidos no fenômeno da violência. Nesta, o suporte religioso foi mencionado como a principal instituição de apoio, seguido da família, amigos e de ONG's. Tais suportes contribuíram para a proteção, acesso a informações e empoderamento dessas mulheres.<sup>28</sup> Essencial também uma rede social de suporte para os homens, conforme sinaliza estudo que defende a importância dos laços familiares para o empoderamento dos homens com experiência de reclusão em penitenciárias.<sup>14,29</sup> Mesmo porque o apoio acaba produzindo benefícios tanto para quem apoia quanto para quem recebe o apoio<sup>30</sup>. Corroborando, estudo evidencia que o apoio de múltiplas instâncias é a única saída para a mudança, podendo levar o homem em privação de liberdade à reflexão, à conscientização e, sobretudo ao processo de ressocialização.<sup>24</sup>

A reinserção social também constitui objetivo dos A.A., os quais, em parceria com o Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da cidade de Fortaleza, Ceará, Brasil, desenvolvem o Programa de Justiça Terapêutica. Este programa, além de desenvolver ações voltadas para a interrupção do uso abusivo de álcool e outras drogas, promove espaços dialógicos dentro do sistema prisional. Tais espaços transcendem o entendimento de que os homens estão ali simplesmente para serem punidos, o que tem proporcionado maior suporte para quando estiverem em liberdade, inclusive minimizando a reincidência de crimes.<sup>31</sup> Essa realidade também é encontrada em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, onde o Juizado de Violência doméstica faz a vinculação de homens em processo criminal com os A.A. No entanto, estudiosas vêm criticando esta conduta quando feita aleatoriamente, sugerindo que o alcoolismo tem sido relacionado como fator precipitador da violência, tirando o foco muitas vezes, das discussões sobre as relações de gênero que permeiam os relacionamentos conjugais, que são essenciais para o processo de reeducação.<sup>32</sup>

Salienta-se que a Lei Maria da Penha - 11.340/2006 - já preconiza o comparecimento de homens em situação de violência conjugal à programas de recuperação e reeducação, com o intuito de viabilizar a interrupção do ciclo da violência e, assim evitar novos casos.<sup>1</sup> Nesse contexto, insere-se o trabalho dos grupos de reflexão e reeducação de gênero com homens transgressores. Estimativas revelam que a reincidência de agressões contra a mulher chega a 75% em homens que não tiveram participação em ambientes de reflexão. Quando esses espaços são disponibilizados, há uma grande mudança no cenário, visto que as recidivas chegam a 4% .<sup>33</sup>

Embora o avanço, a Lei não exige a criação desses grupos, bem como não descreve como devem ser constituídos, além de não haver a obrigatoriedade na participação dos réus, o

que dificulta a adesão de medidas socioeducativas para esse público.<sup>34</sup> Salienta-se que esses lugares são acima de tudo, ambientes em que os homens podem falar, o que é pontuado no discurso coletivo como necessário para que expressem suas compreensões e seus sentimentos. Esses momentos são importantes ainda para estimular a reflexão de outros participantes do grupo, visto que é, a partir de suas próprias vivências, que novas perspectivas surgem principalmente no que concerne a intensão de mudança na relação conjugal.<sup>35</sup>

No estudo em questão, os homens também aspiram por um relacionamento conjugal melhor no futuro, reconhecendo que a violência não é um método resolutivo dos conflitos conjugais. Outro estudo em Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil, ex-detentos expressaram um desejo grande em mudar de vida e portar-se de maneira diferente.<sup>29</sup>

Para alcançar tal anseio, o discurso coletivo aponta para a necessidade de buscar estratégias pacíficas de resoluções dos conflitos conjugais, desvelando o autocontrole, diálogo e educação. Pesquisa realizada com homens e mulheres em quatro cidades de Santa Catarina, Brasil, versou sobre o relacionamento conjugal e as táticas de resolução de conflito entre casais, identificando que a negociação é o modo primordial para resolução de conflitos. Para isso, é necessário haver controle para explicar os motivos das discordâncias, mostrar respeito quanto aos sentimentos e opiniões do cônjuge e engajar-se na busca de solucionar o problema.<sup>36</sup> Nesse processo, destaca-se a relevância do diálogo frente às divergências do casal, o que exige uma educação familiar<sup>37</sup>

Além da educação na família, entende-se que as instituições jurídicas envolvidas com o processo criminal, bem como os setores de educação e saúde, devem articular-se, a fim de oportunizar espaços reflexivos acerca das relações conjugais para homens e mulheres. Esses espaços devem favorecer a identificação de caminhos para uma vida livre de violência a partir de atitudes respeitadas pautadas no diálogo, inclusive inserindo crianças para que construam/elaborem um novo olhar sobre este fenômeno.<sup>38</sup>

## **Conclusões**

A experiência de prisão preventiva fez com que os homens despontassem para alguns sentimentos, dentre os quais o sentimento de ódio e desejo de vingança da mulher; arrependimento pelo ato cometido; e anseio por relação livre de violência.

Considerando que a prisão preventiva não assegura a percepção de sua conduta como violenta, o apoio social de diferentes instâncias se mostrou imprescindível para a autoresponsabilização, visto ser esta o primeiro passo para que se possa refletir acerca da relação conjugal e construir relacionamentos harmônicos. Esse achado se mostra pertinente,



pois quanto antes esse apoio for oferecido, preferencialmente ainda quando em cárcere, mais efetivo poderá ser o processo de ponderação e quiçá desconstrução social (pré) existente. Destarte, sentimentos de ódio e desejo de vingança não serão estimulados, o que poderá evitar recidivas, bem como elucubrações precoces sobre as estratégias de resolução pacífica dos conflitos conjugais.

Embora o estudo apresente repercussões negativas da experiência do cárcere, como ódio e desejo de vingança, infere-se que a ponderação a partir do suporte social se efetivou por se tratar especificamente da prisão preventiva, onde os homens permaneceram em cárcere por não mais de três meses. Outro aspecto é que este trabalho trata especificamente da prisão por violência na relação conjugal, o que não tem sido explorado em pesquisas sobre o processo prisional, e que por ser uma violência perpetrada no seio familiar, pode gerar maior reflexão e arrependimento de quem gerou. Nesse sentido, estudos que se aprofundem essa temática serão de grande valia para preencher lacunas existentes na produção científica nacional e internacional.

Tais achados direcionam para o engajamento de diferentes instâncias envolvidas no processo criminal de homens por violência conjugal, a exemplo das Delegacias da Mulher, Varas de Violência e presídios, no sentido de criar ações que permitam o processo de reeducação e ressocialização desses indivíduos a fim de que não mais reincidam no crime. Essas ações de reeducação podem ocorrer em espaços outros, como escolas, associações de bairro, Unidades de Saúde da Família, igrejas, empresas, mídia, dentre outras. Importante pontuar que este é um trabalho que deve ser feito com toda a família, visto que a naturalização da violência no âmbito doméstico abarca a todos os membros.

Com essas reflexões, não pretendemos vitimar o homem em processo criminal, pois há a ciência de que o mesmo necessita ser responsabilizado por seus atos. O grande desafio está em fazer a comunidade em geral refletir acerca do tema, pois quando o ciclo social é capaz de dar suporte, o homem sente-se mais confiante para prosseguir de maneira diferente a vida. Salienta-se que todo o suporte social emanou da experiência carcerária, embora não tenha havido uma ação direta desta instituição, o que revela arestas e falência desse sistema que tem como um dos principais objetivos reeducar e ressocializar pessoas que infringem a lei.

## **Referências**

1. Brasil. Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição

Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. 2006. [cited 2016 Jul 11]. Available from: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)

2. Alesina A, Brioschi B, Ferrara E La. Violence Against Women: A Cross-cultural Analysis for Africa [Internet]. The national bureau of economic research. Cambridge, MA; 2016 Jan [cited 2016 Jul 11]. Available from: <http://www.nber.org/papers/w21901.pdf>

3. Cecilio LPP, Garbin CAS, Rovida TAS, Queiróz APDG, Garbin AJÍ. Violência interpessoal: estudo descritivo dos casos não fatais atendidos em uma unidade de urgência e emergência referência de sete municípios do estado de São Paulo, Brasil, 2008 a 2010. *Epidemiol e Serviços Saúde* [Internet]. 2012 Jun [cited 2016 Jul 11]; 21(2):293–304. Available from: [http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-49742012000200012&lng=en&nrm=iso&tlng=en](http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742012000200012&lng=en&nrm=iso&tlng=en)

4. Unal EO, Koc S, Unal V, Akcan R, Javan GT. Violence against women: A series of autopsy studies from Istanbul, Turkey. *J Forensic Leg Med* [Internet]. 2016 May [cited 2016 Jul 11];40:42–6. Available from: <http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S1752928X16000433>

5. Costa AM, Moreira KAP, Henriques ACPT, Marques JF, Fernandes AFC. Violência contra a mulher: caracterização de casos atendidos em um centro estadual de referência. *Rev da Rede Enferm do Nord* [Internet]. 2011 [cited 2016 Jul 11];12(3):627–35. Available from: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=324027976025>

6. Lövestad S, Krantz G. Men's and women's exposure and perpetration of partner violence: an epidemiological study from Sweden. *BMC Public Health* [Internet]. 2012 Dec 2 [cited 2016 Jul 11];12(1):945. Available from: <http://bmcpublichealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/1471-2458-12-945>

7. Waiselfisz JJ. Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil [Internet]. Brasília; 2015. Available from: [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)

8. Piosiadlo LCM, Fonseca RMGS, Gessner R. Subordination of gender: reflecting on the vulnerability to domestic violence against women. *Esc Anna Nery - Rev Enferm* [Internet]. 2014 [cited 2016 Jul 11];18(4):728–33. Available from: <http://www.gnresearch.org/doi/10.5935/1414-8145.20140104>

9. Centers for Disease Control and Prevention. Costs of Intimate Partner Violence Against Women in the United States. Atlanta, Georgia; 2003. 64 p.
10. Brasil. Violência contra a mulher custa 10% do PIB brasileiro [Internet]. 2012 [cited 2012 Oct 31]. Available from: [http://www.spm.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=405&Itemid=2](http://www.spm.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=405&Itemid=2)
11. Pinheiro MC, Araújo JL, Vasconcelos RB, Nascimento EGC. Health profile of freedom-deprived men in the prison system. *Investig y Educ en Enfermería*. 2015;33(2).
12. Lefevre F, Lefevre AMC, Marques MCC. Discurso do sujeito coletivo, complexidade e auto-organização. *Cien Saude Colet* [Internet]. 2009 Aug [cited 2016 Jul 11];14(4):1193–204. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232009000400025&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000400025&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)
13. Lamichhane P, Puri M, Tamang J, Dulal B. Women's Status and Violence against Young Married Women in Rural Nepal. *BMC Womens Health* [Internet]. 2011 Dec 25 [cited 2016 Jul 11];11(1):19. Available from: <http://bmcwomenshealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/1472-6874-11-19>
14. Walker K, Bowen E, Brown S, Sleath E. Desistance From Intimate Partner Violence: A Conceptual Model and Framework for Practitioners for Managing the Process of Change. *J Interpers Violence* [Internet]. 2015 Sep 1 [cited 2016 Jul 11];30(15):2726–50. Available from: <http://jiv.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/0886260514553634>
15. Nardi SCS, Benetti SPC. Violência conjugal: estudo das características das relações objetivas em homens agressores. *Bol Psicol*. 2012;62(136):53–66.
16. Silva ACLG, Coelho EBS, Njaine K, Silva ACLG, Coelho EBS, Njaine K. Violência conjugal: as controvérsias no relato dos parceiros íntimos em inquiridos policiais. *Cien Saude Colet* [Internet]. 2014 Apr [cited 2016 May 17];19(4):1255–62. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232014000401255&lng=pt&nrm=iso&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000401255&lng=pt&nrm=iso&tlng=en)
17. Sumner SA, Mercy JA, Dahlberg LL, Hillis SD, Klevens J, Houry D. Violence in the United States: Status, Challenges, and Opportunities. *JAMA* [Internet]. 2015 Aug 4 [cited 2016 Jul 11];314(5):478–88. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/26241599>
18. Coimbra JC, Levy L. A Violência contra a Mulher, o Trauma e seus Enunciados: o limite da justiça criminal. *Rev Estud e Pesqui sobre as Américas* [Internet]. 2015 Dec 21 [cited 2016 Jul 11];9(2):85. Available from: <http://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16274>

19. Cortizo MC, Goyeneche PL. Judicialização do privado e violência contra a mulher. *Rev Katál Florianóp*. 2010;13(1):102–9.
20. Amaral LBM, Vasconcelos TB, Sá FE, Silva ASR, Macena RHM. Violência doméstica e a Lei Maria da Penha: perfil das agressões sofridas por mulheres abrigadas em unidade social de proteção. *Rev Estud Fem* [Internet]. 2016 Aug [cited 2016 Jul 11];24(2):521–40. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2016000200521&lng=pt&nrm=iso&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2016000200521&lng=pt&nrm=iso&tlng=en)
21. Meneghel SN, Mueller B, Collaziol ME, Quadros MM de. Repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero. *Cien Saude Colet* [Internet]. 2013 Mar [cited 2016 Jul 13];18(3):691–700. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232013000300015&lng=pt&nrm=iso&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000300015&lng=pt&nrm=iso&tlng=en)
22. Ferreira AR. Crime-prisão-liberdade-crime: o círculo perverso da reincidência no crime. *Serviço Soc Soc* [Internet]. 2011 Sep [cited 2016 May 1]; (107):509–34. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282011000300008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)
23. Assis LR, Gomes AA, Lima LDA, Molinari DDR. Sistema Prisional Brasileiro: Uma Análise do papel da Sociedade Civil no Processo de Reintegração Social da pessoa privada de Liberdade. *Salão do Conhecimento* [Internet]. 2014 [cited 2016 Jul 11];2(1). Available from: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/3678>
24. Onofre EMC. Educação, escolarização e trabalho em prisões: apontamentos teóricos e reflexões do cotidiano. *Cad CEDES* [Internet]. 2016 Apr [cited 2016 Jul 11];36(98):1–6. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622016000100001&lng=pt&nrm=iso&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622016000100001&lng=pt&nrm=iso&tlng=en)
25. Razera J, Cenci CMB, Falcke D. Violência doméstica e transgeracionalidade: um estudo de caso. *Rev Psicol da IMED*. 2014;6(1):47–51.
26. Paixão GPN, Gomes NP, Diniz NMF, Lira MOSC, Carvalho MRS, Silva RS. Mulheres vivenciando a intergeracionalidade da violência conjugal Gilvânia Patrícia do Nascimento Paixão 2. 2015 [cited 2016 Jul 13];23(5):874–9. Available from: [www.eerp.usp.br/rlae](http://www.eerp.usp.br/rlae)
27. Kalokhe A, Rio C, Dunkle K, Stephenson R, Metheny N, Paranjape A, et al. Domestic violence against women in India: A systematic review of a decade of quantitative studies. *Glob Public Health* [Internet]. 2016 Feb 17 [cited 2016 Jul 11];1–16. Available from:

<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17441692.2015.1119293>

28. Gomes NP, Diniz NMF, Reis LA, Erdmann AL. The social network for confronting conjugal violence: representations of women who experience this health issue. *Texto Context - Enferm* [Internet]. 2015 Jun [cited 2016 Jul 13];24(2):316–24. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072015000200316&lng=en&nrm=iso&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072015000200316&lng=en&nrm=iso&tlng=en)
29. Lauermaann JD, Guazina FMN. Para além dos muros institucionais: problematizando os discursos dos egressos do sistema prisional. *Barbaroi* [Internet]. 2013 [cited 2016 May 7];(38):178–97. Available from: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-65782013000100010&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000100010&lng=pt&tlng=pt)
30. Fonseca ISS, Moura SB. Apoio social, saúde e trabalho: uma breve revisão. *Psicologia para América Latina*. [Internet]. 2008 [cited 2016 Oct 3];(15):0–0. Available from: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-350X2008000400012&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000400012&lng=pt&tlng=pt).
31. Mota LA. Uso nocivo de álcool e violência doméstica: reflexões sobre um programa de justiça terapêutica em fortaleza/ce. *Dat@venia*. 2013;4(4).
32. Panzenhagen GV, Centeno MB, Santos VN. A Lei Maria da Penha e a efetivação dos Direitos Humanos: relatos da experiência acadêmica junto ao Juizado de Violência Doméstica e Familiar de Porto Alegre [Internet]. 2009 [cited 2016 Jul 11]. Available from: <http://www.andhep.org.br/anais/arquivos/Vencontro/gt7/gt07p03.pdf>
33. Zorzella VL, Celmer EG. Grupos de reflexão sobre Gênero com homens acusados de Violência Doméstica: Percebendo vulnerabilidades e repensando polarizações. *Gênero & Direito* [Internet]. 2016 [cited 2016 Jul 11];5(1). Available from: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ged/index>
34. Lima MLC, Mélllo RP. Algumas considerações sobre os homens no contexto da violência contra a mulher. *Psicol Argumento* [Internet]. 2013;31(400):425. Available from: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/pa?dd1=12234&dd99=view>
35. Sarmiento R. Entre tempos e tensões: O debate mediado antes e depois da sanção da Lei Brasileira de Combate à Violência Doméstica Contra a Mulher. *Rev Fem* [Internet]. 2014 [cited 2016 Jul 11];2(1). Available from: [www.feminismos.neim.ufba.br](http://www.feminismos.neim.ufba.br)
36. Bolze SDA, Schmidt B, Crepaldi MA, Vieira ML. Relacionamento Conjugal e Táticas de Resolução de Conflito entre Casais. *Actual en Psicol* [Internet]. 2013 [cited 2016 May 7];27(114):71–85. Available from:

<http://revistas.ufr.ac.cr/index.php/actualidades/article/view/4828>

37. Costa CB, Falcke D, Mosmann CP. Conflitos conjugais em casamentos de longa duração: Motivos e Sentimentos. *Psicol em Estud.* 2015;20(3):411–23.

38. Paixão GPN. *Violência Conjugal: Compreendendo o Fenômeno a partir do discurso feminino* [dissertação]. Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem; 2013.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver uma tese que partisse de um pressuposto que os homens também são vítimas do processo social e histórico não foi uma tarefa fácil. Inicialmente, porque tive que me deixar ser descortinada de todo preconceito e estereótipo anteriormente construído; Depois, ponderar que embora tenham sido sujeitados à esse sistema, ainda são responsáveis pelos atos praticados e precisam ser punidos. Ademais, fazer com que colegas, profissionais e outros personagens envolvidos, também compreendessem a importância de inserir o público masculino em atividades que almejem o entendimento e a prevenção do agravo.

Apesar das barreiras físicas e subjetivas, ao final desse estudo foi possível apreender o discurso de homens sobre violência conjugal e sua experiência jurídico-policial, e afirmar a seguinte tese: O discurso de homens em processo criminal por violência conjugal, evidencia que a percepção masculina acerca do fenômeno, perpassa por sua compreensão de que esta é uma condição natural, intergeracional, recíproca e de foro íntimo do casal. Ainda, desponta para uma experiência jurídico-policial permeada por situações de exposição, constrangimento, humilhação e cerceamento do direito de defesa. Esta vivência fez emergir, no primeiro momento, o sentimento de ódio e o desejo de se vingar da mulher, transcendido após autorreflexão e/ou apoio social, passando a aspirar por relações livres de violência, o que fora evidenciado pelo entendimento coletivo de que é possível resolver os conflitos conjugais a partir de estratégias pacíficas, como o diálogo.

O estudo evidencia a dissimetria de gênero como constructo social, sinalizando para a necessidade da criação de espaços de ressignificação e reeducação de homens e mulheres, na perspectiva de gênero. Pensando no caráter transgeracional, as escolas são espaços privilegiados para romper com este ciclo, devendo incitar ações que promovam relações equânimes entre meninas e meninos, pautadas no respeito mútuo, que permitam desconstruir o modelo patriarcal vigente. Ainda, de dar visibilidade à magnitude de cada uma das formas de expressão da violência, favorecendo a desconstrução da ideia de que esta restringe-se à agressão física, o que também fora achado neste estudo. É preciso ainda uma educação que incite a resolução pacífica de conflitos, e assim a compreensão de que o revide não é defesa, mas sim uma forma de perpetração de violência, que deve ser reconhecida como tal.

Considerando que a prisão preventiva não assegura a percepção de sua conduta como violenta, o apoio social de diferentes instâncias se mostrou imprescindível para a autoresponsabilização, visto ser esta o primeiro passo para a reflexão da relação conjugal e construção de relacionamentos harmônicos. Esse achado se mostra pertinente, pois quanto

antes esse apoio for oferecido, preferencialmente ainda quando em cárcere, mais efetivo poderá ser o processo de reflexão e quiçá desconstrução social (pré) existente. Destarte, sentimentos de ódio e desejo de vingança não serão estimulados, o que poderá evitar recidivas, bem como elucubrações precoces sobre as estratégias de resolução pacífica dos conflitos conjugais.

Embora o estudo apresente repercussões negativas da experiência do cárcere, como ódio e desejo de vingança, infere-se que a poderação pelo suporte social se efetivou por se tratar especificamente da prisão preventiva, onde os homens permaneceram em cárcere por não mais de três meses. Outro aspecto é que este trabalho trata especificamente da prisão por violência na relação conjugal, o que não tem sido explorado em pesquisas sobre o processo prisional, e que por ser uma violência perpetrada no seio familiar, pode gerar maior reflexão e arrependimento de quem gerou. Nesse sentido, estudos que se aprofundem essa temática serão de grande valia para preencher lacunas existentes na produção científica nacional e internacional.

Ao tempo que reconhecemos a necessidade de penalizar homens perpetradores de violência contra a mulher, é essencial se pensar estratégias que assegurem tal punição sem que se perca de vista os direitos humanos e a garantia do direito à defesa. Nesse contexto, é necessário um trabalho com os profissionais de todo o equipamento jurídico-policial para que o processo trâmite de forma imparcial e justa, conforme rege a constituição. Também, o engajamento de diferentes instâncias envolvidas no processo criminal de homens por violência conjugal, a exemplo das Delegacias da Mulher, Varas de Violência e presídios, no sentido de criar ações que permitam o processo de reeducação e ressocialização desses indivíduos a fim de que não mais reincidam no crime. Ainda, faz-se necessário o preparo dos profissionais, dos âmbitos social, educacional e de saúde, para que estes também sejam mais preparados para compreender esse fenômeno de tamanha magnitude e complexidade. Para tal, é imprescindível que a temática seja discutida, nos currículos da graduação.

Com essas reflexões, não pretendemos vitimar o homem em processo criminal, pois há a ciência de que o mesmo necessita ser responsabilizado por seus atos. O grande desafio está em fazer a comunidade em geral refletir acerca do tema, pois quando o ciclo social é capaz de dar suporte, o homem sente-se mais confiante para prosseguir de maneira diferente. Salienta-se que todo o suporte social emanou da experiência carcerária, embora não tenha havido uma ação direta desta instituição, o que revela arestas e falência desse sistema que tem como um dos principais objetivos reeducar e ressocializar pessoas que infringem a lei.



Pretende-se com essa pesquisa fazer a sociedade entender que é essencial avocar todos para refletir sobre gênero, papéis sociais e poder, na tentativa de ressignificar esses aspectos culturalmente arraigados. Também, evidenciar a importância de investir na formação de profissionais, para que desde cedo essas questões sejam trabalhadas, principalmente para que crianças possam ser educadas de maneira diferenciada. Pela característica multifacetada, a violência conjugal se constitui em um objeto transdisciplinar, sendo de interesse de todos. Por fazer parte de uma classe que atua nos mais diversos cenários, Enfermeiros e Enfermeiras devem apropriar-se desse objeto, de modo a associar sinais/sintomas e principalmente inserir esse tópico em atividades que visem prevenção de agravos e promoção da saúde.

Ressalto ainda, a grande dificuldade encontrada para realizar a contextualização do estado da arte, em virtude da escassez de estudos que trouxesse o sujeito masculino em uma perspectiva imparcial e inclusiva dentro das relações familiares, e no contexto da violência conjugal/de gênero.

## REFERÊNCIAS

- ALESINA, A.; BRIOSCHI, B.; FERRARA, E. Violence Against Women: A Cross-cultural Analysis for Africa. **The national bureau of economic research**. Cambridge, MA, 2016. <http://doi.org/10.3386/w21901>
- ALMEIDA, Iris; SOEIRO, Cristina. Avaliação de risco conjugal: versão para polícias. **Anais de Psicológica**, Lisboa, v.28, n.1, jan. 2010. Disponível em [http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0870-82312010000100013&lang=pt](http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312010000100013&lang=pt). Acesso realizado em 23/05/2011.
- ALMEIDA, RNR; SEGNINI, LRP. Gênero e trabalho: contribuições teóricas do feminismo para o debate acerca do mercado de trabalho no campo artístico. **Anais Do III Seminário De Pesquisa Da Fespsp**. São Paulo. 2014. Disponível em: [http://www.fespsp.org.br/seminario2014/anais/GT10/7\\_GENERO\\_E\\_TRABALHO.pdf](http://www.fespsp.org.br/seminario2014/anais/GT10/7_GENERO_E_TRABALHO.pdf)
- ARAÚJO, Anne Jacob Souza et. al. Incidência de violência contra mulher no bairro João de Deus no município de Petrolina. In: Gomes, Nadirlene Pereira; Ramos, Paulo Ramos, organizadores. **Saúde e Enfermagem: a pesquisa como valor na formação profissional**. Rio de Janeiro, Booklink, Petrolina: Univasf, 2008, p. 98 – 111.
- BACKES, D.S et al. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O mundo da saúde**. v. 35, n. 4, p. 438-42, 2011.
- BANCHS, M. A. Representaciones sociales en proceso: su análisis a través de grupos focales. In: MOREIRA, A.S.P; CAMARGO, B.V.; JESUÍNO, J.C; NÓBREGA, S.M., organizadores. **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais**. João Pessoa (PB): UFPB Universitária; 2005. p.401-23.
- BECCHERI-CORTEZ, M; SOUZA, L. Mulheres de classe média, relações de gênero e violência conjugal: um estudo exploratório. **Rev. Gerenc. Polit. Salud**, Bogotá. v.12, n.24, p.34-53, 2013.
- BERTOLOTE, J.M; MELLO-SANTOS C; BOTEAGA, N.J. Detecção do risco de suicídio nos serviços de emergência psiquiátrica. **Rev Bras Psiquiatr**; 32(Suppl 2): 87-95, 2010.
- BHONA, Fernanda Monteiro de Castro; LOURENÇO, Lelio Moura; BRUM, Camila Resende Soares. Violência doméstica: um estudo bibliométrico. **Arq. bras. psicol.** v.63, n.1, p. 87-100, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 466*. Dispõe sobre pesquisa envolvendo seres humanos. **Revista Bioética**. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Medicina, 2012.
- BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça. **140 mulheres foram presas pela Lei Maria da Penha em todo o País**. Maio, 2013. Disponível em: <http://www.tribunadahia.com.br/2013/05/24/140-mulheres-na-cadeia-foram-presas-pela-lei-maria-da-penha-em-todo-pais>.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2007.

BRASIL. lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.778.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.778.htm).

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Estimativa do câncer de próstata**. Rio de Janeiro. 2015. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/tiposdecancer/site/home/prostata>

BRASIL. Ministério da Saúde. **Mortalidade do adulto no Brasil: taxas de mortalidade segundo o sexo, as causas e as regiões, 2014**. Secretaria de Vigilância em Saúde, Brasília, 2014. Disponível em: [http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/pdf/2015/Fev/21/saudebrasil2014\\_rte1\\_cap7.pdf](http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/pdf/2015/Fev/21/saudebrasil2014_rte1_cap7.pdf).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. **Prevenção e tratamento dos agravos Resultantes da Violência Sexual Contra mulheres e Adolescentes**. Norma técnica. 2ª ed. Atualizada e ampliada. Brasília, 2007.

BRASIL. **Política Nacional de atenção integral à saúde do homem**. Ministério da saúde. Departamento de atenção à saúde. Brasília. 2008

BRASIL. Secretaria de Políticas para as mulheres (SEPM). **Balanco central de Atendimento à Mulher**. 2010. Disponível em: [http://www.sepm.gov.br/noticias/ultimas\\_noticias/2010/10/balanco-da-central-de-atendimento-a-mulher](http://www.sepm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2010/10/balanco-da-central-de-atendimento-a-mulher). Acesso realizado em 28/08/2011.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as mulheres (SEPM). **Balanco central de Atendimento à Mulher**. 2010. Disponível em: [http://www.sepm.gov.br/noticias/ultimas\\_noticias/2010/10/balanco-da-central-de-atendimento-a-mulher](http://www.sepm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2010/10/balanco-da-central-de-atendimento-a-mulher). Acesso realizado em 28/08/2011.

BRASIL. Violência contra a mulher custa 10% do PIB brasileiro. **Retrieved** October 31, 2012, from [http://www.spm.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=405&Itemid=2](http://www.spm.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=405&Itemid=2)

CAETANO, M. R. V; SILVA JÚNIOR, P. M, Hernandez JG. Ninguém nasce homem, torna-se homem: as masculinidades no corpo e o corpo nas práticas curriculares das masculinidade. **Revista de estudos interdisciplinares em gênero e sexualidades**. V01, n.02, p. 1-11, 2014.

CAPALDI, D. M; KIM, H; PEARS, K. The association between partner violence and child maltreatment: A common conceptual framework. In D. J. Whitaker & J. R. Lutzker, Preventing partner violence: **Research and evidencebased intervention strategies** (p. 93-111). Washington, DC: American Psychological Association. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000097&pid=S1414-9893201100020000400006&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000097&pid=S1414-9893201100020000400006&lng=en). Acesso realizado em 16 de novembro de 2014.

- CARNEIRO, A. A.; FRAGA, C. K. A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: da violência denunciada à violência silenciada. **Serviço Social e Sociedade**. v.110, p. 369-97, 2012.
- CECILIO, L. P. P.; GARBIN, C. A. S.; ROVIDA, T. A. S.; QUEIRÓZ, A. P. D. G. E; GARBIN, A. J. Í. Violência interpessoal: estudo descritivo dos casos não fatais atendidos em uma unidade de urgência e emergência referência de sete municípios do estado de São Paulo, Brasil, 2008 a 2010. **Epidemiologia E Serviços de Saúde**. v.21, n.2, p.293-304, 2012.
- CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). **Costs of intimate partner violence against women in the United States**. Atlanta: National Center for Injury Prevention and Control. [Internet]. 2013 [acesso em: 20 out 2015]. Disponível em: <http://www.cdc.gov/violenceprevention/pdf/IPVBook-a.pdf>
- COLOSSI, P. M.; MARASCA, A. R; FALCKE, D. De Geração em Geração: A Violência Conjugal e as Experiências na Família de Origem. **Psico**; v. 46, n.4, p. 493-502, 2015.
- CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Hegemonic masculinity rethinking the concept. **Gender & society**, v. 19, n. 6, p. 829-859, 2005.
- CORREA, R.M. Dilemas da Judicialização da violência doméstica: um estudo de caso nos juizados do Distrito Federal. *Vivência Rev Antropol* [Internet]. v.1, n.46, p. 31-52, 2015
- CORREIA, Cíntia Mesquita. **Vivência de violência doméstica em mulheres que tentaram suicídio**. [Dissertação de mestrado] Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.
- CORTES, Rhaila; LOPES, Maria Júlia; Comin, Victória Anselmo; et al. Tecendo a manhã em uma roda de conversa sobre violência doméstica. **An Congr Bras Med Fam Comunidade**. Belém, p. 12:981, 2013.
- COSTA L. M. G, ZUCATTI APN, DELL'AGLIO DD. Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para a mulher. *Estud. Psicol.* [Internet]. **Estudos de Psicologia** (Campinas). v.28, n. 2, p. 219-27, 2011.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. – 3 ed. – porto alegre: artmed, 296 p., 2010.
- DAHLSTEDT, Jayme Kay. Notification and risk management for victims of domestic violence. **Wis. JL Gender & Soc's**. v.28, n. 1. 2013
- DALL'AGNOL, C. M; TRENCH, M.H. Grupos focais como estratégia metodológica em pesquisa na enfermagem. **Rev Gaúcha Enf**, v.20, n.1, p.5-25, 1999.
- DANTAS, et. al. Teoria fundamentada nos dados Aspectos conceituais e operacionais: metodologia possível de ser aplicada na pesquisa em enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. Ribeirão Preto, n. 17, v. 4, p. 573 -9, 2009
- DEBUS, M. **Manual para excelência en La investigación mediante grupos focales**. Washington: Academy for Educational Development; 1997. Disponível em: [https://books.google.com.co/books/about/Manual\\_para\\_excelencia\\_en\\_la\\_investigaci.htm?l?id=tFpAGwAACAAJ](https://books.google.com.co/books/about/Manual_para_excelencia_en_la_investigaci.htm?l?id=tFpAGwAACAAJ).
- DEEKE, Leila Platt et al. A Dinâmica da Violência Doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. **Saúde Sociedade**, São Paulo, v.18, n.2, p.248-258, 2009.

DENZIN, N.K.; LINCON, Y.S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2ª Ed. Tradução: Sandra Regina Netz, Porto Alegre, Artmed, 2006.

DESLANDES, Sueley et al. Indicadores das ações municipais para a notificação e registro de casos de violência intrafamiliar. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.27, n.8, Ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/csp/v27n8/18.pdf>. Acesso realizado em 18/09/2011.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Anuário de Mulheres Brasileiras**. Secretaria de Políticas para mulheres. São Paulo, 2011.

DINIZ, N. M. F. et al. Violência conjugal: vivências expressas em discursos masculinos. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 80-88, 2003.

DINIZ, Normélia Maria Freire et al. O aborto provocado e a violência doméstica entre mulheres atendidas em maternidade pública do município de Salvador-BA. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.64, n.6 Nov./Dec. 2011.

DOMINGUES, B.; MACHADO, K. Às vítimas de violência sexual, atendimento humanizado. **Radis comunicação em saúde**. nº 92. Abril. 2011 pg 10-15.

ECHENIQUE, Marta. Psicodrama e relações amorosas. In: **Laços amorosos: terapia de casal e psicodrama**/[Org.] Maria Amália França Vitale. – São Paulo: Ágora, 2004. 83-100.

ELLSBERG, Mary; EMMELIN, Maria. Intimate Partner Violence and Mental Health. **Global Health Action**. v.7, p. 1-3, 2014.

FALCKE, Denise; OLIVEIRA, Denise Zagonel; ROSA, Larissa Wolff. et al. Violência conjugal: um fenômeno interacional. **Contextos Clínicos**. v.2, n.2, 81-90, 2009.

GARCIA, L. P.; FREITAS, L. R. S; SILVA, G. D. M; HÖFELMANN, D. A. Estimativas corrigidas de feminicídios no Brasil, 2009 a 2011. **Rev Panam Salud Publica**. v.37, n.4/5, p.251-7, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Nadirlene Pereira et al. Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v.20, n.4, p. 504-508, out./dez. 2007.

GOMES, Nadirlene Pereira Gomes; ERDMANN, Alacoque Lorenzini; HIGASHI, Giovana Dorneles Callegaro; et. al. Preparo de enfermeiros e médicos para o cuidado à mulher em situação de violência conjugal. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 26, n. 3, p. 593-603, set./dez. 2012.

GOMES, R.; NASCIMENTO, E. F.; REBELLO, L. E. F. (2009). Violência é coisa de homem? A “naturalização” da violência nas falas de homens jovens. **Ciência & Saúde Coletiva**, 14(4), 1151-1157.

GOYENECHÉ, P. L.; CORTIZO, M. C. Judicialização do privado e violência contra a mulher. **Rev Katál**. v. 13, n. 1, p. 102-9, 2010.

GRANJEIRO, I; COSTA, L.F. Gênero, Violência Conjugal Recíproca e Interação Sistêmica do Casal: Interpretação da fala de um juiz. *Rev Direito em Ação [Internet]*. v. 12, n.1., 2014.

GROSSI Miriam Pilar. Violência, gênero e sofrimento. In: Theophilos Rifiotis; Tiago Hyra Rodrigues, organizadores. **Educação e direitos humanos: discursos críticos e temas contemporâneos**. Florianópolis: Editora da UFSC; 2008. p. 121-134.

GUSMÃO, Lianna Marya Peixoto. **Jovens universitárias da graduação em Enfermagem: universo sociocultural e habitus formadores da profissão**. 145p. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2009.

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/revistapsico/article/view/20979>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default\\_sinopse.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_sinopse.shtm). Acesso realizado em 23/05/11. Acesso realizado em 12/06/12.

IPSOS. **Percepções sobre a violência contra a mulher no Brasil**. São Paulo: IPSOS, 2011

KIND, Luciana. **Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais/Notes for the work with focus group technique**. *Psicologia em Revista*, v. 10, n. 15, p. 124-138, 2004.

KISS, Lígia Bittencourt; SCHRAIBER, Lilia Blima. Temas medico-sociais e a intervenção em saúde: a violência contra mulheres no discurso dos profissionais. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. v.16, n.3, p. 1943-1952, 2011.

KITZINGER, J. The methodology of focus group: the importance of interaction between research participants. **Sociol Health Illn**. v.16, n.1, p.103-20, 1994.

LACERDA, M. M. **A naturalização da violência contra a mulher como uma construção sócio-histórica passível de desconstrução**. Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Trabalho de conclusão de curso. Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA. 2014; p.35.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)**. 2ª ed. Caxias do Sul, RS: Educs, 2005.

LIMA, Gabriela Quadros de; WERLANG, Blanca Susana Guevara. Mulheres que sofrem violência doméstica: contribuições da psicanálise. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 16, n. 4, Dec. 2011

LÖVESTAD, S.; KRANTZ, G. Men's and women's exposure and perpetration of partner violence: an epidemiological study from Sweden. **BMC Public Health**, v.12, n.9, p.45-9, 2012.

LUDERMIR A. B. et al. Violence against women by their intimate partner during pregnancy and postnatal depression: a prospective cohort study. **Lancet** 2010; 376, p. 903-910.

LUDERMIR Ana Bernarda et al. Violence against women by their intimate partner during pregnancy and postnatal depression: a prospective cohort study. **Lancet** 2010; 376, p. 903-910.

MACHADO, Liz Zanotta. **Masculinidades e violências: Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea**. Série Antropológica. Brasília: UnB, 2001.

MADUREIRA, A.B; RAIMONDO, M.L; FERRAZ, M.I.R, et al. Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento. Esc. Anna Nery, Rio de Janeiro. v.18,n.4, p. 600-06, 2014.

MARCHIN, R.; COUTO, M.T.; SILVA, G. S. N.; et al. Concepções de gênero, masculinidade e cuidados em saúde: estudo com profissionais de saúde da atenção primária. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.16, n. 11, p.4503-12, 2011.

MARCY, L. Karin. Changing Federal Statutory Proposals to Address Domestic Violence at Work: Creating a Societal Response by Making Businesses a Part of the Solution, **Brooklyn Law Review**. v.74, n.2, p. 377- 428, 2009. Disponível em: [http://www.brooklaw.edu/~media/PDF/LawJournals/BLR\\_PDF/blr\\_v74ii.ashx](http://www.brooklaw.edu/~media/PDF/LawJournals/BLR_PDF/blr_v74ii.ashx), acesso realizado em 18 de novembro de 2014.

MATTAR, Rosiane et al. A violência doméstica como indicador de risco no rastreamento da depressão pós-parto. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**. v. 29, n.9. Rio de Janeiro. Sept. 2007.

McCloskey LA. The intergenerational transfer of mother-daughter risk for gender-based abuse. **Psychodyn Psychiatry**. 2013;41(2):303-28. doi: 10.1521/pdps.2013.41.2.303.

MELO, Zélia Maria; SILVA, Diogivânia Maria; CALDAS, Marcus Túlio. Violência intrafamiliar: crimes contra mulher na área metropolitana de Recife. **Psicologia em Estudo**. Mirangá, v. 14, n. 1, p. 111-119, 2009.

MENEGHEL, Stela Nazareth; HIRAKATA, Vania Naomi. Femicídios: homicídios femininos no Brasil. **Rev. Saúde Pública**. São Paulo. v. 45, n.3, Junho. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102011000300015&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102011000300015&tlng=pt). Acesso realizado em 04/09/11.

MEYER, Dagmar Estermann. Teoria e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Revista Brasileira de Enfermagem**. v. 57, n.1, p. 13-18, 2008.

MINAYO, M.C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo, HUCITEC/ABRASCO, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Introdução à metodologia das ciências sociais. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 12ª edição, São Paulo, Hucitec, 2010

MIRANDA, Milma Pires de Melo; PAULA, Cristiane Silvestre de; BORDIN, Isabel Altenfelder. Violência conjugal física contra a mulher na vida: prevalência e impacto imediato na saúde, trabalho e família. **Rev Panam Salud Publica**, Washington, v. 27, n. 4, Apr. 2010.

MULLER, Jean-Marie. **Não-violência na educação**. São Paulo: Palas Athena, 2006.

MUSZKAT, Malvina Ester. **Guia prático de Mediação de Conflitos em Famílias e Organizações**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2008.

NETO, O. C.; MOREIRA, M.R.; SUCENA, L.F.M. **Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação**; 2002. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com\\_JUV\\_PO27\\_Neto\\_texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_JUV_PO27_Neto_texto.pdf)

OLIVEIRA, Kátia Lenz Cesar; GOMES, Romeu. Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros Men and conjugal violence: an analysis of Brazilian studies. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 16, n. 5, p. 2401-2413, 2011.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade**/ belo horizonte. Editora UFMG, RJ: IUPERJ, 2004, 347p.

OLIVEIRA, V. L. A. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: 2ª ed. Vozes, 2008.

OMS. Organização mundial de saúde. **Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: ação e produção de evidência**. OMS/OPAS 2010. Disponível em [http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/44350/3/9789275716359\\_por.pdf](http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/44350/3/9789275716359_por.pdf). Acesso realizado em 21/10/2012.

OPAS. **Información y análisis de salud: situación de salud en las Américas: indicadores básicos 2009**. Washington, DC: Organización Pan Americana de Saúde, 2009.

PAIXÃO, Gilvânia Patrícia do Nascimento. **Violência conjugal: compreendendo o fenômeno a partir do discurso feminino**. 106f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia. Escola de Enfermagem. Salvador, 2013.

PAIXÃO, Gilvânia Patrícia Nascimento; SANTOS, Sheila Milena Pessoa dos; RAMOS, Paulo Roberto. Percepções das diferenças de gênero entre adolescentes do município de Juazeiro-BA. **UDESC em ação**. Santa Catarina, v.2 n.1, 2008.

PINHEIRO, M. C.; ARAÚJO, J. L.; VASCONCELOS, R. B.; NASCIMENTO, E. G. C. Health profile of freedom-deprived men in the prison system. **Investigación Y Educación En Enfermería**. v.33, n.2, 2015.

PIOSIADLO, L. C. M; FONSECA, R. M. G. S; GESSNER, R. Subordination of gender: reflecting on the vulnerability to domestic violence against women. **Esc. Anna Nery**. v.8, n.4, p.728-33, 2014.

POLETTO, L. B. Trajetórias de vida e violência conjugal: interlocução entre a denúncia e a resignificação. **Educação Unisinos**. v. 19, n.1 ,p.141-3, 2015. [Acesso em: 19 de Jul de 2016]. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2015.191.13>

POLIT, Denise F.; BECK, Cheryl Tatano; HUNGLER, Bernadette P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem. Métodos, avaliação e utilização**. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

POPE, Catherine; MAYS, Nicholas. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. Porto Alegre: Artmed; 2008.

PRÓSPERO, M.; KIM, M.; Mutual partner violence. Mental Health Symptoms Among Female and Male Victims in Four Racial/Ethnic Groups. **J Interpers Violence**. v.24, n.12, p.2039-56, 2009. [Acesso em: 19 de Jul de 2016]. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19109532>

QSR **INTERNATIONAL. Nvivo10 for Windows**. Disponível em: <http://www.qsrinternational.com>. Acesso em: 19/09/15.



RIBEIRO, João Ubaldo. **Política; quem manda, por que manda, como manda**. 1ª edição, Ed Objetiva, Rio de Janeiro, 2010. 187 pg.

RIGTERINK, T.; KATZ, L. F; HESSLER, D. M. Domestic Violence and Longitudinal Associations With Children's Physiological Regulation Abilities. **J Interpers Violence**. v.25, n.9,p. 1669–83, 2010.

ROCHA, Maria Cristina Pauli. **A experiência da Enfermeira de unidade de terapia intensiva neonatal no uso de instrumentos para avaliar a dor em neonatos** [Dissertação de Mestrado]. Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, 2009.

SAFFIOTI, H. I. Gênero, patriarcado, violência. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SALAZAR, Mariano; DAHLBLOM, Kjerstin; SOLO, Lúcia et al. Exposure to intimate partner violence reduces the protective effect that women's high education has on children's corporal punishment: a population-based study. **Global health action**, v. 7, 2014.

SAYÃO, Deborah Thomé. Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. *Perspectiva*, v. 21, n. 1, p. 121-149, 2003

SEPARAVICH, M.A; CANESQUI,A.M. Saúde do homem e masculidade na política nacional de atenção integral á saúde do homem: uma revisão bibliográfica. **Rev. Saúde soc**, v.22;n.2; p.415-428, São Paulo, 2013.

SILVA, C. Feminismo e movimento de mulheres. SOS Corpo – **Instituto Feminista para a democracia**. Série Mulheres em movimento, 2ª ed. 2013. 63 p. <http://soscorpo.org/wp-content/uploads/Feminismo-e-Movimento-de-Mulheres-2013-2a-edi%C3%A7%C3%A3o.pdf>

SILVA, Larissa Ribeiro. Lei Maria da Penha: Violência, Medo e Amor. Da Denúncia ao Perdão. **Revista Jurídica On-line**, v. 1, n. 4, 2014. Disponível em <http://revista.unisal.br/lo/index.php/revdir/article/viewFile/128/88>. Acesso realizado em 18 de novembro de 2014.

SILVA, Marta. Violência: um problema de saúde pública. **Conferência nacional de saúde mental. Ministério da saúde. Brasília**, Junho 2010. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/violenciamartasilva.pdf>. Acesso realizado em 04/06/2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000

TAQUETTE, Stella R. **Violência contra a mulher/adolescente jovem**. Secretaria Especial de Políticas para as mulheres. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. Disponível em: [http://200.130.7.5/spmu/docs/viol\\_mul\\_jovem.pdf#page=61](http://200.130.7.5/spmu/docs/viol_mul_jovem.pdf#page=61). Acesso realizado em 05/09/2011.

TISAK, M. S.; TISAK, J.; BARKER, E. R.; GRAUPENSPERGE, S. A. Relations Among Victimization, Witnessing, and Perpetration of Aggression: Impact of Gender Among Youth Offenders. **J Interpers Violence**. v.11, n.3, p.1-9, 2016. [Acesso em: 26 de Jul de 2016]. Disponível em: <http://jiv.sagepub.com/content/early/2016/07/25/0886260516659658.abstract>

TRAD, L. A. Bomfim. **Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde**. 2009.

UNAL, E.O.; KOC, S.; UNAL, V; AKCAN, R.; JAVAN, G. T. Violência contra a mulher: Uma série de estudos de autópsia de Istambul, Turquia. **J Forensic Med Leg.** v.40,p.42-6, 2016.

VICENTE Luciana de Moraes; VIEIRA, Elisabeth Meloni. O conhecimento sobre a violência de gênero entre estudantes de medicina e médicos residentes. **Revista Brasileira de Educação Médica.** v. 33, n.1, p. 63-71. 2009

VIEIRA, C. G.; ARAÚJO, W.S.; VARGAS, D. R. M. O homem e o câncer de próstata: prováveis reações diante de um possível diagnóstico. **Revista Científica do ITPAC,** Araguaína, v.5, n.1, Pub.3, Janeiro 2012.

VIEIRA, Elisabeth Meloni et al. Conhecimentos e atitudes dos profissionais de saúde em relação à violência de gênero. **Revista brasileira de epidemiologia.** São Paulo, v.12, n.4. Dec.2009. Disponível em:

[http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-790X2009000400007&lang=pt&tlng=pt](http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2009000400007&lang=pt&tlng=pt). Acesso realizado em 18/09/2011.

VIEIRA, Elisabeth Meloni; PERDONA, Gleici da Silva Castro; SANTOS, Manoel Antônio dos. Fatores associados a violência física por parceiro íntimo em usuárias de serviço de saúde. **Revista de Saúde Pública.** São Paulo , v. 45, n. 4 . 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102011000400013&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102011000400013&tlng=pt). Acesso realizado em 01/09/2011.

VILLAR G. B. **Gênero, cuidado e saúde: estudo entre homens usuários da atenção primária em São Paulo** [tese]. São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo; 2007. 167p

WASELFISZ J.J. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil** [Internet]. Brasília; 2015. Available from: [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)

WASELFISZ J.J. **Mapa da violência. Os jovens do Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Flacso, Brasil. Versão Preliminar, 2014. Disponível em: <http://goo.gl/eZKZDF>. Acesso em: 19/04/15.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas.** Florianópolis: v. 9, n. 2, 2001 . Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2001000200008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2001000200008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 19 jul. 2010.

ZALESKI, Marcos et al. Intimate partner violence and contribution of drinking and sociodemographics: the Brazilian National Alcohol Survey. **Journal of Interpers Violence.** v. 25, p. 648–665. 2010.

ZANCAN, N.; WASSERMANN, V.; LIMA, G.Q. A violência doméstica a partir do discurso de mulheres agredidas. **Pensando fam.** v.17, n.1, p.63-76, 2013.

**APÊNDICES**

## APÊNDICE 01 - PLANEJAMENTO DO GRUPO DE REEDUCAÇÃO DE HOMENS

**Duração:** 02h/encontro

**Total de encontros:** 08 + 01 GF

**Objetivos do grupo:**

- Desnaturalizar a conduta violenta, trabalhando os diversos contextos em que ocorre — familiar, cultural, histórico etc. — promovendo a transformação dos padrões da masculinidade hegemônica;
- Promover a responsabilização de homens autores de violência conjugal, intrafamiliar e de gênero;
- Promover a prevenção primária, secundária e terciária das violências através da construção de recursos e habilidades não violentas no âmbito das relações interpessoais, especialmente, as conjugais e familiares;
- Acreditem no diálogo e na negociação em vez de violência para solucionar conflitos, e de que de fato demonstram o uso de diálogo e negociação nas suas relações interpessoais.

GR	DATA	TEMA
01	09/04/15	Grupo de recepção
02	16/04/15	Família
03	30/04/15	Violência conjugal
04	28/05/15	Elementos precipitadores e intensificadores da violência conjugal
05	11/06/15	Agravos à saúde do homem e das famílias
06	18/06/15	Corpo e sexualidade
07	09/07/15	Gênero, masculinidade e honra
08	23/07/15	O que faço quando estou com raiva? Solucionando problemas de forma pacífica
09	06/08/15	Grupo Focal

<b>ATIVIDADES FIXAS PARA OS ENCONTROS</b>	
Planejamento	<b>Gilvânia</b>
Providenciar lanche e organizar a sala	Jéssica e Ionara
Gravação e fotos	Welton
Recepção dos homens	Anderson
Materiais para cada oficina (inclusive data show, lista de frequência)	Maristela e Jaquelline
Documentos/ofício/atestado e frequência das reuniões de organização	Leide

<b>TRANSCRIÇÃO, VALIDAÇÃO E RELATOS DE EXPERIÊNCIA*.</b>				
Encontro	Transcrição	1ª validação	2ª validação	Relato de Experiência
09/04/15	Ionara (13/4)	Josi Lirio (13/4)	<b>Gilvânia</b> (14/04)	Ionara (20/4)
16/04/15	Jéssica	Josélia	Anderson	Jéssica
30/04/15	Maristela	Josi Lirio	<b>Gilvânia</b>	Maristela
28/05/15	Leide	Josi Lirio	<b>Gilvânia</b>	Leide
11/06/15	Ionara	Josélia	Anderson	Ionara
18/06/15	Jéssica	Josi Lirio	<b>Gilvânia</b>	Jéssica
09/07/15	Maristela	Josélia	Anderson	Maristela
23/07/15	Jack	Josi Lirio	<b>Gilvânia</b>	Jack
06/08/15	Leide	Josélia	Anderson	Leide

### **Observações:**

\*A responsável pela transcrição da semana **SEMPRE** deverá estar presente na oficina para facilitar a transcrição. Não fará nenhuma função ativa no grupo, apenas ficará observando e anotando pontos importantes para lembrar no momento da transcrição;

\*A transcrição deve ser enviada para a responsável pela 1ª validação até 12:00 da segunda feira imediata após o encontro (4 dias após);

\*A primeira validação deve ser feita até meia noite da segunda feira e encaminhada para o respectivo responsável pela segunda validação;

\*A segunda validação deve ser feita na terça feira e re-encaminhada para todas as interessadas (Nadirlene, Álvaro, **Gilvânia**, Anderson, e para quem fez a transcrição e a primeira validação do respectivo encontro);

\*O relato de experiência deve estar pronto na segunda-feira posterior (10 dias após o encontro). Será feito pela bolsista que fez a transcrição, em conjunto com pós graduando;

\*Seguir o exemplo colocado do primeiro encontro (datas).

## ENCONTRO 1 – Grupo de recepção – Data: 09/04/15

**Objetivo:** Explicar sobre o grupo, fazer o pacto de confidencialidade e incorporar práticas de respeito à fala do outro.

❖ **Enquanto acolhe os homens, preencher ficha de cadastro e TCLE.**

❖ **Dinâmica de apresentação e expectativas**

- Oferecer revistas e pedir para que escolham um imagem ou texto com que se identifique. Depois, todos irão se apresentar (ESCOLHER CODINOMES), mostrar o que foi escolhido e porque escolheu e falar sobre sua expectativa no grupo. O que espera? O que pretende que seja discutido neste espaço?

### **Pacto de confiabilidade**

- Desligar ou deixar os aparelhos celulares em silencioso (no caso de necessidade);
- Não repassar o conteúdo das informações a que tiver acesso, no intuito de preservar a privacidade e o respeito dos participantes.
- Manter a prática respeitosa do diálogo (quando um fala, o outro escuta) – Reforçar que cada um é livre de expor a sua “verdade” – nenhuma verdade é absoluta. *Nós estamos aqui para questionar verdades.*
- Gravar entrevistas e fotos – Não será divulgado.

**- Perguntar: Por quê vocês estão aqui?**

**- Lançar frases (data show)**

\*A mulher sábia edifica a casa

\*A criança só aprende apanhando

\*Família feliz existe

\*Todo homem é infiel

\*Coragem é uma característica do Homem – *e a mulher? Não é corajosa?*

\*Homem que é homem não leva desaforo para casa

\*Homem que é homem não deixa ninguém colocar a mão em sua bunda - *Discutir sobre câncer de próstata/ homem não se cuida.*

❖ **Vídeo do MS - Política**

❖ **Falar sobre temas e objetivo do grupo.** Tirar dúvidas. Levar cronograma IMPRESSO.

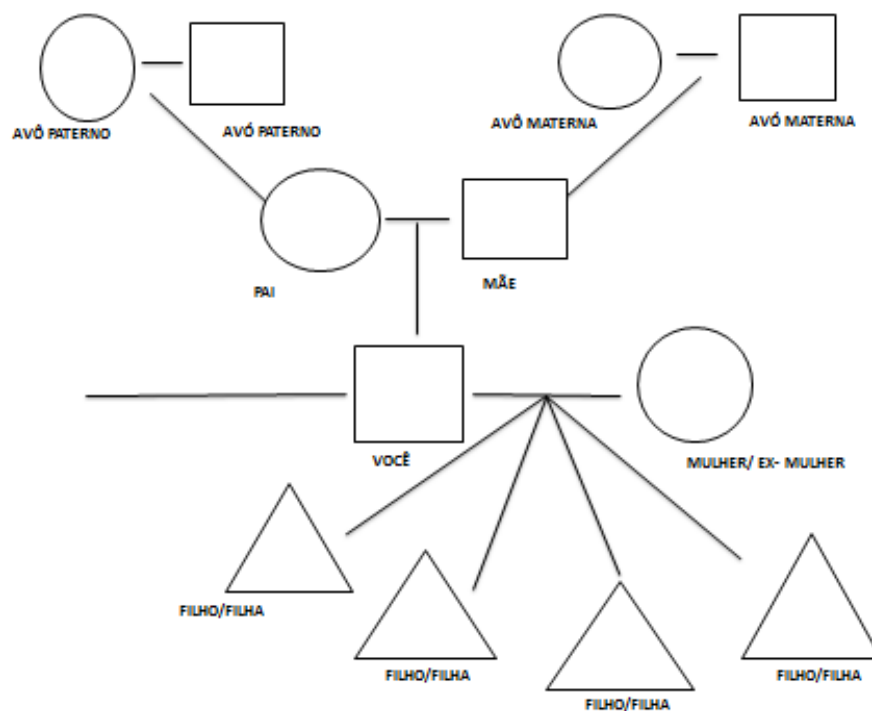
- ❖ **Atividade de dispersão:** Trazer algum objeto/foto/roupa/imagem/desenho que lembre um momento de alegria em sua família quando era criança/adolescente.

## ENCONTRO 2 – Família – Data: 16/04/15

- ❖ **Objetivo:** Resgatar a importância da família e a importância da boa convivência.
- ❖ **Retomar a atividade de dispersão (GIL)** – 20 minutos: Pedir que os participantes coloquem os objetos trazidos no mural/varal/tabuleiro. Pedir que eles falem sobre o que trouxeram (se não trouxeram pedir que fale de algum momento que lembre) e instigar que falem mais sobre a família, perguntando quantos irmãos, com quem moravam...etc..
- ❖ **Dinâmica (ANDERSON)** - Com ajuda de monitores 30 minutos:
  - Preencher o genograma de sua família (árvore genealógica), desde os avós até o momento, colocando nome de cada pessoa. Depois, cada um deve falar um pouco do seu genograma como se fossem apresentar as pessoas para os demais participantes, atribuindo características e sua relação – LEVAR MODELO – levar papel ofício em branco com modelo de árvore genealógica impressa para eles só preencherem.
  - Desenhar a casa com cômodos que morava quando criança e indicar onde cada membro dormia
- ❖ **Momento de reflexão (GIL)** –20 minutos: Colocar uma imagem em data show (Homem e filho) – Falar para eles: *Lembrando da infância, como era a relação com o pai? Como ele brincava com você? Se espelhou? O que vocês têm de comum? O que você faz que lembra o seu pai?* Pedir que escrevam e depois falem. Questionar: *a forma de relação com esposa/filhos é igual à do pai? E o cigarro, bebida, jogar bola.*
- ❖ **Resgatar a importância da família (GIL INICIA E ANDERSON FINALIZA)** – 20 minutos. Instigar para que se fale sobre: - “importância de uma criança crescer em um ambiente amoroso e harmônico” - “conflitos familiares: buscar resolução pacífica”; - “filhos tendem a reproduzir os pais” “introduzir a questão de violência com estudos que mostram que o fenômeno é intergeracional”. Finalizar essa reflexão com o **Vídeo “filhos reproduzem”**.
- ❖ **Atividade de dispersão (ANDERSON):**
  - 1- Pedir para que eles façam algo diferente com uma pessoa importante da família. Dar exemplo: *“Pode ser pais, irmãos, tios, primos, esposas, filhos.... Qualquer ação, desde um telefonema para alguém que não vê há tempos, falar que ama, que sente falta, ou preparar uma refeição, pedir uma pizza, sair para um passeio”*

2-Entregar um impresso que será o "diário de campo", e durante uma semana este homem vai escrever sobre formas de violência que eles observam na sua vida cotidiana, seja na rua, em casa, na escola, no lugar de trabalho, na mídia e em outros lugares. Dar exemplo . **PODE SER FATO QUE VIVENCIOU DIRETAMENTE OU INDIRETAMENTE (EXPECTADOR)**

### Modelo da árvore genealógica distribuída





### ENCONTRO 3 – violência conjugal – Data: 30/04/15

**Objetivo:** falar de violência e os seus tipos, estreitando para a violência conjugal.

- ❖ **Retomar a atividade de dispersão** – 30 minutos: Pedir para que cada um fale e instigar que comentem como se sentiram, o que fizeram e quais as repercussões daqueles atos. Caso algum participante não tenha feito, dar 10 minutos para que pense em situações vividas. Cada um deve colocar o papel no varal e explicar o fato. Os outros participantes podem fazer perguntas.
- ❖ **Oficina:** Entregar casos fictícios (criados) sobre casais e tipos de violência: 1 de violência sexual; 1 violência psicológica e 1 de violência patrimonial da mulher para com o homem (filhos). Dividir o grupo em 3 subgrupos e dar 10 minutos para que discutam. Depois devem trazer para o grupo maior... apontando sobre o ato, e instigando a discussão com as seguintes questões: *Vocês entendem isso como violência? E o sexo cedido? É violência sexual mesmo sendo sua companheira? É dever da mulher ter relação com o seu marido mesmo que não queira? Existe violência da mulher com o homem? Alguém poderia citar?*
- ❖ **Apresentação de slides** – 15 minutos: fazer uma apresentação em data show sobre todos os tipos de violência – usando as que são tipificadas na lei Maria da penha – essa atividade fará com que os homens compreendam de uma forma geral a violência e conheçam a Lei. Trazer exemplos concretos ou pedir que eles falem exemplos concretos a cada tipo explanado. Trazer rapidamente a história da lei.
- ❖ **Se sobrar tempo**, instigar mais discussão, com as seguintes questões abaixo – 30 minutos – pode colocar nos slides- **RETOMAR GÊNERO, FAMÍLIA**  
*Qual é o tipo mais comum de violência que se comete contra nós?*  
*Como cada um se sente em ser vítima deste tipo de violência?*  
*Que tipo de violência é mais comum cometermos contra os outros?*  
*Como sabemos se de fato cometemos violência contra alguém?*  
*Existe alguma conexão entre a violência que praticamos e a violência de que somos vítimas?*  
*Como nos sentimos quando praticamos violência?*  
*Existe alguma violência que seja pior do que outra?*  
*Geralmente, quando somos violentos ou quando sofremos violência, nós falamos sobre isso? Denunciamos? Falamos sobre como nos sentimos? Se não, por quê?*  
*Alguns pesquisadores dizem que a violência é como um ciclo, ou seja, quem é vítima de violência é mais provável que cometa atos de violência depois. Se isto está correto, como podemos interromper este ciclo da violência?*

- ❖ **Atividade de dispersão:** Pensar em motivos que levam homens e mulheres a brigar – CONFLITOS - anotar em uma folha.

Casos utilizados:

### **CASO 1**

Há uns dez anos atrás em um barzinho, Maria conheceu um homem maravilhoso chamado João, eles saíram juntos algumas vezes e logo começaram a namorar. Era um relacionamento ótimo, João era muito carinhoso, atencioso e gostava de sair com Maria para se divertirem juntos. Durante alguns anos o relacionamento foi assim. Maria então pensava que de fato tinha encontrado o homem da sua vida e por isso ele queria casar e ter filhos com ele. O relacionamento deles era muito agradável, eles eram namorados, amigos e amantes, um completava o outro.

Depois de dois anos de namoro eles ainda eram muito apaixonados um pelo outro e juntos resolveram que estava na hora de uma relação mais séria, resolveram então casar. Juntos curtiram muito os primeiros anos do casamento, era tudo maravilhoso, eles se entendiam muito bem, pois havia diálogo e cada um respeitava a opinião do outro.

Após três anos de casados Maria engravidou, foi um momento de extrema alegria para os dois, a felicidade parecia então estar completa, porém, após a chegada de Caio (filho), a relação do casal começou a mudar. As despesas aumentaram, e o casal já não tinha mais tanto tempo pra saírem juntos como faziam antes da gravidez e ambos começaram a mudar o comportamento. Já não eram mais aqueles jovens companheiros e apaixonados. João queria sair com os amigos, mas Maria não aceitava, pois ele tinha que ficar em casa, assim como ela, cuidando do filho.

A situação ficou mais complicada quando João perdeu o emprego. Os dois começaram a brigar muito, discutiam feio e então decidiram se separar. Maria pediu que João saísse de casa, e ele aceitou. João passou a morar novamente na casa de sua mãe. Depois de sair de casa, certo dia João decidiu ir ver seu filho, mas ao chegar na casa, a porta estava trancada e Maria havia trocado a fechadura. João, então, chamou e ela não apareceu. Tentou algumas vezes ligar, mas Maria nunca atende suas ligações.

Certo dia, uma vizinha falou para João, que Maria fica frequentemente falando mal dele na rua, expondo sobre suas intimidades e dizendo que não quer que João visite o filho, por isso não atende e nunca abre a porta quando ele toca a campainha. Maria muitas vezes fala mal dele para o pequeno Caio, denegrindo a sua imagem...

## CASO 2

Era noite de São João quando Pedro (27 anos) e Glória (22 anos) se conheceram. Estavam no pelourinho, curtindo a noite e foi amor à primeira vista. Os dois trocaram número de telefone e se falaram pelos dias seguintes. Um mês depois, assumiram um namoro. Eles estavam muito apaixonados, e sentiam um desejo intenso um pelo outro. Três meses depois, mesmo contra a vontade dos pais de Glória, decidiram morar junto.

Depois de alguns meses, a chama não era mais a mesma e Pedro se sentia infeliz. Sentia muita vontade de curtir e desejava muitas outras mulheres. Glória já não parecia tão atraente e ele não a desejava mais como antes. Os dois se desentendiam muito facilmente, o que era chato, pois viviam em constantes brigas e ficavam algumas vezes sem se falar.

Um dia Pedro falou que os dois deveriam se separar. Glória caiu aos prantos e disse que não aceitaria aquilo. Ela o amava. Depois disso, a relação piorou ainda mais. Pedro passava várias noites fora de casa, e sempre que chegava, Maria vasculhava os bolsos de sua roupa e o seu celular. Certa feita, ela encontrou a seguinte mensagem: “Adorei a nossa noite. Espero te ver novamente amanhã!”

Glória começou a ficar desesperada e descontrolada. Começou a gritar e pedir explicações. Não entendia o comportamento do marido. Os dois discutiram feio, com muitos insultos e muita gritaria. A situação foi piorando e Pedro então perdeu a cabeça e empurrou a sua esposa. Glória caiu e Pedro saiu novamente, irritado.

Ao retornar, Glória estava chorosa, mas ficou quieta. Alguns dias se passaram, sem que os dois conversassem direito. Cinco dias depois, Pedro passou mais uma noite fora de casa. Ao chegar pela manhã, ainda embriagado, Glória perguntou onde ele estava. Pedro disse que “não é de sua conta! Eu que mando nessa casa, que coloco a comida em seu prato, e entro e saio quando bem entender. Você tem que me respeitar e me obedecer”. Depois começou a xingá-la.

Depois disso, ele começou a proibi-la de sair, inclusive para a casa dos pais dela. Não deixava mais dinheiro com ela, forçando-a a ficar em casa. E assim continuaram a conviver... Glória nem ao menos entendia o porquê de ainda continuar com ele, mas não conseguia sair daquela situação...

## CASO 3

Sandra (32 anos) e Joacir (40 anos) se conheceram no ano 2000. Os dois têm 15 anos de casados e 03 filhos: 02 mulheres e 01 homem. Conviveram 12 anos em um casamento estável, sem problemas maiores.

Em 2012, Joacir começou a trabalhar em uma empresa em Feira de Santana. Esporadicamente, ele ligava avisando que não retornaria à Salvador, pois havia muito trabalho e não valeria a pena voltar para casa. O problema é que cada vez com mais frequência ele não voltava para casa, até que um dia, em 2014, Sandra descobriu que ele estava mantendo uma outra mulher em Feira de Santana (Inês).

Quando eles iniciaram o relacionamento, Sandra tinha 17 anos. Não terminou os estudos e logo engravidou. Viveu para cuidar de sua casa, de seus filhos e de seu marido. Quando soube dessa relação extraconjugal de Joacir, o mundo desabou em sua cabeça. Ela não soube o que fazer. Não tinha a mínima possibilidade de se sustentar sem Joacir, pois nunca tinha trabalhado, e ainda tinha 3 filhos.

Joacir falou que a amava, mas também amava Inês, e não podia escolher. Sugeriu que as coisas continuassem como estavam, mas Sandra se negou. Embora tenha se negado, as coisas acabaram seguindo, e tudo continuou como antes. Nas segundas-feiras ele saía rumo a Feira e só retornava nas quintas-feiras à noite.

Aos poucos, Sandra foi sentindo nojo daquilo, mas não sabia como sair dessa situação. Nunca havia comentado nada com a família. Certa feita, em um sábado, os dois foram para o aniversário de um sobrinho de Joacir. A festa estava bem animada. Joacir bebeu um pouco mais que o de costume.

Ao retornar para casa, Joacir insinuou que queria transar com Sandra. Os dois não mantinham relação sexual há algum tempo. Sandra se negou. Joacir insistiu e disse que ela era sua esposa, e esse era o seu dever enquanto mulher e esposa. Sandra disse que não queria, mas Joacir a agarrou e acabou consumando o ato sexual. Sandra chorou depois escondida, no banheiro.

**ENCONTRO 4 – Elementos precipitadores e intensificadores da violência conjugal –****Data: 28/05/15**

- ❖ **Retomar a atividade de dispersão** – 30 minutos:
- ❖ **Dinâmica:** Escrever palavras numa folha de papel (ciúmes, traição, filho sem planejamento, sair com amigos, chegar tarde em casa – levar palavras de casa, mas se surgirem elementos novos na dispersão devemos usá-los), selecionar um número suficiente de frases para cada participante. Pedir aos participantes para sentar em círculo e cada um escolher um papel. Cada um irá ler a palavra e lembrar de uma história sobre a frase (dar 10 minutos). Pode ser uma história vivida por ele ou por algum conhecido. Depois deverá contar ao grupo e os outros participantes podem relatar histórias individuais. **Instigar discussão a cada fala e instigar que os outros comentem se vivenciaram situações com esses elementos: *E se fosse o contrário? E se a mulher fizesse isso, como você agiria???***
- ❖ **Discussão:** Refletir sobre os elementos. Eles são precipitadores ou intensificadores? Quais são as repercussões? Listar cada elemento se for o caso e instigar que falem sobre os conflitos causados. Trazer repercussões concretas (números e dados de pesquisas). Trazer de forma clara que esses elementos são situações de risco para a violência conjugal e que devemos buscar formas pacíficas de resolução.
- ❖ **Atividade de dispersão: Anderson**

**ENCONTRO 5 – Agravos à saúde do homem e das famílias Data: 11/06/15**

**Objetivo:** Estimular nos homens a verbalização sobre o reconhecimento da violência conjugal como problema para a saúde

**Retomar a atividade de dispersão** – 30 minutos:

**1º MOMENTO: Alterações do corpo após o episódio de violência**

Será colocado no centro da sala um desenho com o corpo em maior proporção (e como um portifólio) os homens serão convidados a dizer como anda o funcionamento do corpo e da sua saúde, e se algo os afeta, e caso esteja afetado quando estes problemas apareceram. Na medida que eles forem comentando será identificado no desenho maior a ocorrência dos fatos.

**Reflexão:** Será questionado no grupo se os homens conseguem relacionar os problemas de saúde após a ocorrência do processo). **Quando começou a sentir esta manifestação? Iniciaram antes ou depois do processo?** (serão feitas perguntas de maneira indireta como forma promover a verbalização espontânea).

Com as falas verificaremos qual a maior frequência de problemas relatados por eles; # Caso eles não falem eu irei lembrar ( inclusive falas em reuniões anteriores que referiam sobre estas situações) afim de estimular a verbalização relacionem a violência como problema de saúde.

**2º MOMENTO: identificando a relação da violência com a saúde do homem e de sua família**

Será colocado a mostra duas palavras (escritas em grande tamanho) VIOLÊNCIA x SAÚDE, e serão levantados questionamentos sobre:

O que que a violência tem a ver com a saúde? A violência é uma problema de saúde pública? A violência afeta as famílias? Cometer a violência a outra pessoa (mulher) gera repercussões para mesma e para você o que que acontece? Relacionar quais são os problemas os afetam.

**MOMENTO FINAL:** Será trazidas informações (imagens e vídeos (estou a escolher) ) sobre o cuidado à saúde e a existência da POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DO HOMEM e de programas para o cuidado de homens.

## **ENCONTRO 6 – Corpo e sexualidade – Data: 18/06/15**

**Dinâmica:** representações de partes do corpo do homem e da mulher

**Objetivo:** Provocar reflexões acerca das representações do corpo para o homem e para a mulher, sua utilização sem consentimento e as práticas de violência sexual.

**Retomar a atividade de dispersão** – 30 minutos:

**Dinâmica:** Representações de corpo do homem e da mulher (qual o sentido de cada parte do corpo do home e da mulher)

Colocaremos um painel no quadro contento os nomes homem x mulher e dispararemos expressões sobre o que representa cada parte do corpo no homem e na mulher (ex: coração – homem (força) mulher (carinho);

Utilizar um papel metro e pedir para um homem deitar e solicitar que os demais desenhem o contorno do corpo e cada um deles desenhe as demais parte do corpo para ver a resistência em desenhar o pênis

Discutir Falocentrismo

Arranhaduras na Masculinidades

Conhecer o corpo - tocar o corpo dele

Massa de modelar (olhos fechados)

**Dinâmica:**

Em círculo colocaremos uma venda nos olhos, e um irá tocar no outro, e perguntaremos sobre a experiência de estar sendo tocado e não poder fazer nada.

A essência da discussão será promover reflexões sobre: qual é a experiência quando o outro tem a posse do teu corpo para ser tocado e manipulado (isto emerge uma relação de confiança – relação entre o homem e a companheira.

### **Discussões Gênero – conformação do corpo**

O que fere a sexualidade masculina

Como eles veem a sexualidade - sexo

Corpo uso do corpo

Porque que o pênis

O não respeitar a mulher quanto a necessidade para o sexo é uma forma de violência?

(sexo forçado – mulher menstruada, cansada, não quererem ter a relação e promover a discussão sobre a violência sexual)

- ❖ **Dispersão:** Entregar papel com duas colunas, sendo que em uma coluna tem o nome “homem” e na outra “mulher”. Pedir que falem sobre seu dia-a-dia e anotem 5 coisas que eles

fazem dentro de casa e 5 coisas que fazem fora de casa. Fazer o mesmo na outra coluna, colocando opções que a sua esposa/ex-esposa/mãe/irmã ou outra mulher com quem tem aproximação faz (dentro e fora de casa). Guardar o papel para discutir no próximo encontro.

	MULHER	HOMEM
DENTRO DE CASA	1	1
	2	2
	3	3
	4	4
	5	5
FORA DE CASA	1	1
	2	2
	3	3
	4	4
	5	5



## ENCONTRO 7 – Gênero, masculinidade e honra – Data:09/07/2015

- ❖ **Objetivo:** Desconstruir papéis socialmente incorporados sobre o “ser homem” e “ser mulher”.
- ❖ **Dispersão** -15 minutos
- ❖ **Dinâmica das cores rosa e azul – 30 minutos**
  - Fixar cartolina rosa e azul na parede, uma ao lado da outra e colocar, dentro de uma caixa, recortes de palavras e/ou frases relacionadas à características/atributos/funções de homens e mulheres e pedir que colem na cartolina.
  - Palavras: **Gênero:** cuidar da casa, cuidar dos filhos, coragem, dirigir, trabalhar fora de casa, prover o lar, pagar as contas, cozinhar, força, submissão, namorar muito, lavar pratos, dirigir, beber com colegas. **Sexo:** seios grandes, amamentar, barba, fazer xixi em pé, pênis, vagina, cabelos grandes.
  - Durante a discussão utilizaremos os seguintes questionamentos:
    - *Qual o motivo de vocês para decidir onde colar?*
    - *Quem disse que rosa/azul é de mulher/homem?*
    - *Quem disse que o que está escrito no seu papel é uma função da(do) mulher/homem?*
    - *Essas coisas são inerentes ou ensinadas? Quem ensina essas coisas?*
  - \*Comentar que o fato da mulher ser mais cuidadosa, as faz mais cuidadosas com a sua saúde e a saúde da família. Os homens também podem ter outras qualidades como ser sensível, afetuoso e ajudar nas tarefas do lar, sem que isso os torne frágeis ou sem valor.
- ❖ **Retomar a atividade de dispersão** – 15 minutos
- ❖ **Vídeo “Acorda Raimundo”** – 10 minutos
  - (Escrever) e discutir sobre como era na infância essa divisão de papéis entre os pais e entre os irmãos e irmãs (baseado no vídeo);
  - Falar sobre a importância da divisão de tarefas no casamento... a relação homem e mulher.
- ❖ **Passar no data show**, algumas frases que são ditas como verdades, e pedir que eles finalizem: 20 min.
 

Homem não chora porque... Homem não pode brochar porque.... A mulher que trai merece....  
O homem que trai merece.... Homens são todos iguais porque... Em briga de marido e mulher não se mete a colher porque...

\*O homem sempre tem que lavar sua honra – *o que é lavar a honra? De que forma se lava a honra?*
- ❖ **Atividade de dispersão:** Cada participante irá pensar durante a semana de que forma pode resolver o conflito (cada um pensará sobre o conflito que ficou e sobre o dos colegas).

## **ENCONTRO 8 – O que faço quando estou com raiva? Solucionando problemas de forma pacífica – Data: 23/07/15**

**Objetivo:** Ajudar os participantes a pensar sobre como identificar quando estão com raiva e como expressá-la de forma construtiva, e não destrutivamente. Abordar sobre a honra do homem.

**Dinâmica:** Criar 03 grupos.

- Cada grupo disporá de 15 minutos para ler uma história (será entregue) baseada em fatos reais ou fictícios, onde alguém desempenha o papel de opressor/a e alguém o de oprimido/a, que tenham subjacente questões relacionadas com a igualdade de gênero, e que repercuta em violência/mórbidade/mortalidade;
- Cada grupo deverá discutir como poderia ter sido resolvido de forma não violenta;
- Cada grupo deverá ler para o grupão sua história e todos debaterem;

❖ **Discussão:** Lançar perguntas como: Em geral é difícil para os homens expressarem raiva sem usar violência? Por quê? Muitas vezes sabemos como sair de um conflito ou de uma briga, sem usar violência, mas não o fazemos. Por quê? E no relacionamento conjugal? É possível “dar uma volta” para reduzir os conflitos? Temos experiência com essa técnica? Como resulta? É possível “usar palavras sem agredir”?

- ❖ \*O homem sempre tem que lavar sua honra? – *o que é lavar a honra? De que forma se lava a honra?*

❖ **Apresentação** – Anderson abordará a questão de honra e virilidade

### **HISTÓRIA 1**

Alex está casado com Ana há 15 anos. Os dois sempre tiveram um relacionamento calmo. Eles tem 3 filhos. Ana nunca trabalhou e sempre cuidou dos serviços de casa. Quando a filha mais nova do casal fez 10 anos, Ana decidiu que os filhos já “estavam criados” e ela queria trabalhar fora de casa. Arranjou um trabalho como caixa de um supermercado no Shopping da cidade. Seu turno era de 13 às 19 horas. Após sair, ela sempre pegava o ônibus e chegava em casa por volta das 20 horas.

Alex não estava muito feliz, porque era acostumado a chegar em casa às 19 horas e encontrar comida pronta, casa arrumada, e nos últimos meses, com o trabalho de Ana, isso não estava acontecendo, ela sempre chegava depois dele e cansada.

Certo dia ao deitarem, Alex começou a palpar Ana, ele queria sexo. Ana estava muito cansada, pois tinha tido uma tarde bem cansativa no trabalho e estava com muita dor de

cabeça. Ana disse que não queria transar. Alex ficou muito irritado. Eles discutiram. Alex ficou muito chateado, xingou Ana e quebrou a televisão do quarto.

## **HISTÓRIA 2**

Marcos namora com Suzanne há três anos e os dois estão planejando morar juntos. Certo dia, os dois foram para uma pizzaria com amigos. Suzanne foi ao banheiro e o celular dela tocou. Marcos olhou o celular e viu que ela havia recebido mensagens de um número desconhecido.

As mensagens tinham teor íntimo e se referia à noite passada, sugerindo que ela havia passado a noite anterior com outra pessoa. Marcos olhou rapidamente um histórico de mensagens enviadas e viu que na noite anterior ela havia mandando mensagem para o mesmo número às 21 horas.

Marcos ficou enfurecido, quando Suzanne voltou do banheiro ele começou a gritar, com xingamentos, mostrando o teor da mensagem para os amigos na mesa. Ela tentou se explicar, mas ele a empurrou e ela caiu batendo a cabeça. Suzanne desmaiou e foi levada para o hospital.

## **HISTÓRIA 3**

Caio estava com colegas em um bar, assistindo um jogo de futebol na televisão. Era final de campeonato e o jogo estava apertado. Todos estavam tensos e bebendo uma cervejinha. Haviam torcedores dos dois times. O time de Caio fez um gol aos 30 minutos do segundo tempo de jogo e ele com os amigos comemoraram bastante, de forma até excessiva, inclusive insultando o time e os torcedores adversários.

Faltando cinco minutos para o fim do jogo, o time adversário empatou. Era a vez do outor grupo comemorar e assim eles fizeram... comemoraram e também insultaram caio e os amigos, inclusive chamando-os de “corno”.

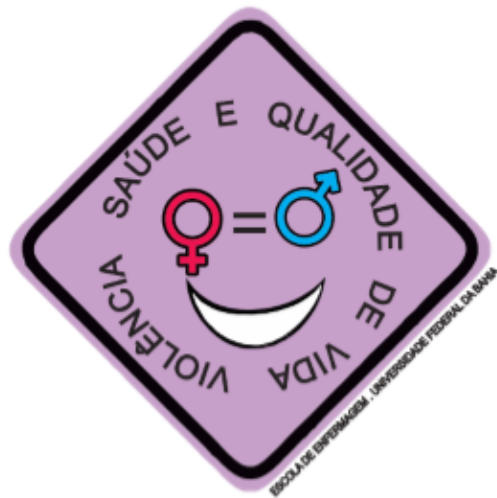
Ao ouvir esse insulto, caio não se aguentou, afinal chama-lo de corno assim, na frente de todo mundo ele não podia aceitar. ‘Corno é você!’ disse caio e os dois partiram para a agressão física. Uma viatura da Polícia Militar passava na rua no momento e levou os dois...

## APÊNDICE 02 - Cartilha Grupo reflexivo

Universidade Federal da Bahia - Escola de Enfermagem da UFBA

1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher de Salvador, Bahia

### GRUPO REFLEXIVO DE HOMENS



Salvador – Bahia – 2015



PODER JUDICIÁRIO  
DO ESTADO DA BAHIA



Fundação de Amparo  
à Pesquisa do Estado da Bahia



#### Do que se trata este grupo?

Este grupo está vinculado à Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia em conjunto com a 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher de Salvador, Bahia, e faz parte de um projeto de pesquisa intitulado: Reeducação de homens e mulheres envolvidos em processo criminal: estratégias de enfrentamento da violência.

#### Quais os nossos objetivos?

Promover discussões sobre a saúde do homem, relação com a família e o contexto da violência;  
Desenvolver reflexões sobre o enfrentamento da violência conjugal, buscando apontar estratégias para solucionar o problema;  
Sensibilizar para a necessidade de mudança de atitude frente à relação conjugal.

#### Como serão nossos encontros?

Nossos encontros acontecerão sempre nas quintas-feiras, neste mesmo espaço, onde serão realizadas rodas de conversas, discussões, dinâmicas, palestras que contará com o envolvimento e a participação de todos.

e força masculina, sobre o controle da raiva e as formas de solucionar os problemas.

09/04/15

16/04/15

30/04/15

**Sobre nossas datas:**

Nos encontraremos em datas que já estão definidas, veja a seguir:

28/05/15



11/06/15

18/06/15

09/07/15

23/07/15

06/08/15

Entraremos em contato sempre durante a semana que antecede o encontro para lembrá-lo sobre o nosso compromisso. Caso seja necessário você poderá entrar em contato conosco através do telefone: (71) 83258578.

**Quem são os responsáveis?**

Fazem parte da elaboração deste projeto a Dra. Telmara Menezes Couto, Dra. Nadirlene Gomes Pereira; Dr. Álvaro Pereira; Dr. Gilberto Tadeu.

### APÊNDICE 03 - Roteiro de Entrevista

IDENTIFICAÇÃO: \_\_\_\_\_

#### CARACTERIZAÇÃO DOS COLABORADORES:

1. Idade: \_\_\_\_\_
2. Escolaridade: \_\_\_\_\_
3. Cor: ( ) Branco ( ) Preto ( ) Pardo ( ) Amarelo ( ) Indígena
4. Estado civil: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) União estável ( ) Separado/ Divorciado ( ) Viúvo
5. É assíduo em alguma religião? ( ) Não ( ) Sim – qual? \_\_\_\_\_ desde quando?  
\_\_\_\_\_
6. Tempo de relacionamento com a pessoa relacionada ao processo: \_\_\_\_\_
7. Tem filho(s)? ( ) Não ( ) Sim – quantos? \_\_\_\_\_
8. Mora em qual bairro atualmente? \_\_\_\_\_
9. Com quem mora atualmente? \_\_\_\_\_
10. Quando estava no relacionamento, mais alguém dormia no quarto com o casal? ( ) Não ( ) Sim – quem? \_\_\_\_\_
11. Quando você estava no relacionamento, quem sustentava a casa? ( ) Ele ( ) Ela ( ) Outros  
\_\_\_\_\_
12. Qual a sua ocupação? \_\_\_\_\_
13. Qual a ocupação da pessoa relacionada ao processo? \_\_\_\_\_
14. Você está trabalhando atualmente? ( ) Não ( ) Sim
15. E a pessoa relacionada ao processo? ( ) Não ( ) Sim
16. Você depende financeiramente de alguém? ( ) Não ( ) Sim ( ) Em partes – de quem  
\_\_\_\_\_
17. Qual a renda mensal de sua casa? ( ) < 1 SM ( ) 1 – 2 SM ( ) 2 -3 SM ( ) 3 -4 SM ( ) >4 SM ( ) N sabe
18. Recebe bolsa família? ( ) Não ( ) Sim
19. Se você fosse avaliar sua saúde, como definiria? Boa ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Péssima ( )
20. Você tem algum problema de saúde atual? ( ) Não ( ) Sim - Qual?  
\_\_\_\_\_

#### ROTEIRO COM QUESTÕES PARA GUIAR A ENTREVISTA

- 1) Fale-me o que você entende por violência conjugal?
- 2) Fale-me sobre sua vivência nas esferas policial e judicial, desde o momento em que foi preso.
- 3) Como você se sentiu por ter sido preso? Como superou ou está superando essa vivência?

## APÊNDICE 04 - TCLE



### UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA ESCOLA DE ENFERMAGEM

#### INFORMAÇÕES AO COLABORADOR

Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada: “Significados de homens em processo criminal sobre a violência conjugal e a experiência jurídico-policial”, que tem como objetivo geral: apreender o discurso de homens sobre violência conjugal e sua experiência jurídico-policial.

Sua participação será através de entrevista e/ou participação em grupo focal (pequeno grupo reunido para falar sobre suas vivências). Essa participação é voluntária, isto é, você deve decidir se participa ou não do estudo e tem o direito de recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento, a qualquer momento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador, como também no atendimento junto a Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo, assegurando sua privacidade, uma vez que seu nome será substituído por um codinome. Os dados coletados terão sua exatidão preservada, podendo os resultados ser divulgados em eventos e/ou revistas científicas. Os dados serão guardados por cinco (05) anos nos arquivos virtuais do Grupo de Estudos “Violência, Saúde e Qualidade de Vida”, podendo ser utilizado para estudos vinculados ao grupo, no caso de aprovação do CEP.

Você não terá qualquer custo pela participação ou quaisquer compensações financeiras. Os riscos na sua participação guardam relação com o desconforto por conta da abordagem do tema. A pesquisa oferece o risco de desconforto que você poderá sentir ao compartilhar sua vivência/experiência e relatar informações pessoais ou confidenciais com o investigador. O benefício relacionado à sua participação será contribuir para melhoria das relações conjugais e para a redução da violência.

Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores. Fica também garantido o reparo em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, como por exemplo, auxílio psicológico.

Você receberá uma cópia deste termo onde constam o nome, telefone, e-mail e endereço para contato com pesquisadores e com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) responsável pela autorização da pesquisa, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto, a qualquer momento.

Pesquisadora responsável: Gilvânia Patrícia do N. Paixão

Telefone: (71) 3283 7631

E-mail: gilvania.paixao@gmail.com

Endereço: Rua Basilio da Gama S/N, 4º andar. Canela. Salvador Bahia. CEP 40110-907

CEP: Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia

Telefone: (71)3283-7615

Endereço: Rua Augusto Viana, s/n, Sala 435 - Canela - Salvador, Bahia - Brasil

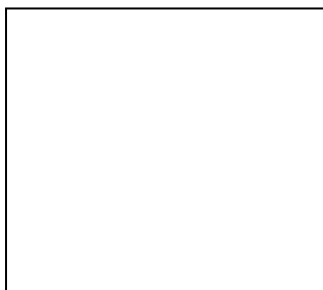
---

GILVÂNIA PAIXÃO



**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, \_\_\_\_\_ declaro para fins e direitos que após ter sido esclarecido sobre o conteúdo da pesquisa intitulada “significados de homens em processo criminal sobre a violência conjugal e a experiência jurídico-policia” e os seus respectivos objetivo, riscos e benefícios, concordo em participar do estudo respondendo as perguntas da entrevista e/ou participando do grupo focal. Minhas falas poderão, com minha concordância, ser gravadas com auxílio de um gravador digital. Reafirmo que a minha autorização é voluntária, meu consentimento para participar da pesquisa foi uma decisão livre, não sofrendo nenhuma interferência das pesquisadoras e que não estou sendo remunerado (a) por este ato, podendo retirar meu consentimento do presente estudo a qualquer momento, sem nenhum prejuízo ou penalização à minha pessoa. Estou ciente que terei acesso aos dados registrados, que estes poderão ser apresentados para publicação em congressos e/ou revistas científicas, desde que assegurado o sigilo de minha identidade, e que os pesquisadores estarão a disposição para elucidar quaisquer dúvidas que possam me ocorrer antes, durante e após a pesquisa.



Impressão dactiloscópica

Salvador, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

Assinatura do colaborador

**Coordenadora do projeto Matriz:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Telmara Menezes Couto

E-mail: [telmaracouto@gmail.com](mailto:telmaracouto@gmail.com)

Telefone: (71) 91883257

**APÊNDICE 05- Caracterização dos participantes**

<b>Entrevistado</b>	<b>Idade</b>	<b>Cor</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Tempo de relação</b>	<b>Estado civil/ filhos</b>	<b>Com quem mora atualmente?</b>	<b>Renda</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Situação de trabalho</b>	<b>Depende financeiramente de alguém? Quem?</b>
H1	62	Preto	Ensino médio completo	40 anos	Casado 5 filhos	Sozinho	1 a 2 salários	Vigilante	Desempregado	Sim, vizinhos
H2	27	Preto	Ensino médio incompleto	09 anos	União estável 2 filhos	Primo	1 a 2 salários	Autônomo	Desempregado	Sim, mãe
H3	30	Preto	Ensino médio completo	03 anos	União estável 2 filhos	Pai	1 a 2 salários	Operador de caixa	Trabalhando	Não
H4	25	Preto	Ensino fundamental completo	05 anos e 06 meses	União estável 1 filho	Sozinho	1 a 2 salários	Garçom	Trabalhando informalmente	Não
H5	54	Preto	Ensino médio completo	30 anos	Casado 2 filhos	Irmão	3 a 4 salários	Policial militar	Aposentado	Parcialmente, irmão
H6	34	Pardo	Ensino fundamental incompleto	05 anos	Casado 3 filhos	Sozinho	1 salário	Garçom	Trabalhando informalmente	Parcialmente, amigos
H7	35	Pardo	Não alfabetizado	16 anos	União estável 4 filhos	Sozinho	1 salário	Auxiliar de serviços gerais	Trabalhando informalmente	Parcialmente, pai
H08	43	Preto	Ensino superior completo	10 anos	União estável 01 filho	Sozinho	2 a 3 salários	Corretor de imóveis	Trabalhando informalmente	Parcialmente, irmão
H09	32	Preto	Ensino fundamental completo	07 anos	União estável 01 filho	Sozinho	1 a 2 salários	Segurança	Trabalhando	Não

H10	47	Pardo	Ensino fundamental incompleto	25 anos	União estável 02 filhos	Família	1 a 2 salários	Mecânico	Trabalhando informalmente	Não
H11	25	Pardo	Ensino médio completo	05 anos	União estável 01 filho	Tio	1 a 2 salários	Promotor de vendas	Trabalhando informalmente	Não
H12	43	Pardo	Ensino médio incompleto	05 anos	União estável Não possui	Outra Companheira	1 a 2 salários	Vigilante	Trabalhando informalmente	Não
H13	53	Preto	Ensino médio completo	23 anos	União estável 01 filho	Filho	2 a 3 salários	Auxiliar contábil	Trabalhando	Não
H14	35	Preto	Ensino fundamental incompleto	04 anos	União estável Não possui	Companheira	1 a 2 salários	Cobrador	Trabalhando informalmente	Não
H15	46	Preto	Não alfabetizado	07 anos	União estável 01 filhos	Irmã	1 a 2 salários	Auxiliar de serviços gerais	Trabalhando informalmente	Não
H16	53	Preto	Ensino médio incompleto	25 anos	União estável 02 filhos	Irmã	2 a 3 salários	Corretor de imóveis	Trabalhando informalmente	Não
H17	65	Preto	Ensino médio incompleto	16 anos	União estável 04 filhos	Sozinho	< que 1 salário	Sem ocupação	Desempregado	Parcialmente, irmão
H18	30	Preto	Ensino médio Incompleto	09 anos	União estável	Mãe	1 a 2 salários	Vigilante	Trabalhando informalmente	Não

					Não possui					
H19	36	Pardo	Ensino fundamental completo	08 anos	União estável Não possui	Companheira	1 a 2 salários mínimos	Eletricista	Desempregado	Não
H20	65	Pardo	Ensino fundamental incompleto	21 anos	Solteiro Não possui	Sozinho	1 a 2 salários mínimos	Aposentado	Aposentado	Não
H21	43	Pardo	Ensino fundamental incompleto	12 anos	União estável 04 filhos	Outra Companheira	1 a 2 salários	Mecânico	Trabalhando informalmente	Não
H22	32	Preto	Ensino fundamental incompleto	05 anos	União estável 03 filhos	Filho	1 salário	Vigilante	Trabalhando informalmente	Parcialmente, pai
H23	41	Preto	Ensino fundamental incompleto	11 anos	União estável 02 filhos	Companheira	< 1 salário	Carregador	Trabalhando informalmente	Parcialmente, irmãos

**APÊNDICE 06 – Alguns produtos do doutorado: 2014 – 2016**

<b>ATIVIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>
<b>Tutoria para projetos de iniciação científica com alunos de graduação</b>	<b>04</b>	*Leidilene Fernandes  *Jaqueline Pires (02 períodos)  *Moniky Cruz
<b>Apoio na construção do projeto de dissertação</b>	<b>02</b>	*Anderson Reis  *Josinete Gonçalves
<b>Construção total de Artigos</b>	<b>10</b>	Todos vinculados aos projetos do Grupo vida. Alguns ainda em avaliação.
<b>Publicação de Artigos com orientadores</b>	<b>06</b>	<p>PAIXÃO, G. P. N.; SILVA, R. S. ; LINS, D. B. ; JESUS, R. A. ; PEREIRA, A. . Estudo de caso como uma estratégia de ensino na graduação: percepção dos graduandos em enfermagem. CUIDARTE, v. 5, p. 606-12, 2014.</p> <p>PAIXÃO, G. P. N.; GOMES, N.P. ; MORAIS, A. C. ; MORAIS, A. C. ; CAMARGO, C. L. . Descobrimdo-se grávida: vivências de adolescentes. Ciência, Cuidado e Saúde (Online), v. 13, p. 418-424, 2014.</p> <p>PAIXÃO, G. P. N.; GOMES, N.P. ; DINIZ, N. M. F. ; SANTOS, S. M. P. ; COUTO, T. M. ; VIANA, L. A. C. . Situações que precipitam conflitos na relação conjugal: O discurso de Mulheres. Texto &amp; Contexto Enfermagem (UFSC. Impresso) <b>JCR</b>, v. 23, p. 1041-9, 2014.</p> <p>SILVA, R. S. ; MATOS, L. S. L. ; ARAUJO, E. C. ; PAIXÃO, G. P. N. ; COSTA, L. E. L. ; PEREIRA, A. . Práticas populares em saúde: autocuidado com feridas de usuários em uso de plantas medicinais. Revista Enfermagem UERJ, v. 22, p. 385-395, 2014.</p> <p>PAIXÃO, G. P. N.; GOMES, N.P. ; DINIZ, N. M. F. ; LIRA, M. O. S. C. E. ; CARVALHO, M.R.S ; SILVA, R. S. . Women experiencing the intergenerationality of conjugal violence. Revista Latino-Americana de Enfermagem (Online) <b>JCR</b>,</p>

		v. 23, p. 874-879, 2015.  CARNEIRO, L. M. A. ; PAIXÃO, G. P. N. ; SENA, C. D. ; SOUSA, A. R. ; SILVA, R. S. ; PEREIRA, A. . Parto natural x parto cirúrgico: percepções de mulheres que vivenciaram os dois momentos. Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro (RECOM), v. 5, p. 1574-75, 2015.
<b>Artigos no prelo com orientadores</b>	<b>01</b>	Repercussões da prisão por Violência Conjugal: O discurso de homens. Revista Latino-Americana de Enfermagem. Anderson Reis, Alvaro Pereira, Nadirlene Gomes, Telmara Couto, Luana Campos, Gilvânia Paixao.
<b>Capítulos de Livros publicados com orientadores</b>		SALGADO, M. A. ; SILVA FILHO, C. C. ; PITILIN, E. B. PAIXÃO, G. P. N. ; PEREIRA, A. Moralidadess, dilemas e violência institucional no cuidadoà mulher. In: Rudval Sousa sa Silva; Isaiane Santos Bittencourt; Gilvânia Patrícia do N. Paixão. (Org.). Enfermagem Avançada: um guia para a prática. 01ed. Salvador: Sanar, 2016, v. 01, p. 449-465.  PEREIRA, A. ; SOUSA, A. R. ; PAIXÃO, G. P. N. . Pensando na categoria gênero no cuidado à pessoa idosa. In: Maria do Rosário de Menezes; Juliana B Amaral; Valdenir A da Silv; Manuela B Alves. (Org.). Enfermagem gerontológica: um olhar diferenciado no cuidado biopsicossocial e cultural. 1ed.São Paulo: Martinari, 2016, v. 01, p. 475-486.
<b>Capítulos de Livros escritos com orientadores, que aguardam publicação</b>	<b>01</b>	Saúde de homens e violência: a vulnerabilidade masculina frente a construção social de gênero
<b>Elaboração de proposta de trabalho com grupo reflexivo de homens e desenvolvimento do grupo</b>	<b>01 grupo desenvolvido</b>	

**APÊNDICE 07 - CORDEL DO DOUTORADO**

Pra discorrer sobre o tema  
houve uma aproximação,  
era uma estudante  
cursando a graduação.  
Com adolescentes pesquisei  
“violência contra a mulher”  
e desde aí comecei  
este foi o pontapé

Daí eu continuei  
pro TCC aprovar,  
as adolescentes grávidas busquei,  
fui dialogar  
sempre com muita cautela  
fui adentrando no lar,  
cada uma a me revelar  
a violência sofrida  
no seio intrafamiliar

Desse modo comecei  
a violência doméstica a buscar,  
nos espaços de discussão, grupos, sempre a pesquisar,  
o que contribuiu para meu estudo ampliar.

Essa tal violação  
de direito conjugal  
deixa resquícios psicológico,  
físico, moral, pro casal.  
A violência é percebida  
como algo natural  
deve ficar entre os dois  
não sair do casal  
porque no outro dia  
tudo estará normal

Promessas de não mais bater  
ocorrem a cada agressão  
a mulher acredita e dá perdão  
e quando menos se espera  
vê-se na mesma situação

Importante lembrar  
que ambos constroem a relação  
Por isso para a prevenção  
inserir o homem é a solução

Quando nisso me atentei  
meu objeto delineeí,

pois acredito ser capaz  
de viver em um mundo de paz

Homem que é homem não chora  
e mulher tem que se dedicar  
aos afazeres da casa  
para um homem encontrar;  
Casar e ter os seus filhos  
um homem a lhe sustentar  
é assim nossa cultura,  
de sexo frágil do lar

O gênero feminino  
ligado ao cuidar  
impede que o homem se previna  
e esse sem se tratar  
sente dores, sofrimento  
quando busca atendimento  
é tarde para se curar

O homem na condição de agressor é vítima  
a violência o cerca desde cedo em sua vida  
reproduz o já vivido  
sem saber que é ilícito

Tem muitas repercussões  
a violência conjugal  
para a família, a criança e a mulher  
e a que faz o pré-natal;  
Muitas desenvolvem até problema mental  
mas o que é mais visto é o dano corporal  
por isso busca da urgência é maior  
lá dentro do hospital

Agora nessa estrofe  
eu peço muita atenção  
fazendo a trajetória  
metodologia em questão;  
Quero dizer não foi fácil  
concluir o doutorado  
com essa empolgação

Pra começar eu saía  
de Juazeiro, meu lar  
andava vários quilômetros  
para em Salvador chegar  
quando ali eu descia  
de ônibus ou de avião  
começava um corre-corre  
parecia um furacão



Corria, pegava dados,  
fazia anotação  
minha família presente  
na mente e no coração

Em um quarto solitário  
quantas vezes eu fiquei  
querendo tá em minha cama  
muitas vezes eu chorei;  
Mas tudo valeu a pena  
pois aprendizado e título,  
ambos conquistei

Os participantes se caracterizam  
por ser em sua maioria negros e com pouca instrução  
a união é estável, com variada profissão  
a renda de até quatro salários  
faz uns passar precisão

Todo casal briga,  
é sempre essa a conclusão  
o pai batia na mãe  
cresceu nessa confusão  
tem que ter tal atitude  
repetindo a agressão

Também acham ser agressão  
apenas se ficar marcas,  
não sendo a violência  
reconhecida em palavrão

A Lei Maria da Penha, em 2006 foi promulgada  
a data 07 de agosto, fora logo divulgada  
e para impedir a violência doméstica e familiar  
o homem sai de casa, afastando-se do lar

Segundo os entrevistados é muito constrangedor  
a polícia desrespeita, lhes bate causando dor  
na frente do delegado, com direitos violados  
não ligam a versão aos fatos, e ficam sempre injustiçados

O homem diz ser vítima  
por vezes da companheira  
daí para se defender  
agride da mesma maneira  
Esquece que tem mais força  
subestimando a sorte  
e sua esposa com ferimento  
que pode causar a morte

Para essa conclusão  
muito foi apreendido  
A experiência de reclusão  
o discurso sobre o ocorrido,  
e o sentimento dos homens,  
sempre foi arrependido

A garantia de direito  
não pode perder de vista  
o agressor trabalhando  
só assim se tem conquista  
ajuda para o casal  
faz com que a violência não persista

O problema da violência é transdisciplinar  
logo, devem todos os setores ajudar  
e os profissionais de saúde atentos no olhar  
a fim de se evitar  
e as repercussões do agravo logo sanar

**Autoria: Ivânia Paixão (Mãe da doutoranda)**

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
BAHIA



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Reeducação de homens e mulheres envolvidos em processo criminal: estratégia de enfrentamento da violência conjugal

**Pesquisador:** Telmara Menezes Couto

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 31286414.2.0000.5531

**Instituição Proponente:** Universidade Federal da Bahia - UFBA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 877.905

**Data da Relatoria:** 08/10/2014

#### **Apresentação do Projeto:**

Trata-se de um projeto de pesquisa-ação que tem como objetivo geral desenvolver mecanismos para a prevenção e enfrentamento da violência conjugal e de gênero. O estudo será desenvolvido junto à 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Salvador/BA que está situada em um bairro central da cidade de Salvador. Os participantes do projeto serão homens e mulheres que vivenciam violência conjugal ou de gênero, em processo criminal junto a Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. A pesquisa respeitará os aspectos éticos baseados na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. A coleta de dados iniciará após autorização do Comitê de Ética em Pesquisa. Será utilizada, como técnica para coleta de dados, análise documental, entrevista e grupo focal. Os dados serão organizados com base na Análise Temática de Bardin.

#### **Objetivo da Pesquisa:**

**Objetivo Primário:**

Desenvolver tecnologia social para prevenção e enfrentamento da violência conjugal e de gênero junto a Vara de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher.

**Objetivos Secundários:**

- Conhecer o perfil socioeconômico de mulheres e homens autores da violência conjugal,

**Endereço:** Rua Augusto Viana S/N 3º Andar

**Bairro:** Canela

**CEP:** 41.110-060

**UF:** BA

**Município:** SALVADOR

**Telefone:** (71)3283-7615

**Fax:** (71)3283-7615

**E-mail:** cepee.ufba@ufba.br

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
BAHIA



Continuação do Parecer: 877.905

envolvidos em processo na 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher de Salvador-BA;- Identificar as repercussões da violência conjugal para a saúde de mulheres, homens e família;- Analisar as implicações socioeconômicas da violência conjugal;- Analisar os elementos associados à construção da violência conjugal, bem como a permanência do casal na relação;- Analisar os caminhos buscados pelas mulheres no processo de enfrentamento da violência conjugal;- Analisar dificuldades/limitações/entraves para o processo de enfrentamento da violência conjugal;- Criar espaços para que homens e mulheres reflitam acerca da

violência conjugal e de gênero, bem como sua repercussão para a sociedade;- Identificar estratégias de prevenção/enfrentamento da violência conjugal;- Analisar a representação das mulheres com história de violência conjugal sobre o sofrimento psíquico e comprometimento da saúde mental;- Informar homens e mulheres sobre serviços, direitos e legislações, com ênfase nas penalidades, referentes à prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher e de gênero;- Empoderar as mulheres para a busca de uma vida livre de violência;- Incitar a incorporação de métodos/ estratégias de resolução de conflitos de forma respeitosa e sem violência.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Apresenta como "Riscos: Desconforto que o (a) entrevistado (a) poderá sentir ao compartilhar sua vivência/experiência e relatar informações pessoais ou confidenciais com o (a) investigador (a)." E como "Benefícios: Benefício diretos: poder expressar e ser ouvida quanto a sua vivência de violência; melhora na qualidade de vida doméstica, empoderamento das mulheres; reeducação de homens e mulheres para o convívio doméstico passífico. Benefícios indiretos: colaborar para a compreensão da violência contra a mulher; melhorar a qualidade da assistência oferecida a homens e mulheres envolvidos em processo criminal; diminuição de novos episódios de violência."

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O projeto é relevante para a sociedade, é factível. Todas as considerações e recomendações requeridas na versão 01 do Parecer consubstanciado do CEP datado em 06/08/14 foram atendidas à contento.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O TCLE e aspectos metodológicos envolvendo a coleta de dados foram ajustados de forma que a nova versão atende aos princípios bioéticos emanados da Resolução 466/12 do Conselho Nacional

**Endereço:** Rua Augusto Viana S/N 3º Andar

**Bairro:** Canela

**CEP:** 41.110-060

**UF:** BA

**Município:** SALVADOR

**Telefone:** (71)3283-7615

**Fax:** (71)3283-7615

**E-mail:** cepee.ufba@ufba.br

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
BAHIA



Continuação do Parecer: 877.905

de Saúde.

**Recomendações:**

Atendidas integralmente, conforme orientação do parecer nº 741.031 de 06/08/14.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não há pendências e/ou inadequações.

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

A Plenária homologa ad referendum o PARECER de Aprovação emitido pelo relator.

SALVADOR, 19 de Novembro de 2014

---

**Assinado por:**  
**Dra DARCI DE OLIVEIRA SANTA ROSA**  
**(Coordenador)**

**Endereço:** Rua Augusto Viana S/N 3º Andar

**Bairro:** Canela

**CEP:** 41.110-060

**UF:** BA

**Município:** SALVADOR

**Telefone:** (71)3283-7615

**Fax:** (71)3283-7615

**E-mail:** cepee.ufba@ufba.br